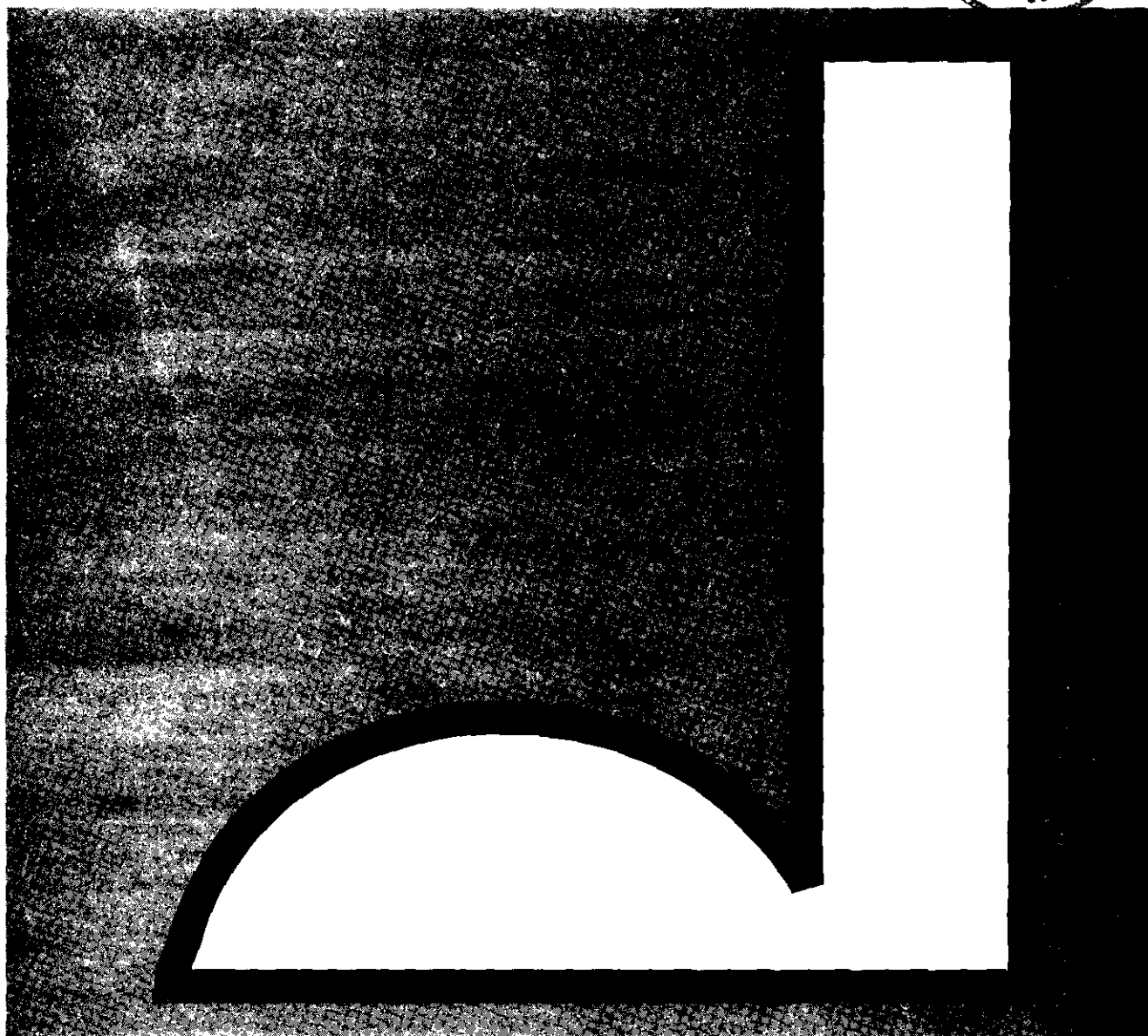
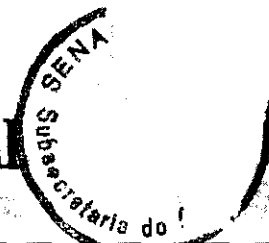




República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**MESA****Presidente**

José Samey – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim – PMDB – RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SF

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líder**

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder****LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma

**EXPEDIENTE**

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)

# SENADO FEDERAL

7889

## SUMÁRIO

### 1 – RESOLUÇÃO

Nº 24, de 1996, que autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no primeiro semestre de 1996. (Republicação) ..... 07891

### 2 – ATA DA 62ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 10 DE MAIO DE 1996

#### 2.1 – ABERTURA

#### 2.2 – EXPEDIENTE

##### 2.2.1 – Avisos de Ministro de Estado

Nº 144, de 25 de abril de 1996, do Ministro dos Transportes, referente ao Requerimento nº 206, de 1996, de informações, do Senador Sebastião Rocha. .... 07892

Nº 336, de 29 de abril de 1996, do Ministro da Fazenda, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 138, de 1996, de informações, da Senadora Marina Silva, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31.12.64. .... 07892

Nº 337, de 29 de abril de 1996, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 237, de 1996, de informações, do Senador Gilvam Borges. .... 07892

##### 2.2.2 – Ofícios do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento

Nºs. 423-A, 424-A e 425-A, de 30 de abril de 1996, referentes aos Requerimentos nºs 226, 318 e 163, de 1996, de informações, dos Senadores Gilberto Miranda, Beni Veras e João Rocha, respectivamente. .... 07892

##### 2.2.3 – Pareceres

###### Referentes às seguintes matérias:

Mensagem nº 155, de 1996 (nº 343/96, na origem), do Senhor Presidente da República, solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis. (Projeto de Resolução nº 44, de 1996) ..... 07892

Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1995 (nº 4.555/94, na Casa de origem), que dispõe sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas e dá outras providências. .... 07894

##### 2.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 44, de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente. .... 07896

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1995 (nº 4.555/94, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente. .... 07896

Recebimento do Ofício nº 92, de 1996, de 25 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que o Senador Vilson Kleinübing, Presidente da Sub-Comissão destinada a promover a regulamentação do art. 192 da Constituição Federal, encontra-se em Missão Oficial, na Alemanha objetivando colher informações sobre o Sistema Financeiro Alemão, no período de 3 a 12 de maio de 1996. (Diversos nº 40, de 1996). .... 07896

##### 2.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1996, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, que dispõe sobre o restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas das áreas de atuação da SUDAM e SUDENE. .... 07896

##### 2.2.6 – Requerimentos

Nº 450, de 1996, de autoria do Senador Valmir Campelo, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1996, que inclui inciso VIII no art. 35, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. .... 07898

Nº 451, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares, solicitando autorização para afastar-se do País no período de 10 a 19 de maio do corrente, para desempenhar missão no exterior. .... 07898

##### 2.2.7 – Ofícios

Nº 133, de 9 de maio de 1996, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 1.417, de 2 de maio de 1996.....                                                                                                                                                                                                                       | 07899 | rente, atendendo a compromisso político, quando participará como membro do InterAction Council, das reuniões do Fórum de Vancouver, no Canadá, em reunião de ex-Presidentes, sem ônus para o Senado Federal.....                                                                                                                                                           | 07920 |
| Nº 333, de 9 de maio de 1996, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....                                                                                                                                   | 07899 | 2.3 – ENCERRAMENTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       |
| Nº 891, de 10 de maio de 1996, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....                                                                                                                            | 07899 | 3 – RETIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |
| 2.2.8 – Discursos do Expediente                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | Ata da 58ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 7 de maio de 1996 (Publicada no Diário do Senado Federal, de 8 de maio de 1996).....                                                                                                                                                                                                                                | 07920 |
| SENADOR JÚLIO CAMPOS – Globalização da economia e proteção ao meio-ambiente.....                                                                                                                                                                                                                       | 07899 | 4 – ATAS DE COMISSÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |       |
| SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Importância dos temas a serem discutidos na conferência HABITAT II, a realizar-se em Istambul, Turquia, no próximo mês de junho. Função social da propriedade.....                                                                                                           | 07901 | 3ª Reunião da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 263, de 1996, destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos – HABITAT 2, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996, realizada em 24 de abril de 1996..... | 07921 |
| SENADOR VALMIR CAMPELO – Inadequações do sistema tributário nacional.....                                                                                                                                                                                                                              | 07903 | 18ª e 19ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 24 de abril e 7 de maio de 1996, respectivamente.....                                                                                                                                                                                                                                                 | 07935 |
| SENADOR GILVAM BORGES – Razões para a apresentação de proposta de emenda à Constituição, que dá nova redação aos arts. 22 e 24.....                                                                                                                                                                    | 07905 | 5 – ATO DO PRESIDENTE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |       |
| SENADOR PEDRO SIMON – Debate sobre os principais acontecimentos da semana. Posição contrária de S.Exa. à atitude dos funcionários públicos de ocupar o prédio do Ministério da Fazenda, ontem, em Brasília, e à invasão de algumas centrais de eletricidade nos estados.....                           | 07908 | Nº 292, de 1993 (Apostila).....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 07944 |
| SENADOR ADEMIR ANDRADE – Solidariizando-se com a reivindicação das famílias, cujas propriedades foram desapropriadas por ocasião da formação do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, de receber ressarcimento pelos quatro anos de atraso no pagamento de suas indenizações.....                     | 07917 | 6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |       |
| 2.2.9 – Comunicação                                                                                                                                                                                                                                                                                    |       | Nºs 457, (Republicação), e 563 a 576, de 1996.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 07945 |
| Do Senador José Sarney, referente à sua ausência do País, no período de 10 a 24 do corrente, atendendo a compromisso político, quando participará como membro do InterAction Council, das reuniões do Fórum de Vancouver, no Canadá, em reunião de ex-Presidentes, sem ônus para o Senado Federal..... |       | 7 – MESA DIRETORA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | 10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | 11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | 12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |       | 13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |       |

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1996

**Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no primeiro semestre de 1996.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Sul autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), destinadas ao giro de 100% (cem por cento) de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1996.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

- a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos;
- b) *modalidade*: nominativa-transferível;
- c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;
- d) *prazo*: até sete anos;
- e) *valor nominal*: R\$ 1,00 (um real) -SELIC;
- R\$ 1.000,00 (um mil reais) – CETIP;
- f) *características dos títulos a serem substituídos*:

| Título | Vencimento | Quantidade    |
|--------|------------|---------------|
| 532545 | 15-5-1996  | 2.282.840.386 |
| 532555 | 15-5-1996  | 1.533.454.617 |
| 535000 | 15-5-1996  | 3.000.000     |

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

| Colocação | Vencimento | Título | Data-Base |
|-----------|------------|--------|-----------|
| 15-5-1996 | 15-5-2001  | 531826 | 15-5-1996 |
| 15-5-1996 | 15-5-2001  | 531826 | 15-5-1996 |
| 15-5-1996 | 15-5-2001  | 531826 | 15-5-1996 |

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) *autorização legislativa*: Leis nºs 6.405, de 15 de dezembro de 1972; e 8.822, de 15 de fevereiro de 1989; e Decreto nº 36.348, de 8 de dezembro de 1995.

§ 1º O valor nominal descrito na alínea e, CETIP, em decorrência daquele valor de P.U., as quantidades serão divididas por um mil, de forma a adequar o valor financeiro de colocação.

§ 2º Os Títulos 535000, descritos na alínea f, encontram-se registrado no SELIC.

§ 3º Os Títulos 531826, descritos na alínea g, deverão ser registrados no CETIP, por se tratarem de títulos emitidos para pagamento de precatórios judiciais.

Art. 3º Esta autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de abril de 1996 – Senador **José Sarney** – Presidente do Senado Federal.

(\*) Republicada por haver saído com incorreção no DSF de 10-4-96, pág. 06089.

# Ata da 62ª Sessão Não Deliberativa ordinária, em 10 de maio de 1996

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: José Sarney, Júlio Campos, Srª Emília Fernandes,  
Valmir Campelo e Roberto Requião*

*(Inicia-se a sessão às 9h)*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE:

#### AVISOS

##### DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 144/96, de 25 de abril de 1996, do Ministro dos Transportes, referente ao Requerimento nº 206, de 1996, de informações, do Senador Sebastião Rocha.

Nº 336/96, de 29 de abril de 1996, do Ministro da Fazenda, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 138, de 1996, de informações, da Senadora Marina Silva, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 337/96, de 29 de abril de 1996, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 237, de 1996, de informações, do Senador Gilvam Borges.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

#### OFÍCIO

##### DO MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Nº 423-A/96, de 30 de abril de 1996, referente ao Requerimento nº 226, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações referentes ao item nº 1 do requerimento foram encaminhadas, em cópia, ao requerente. Os itens nºs 2 e 3 deverão ser submetidos aos Ministérios setoriais competentes.

O requerimento vai ao Arquivo.

Nº 424-A/96, de 30 de abril de 1996, referente ao Requerimento nº 318, de 1996, de informações do Senador Beni Veras.

Nº 425-A/96, de 30 de abril de 1996, referente ao Requerimento nº 163, de 1996, de informações, do Senador João Rocha.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

### PARECERES

#### PARECER Nº 226, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 155, de 1996, nº 343, de 19 de abril de 1996, na origem), do Sr. Presidente da República, solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

**Relator: Senador Vilson Kleinübing**

#### I – Relatório

O Senhor Presidente da República solicita, por intermédio da Mensagem nº 155, de 1996 (Mensagem nº 343, de 19 de abril de 1996, na origem), que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente de até US\$450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

A operação de crédito externo tem as seguintes características:

a) *valor*: até US\$450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) de principal;

b) *destinação dos recursos*: financiamento, parcial do Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis;

c) *amortização do principal*: em prestações semestrais e consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados da data prevista para o desembolso final do empréstimo e, a última, até 11 de julho de 2.016;

d) *juros*: sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre, determinada pelos custos dos empréstimos qualificados, tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescido de margem razoável, expressa em termos de percentagem anual, que o Banco fixará periodicamente de acordo com a sua política sobre taxa de juros, semestralmente vencidos em 11 de julho e em 11 de janeiro de cada ano, à partir de 11 de janeiro de 1997;

e) *comissão de crédito*: 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) ao ano, sobre o montante não desembolsado, contada à partir de 60 (sessenta) dias após a data da celebração do contrato, semestralmente vencida, nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros.

## II – Voto do Relator

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 393, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, a iniciativa de projeto de resolução que implique no exercício da competência privativa do Senado Federal de autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União.

Os autos do presente processo encontram-se instruídos com toda a documentação exigida pela Resolução nº 96, de 1989, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito da União.

O Parecer PGFN/COF/nº 499/96 da Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional, que aprecia os aspectos jurídicos da operação de crédito a ser contratada pela União com Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e o Parecer STN/CO-REF/DIREF nº 20/96, da Secretaria do Tesouro Nacional, que examina a mesma operação financeira em termos de seu mérito, declaram não haver óbice para que a contratação se realize.

Em função do exposto e pela importância e oportunidade da realização das obras neste trecho rodoviário, manifesto-me favoravelmente a que se autorize a União a contratar a pretendida operação de crédito, nos termos do seguinte

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1996

**Autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo–Curitiba–Florianópolis.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Autorizar a União, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, a contratar a operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) destinando-se os recursos a financiar parcialmente o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo–Curitiba–Florianópolis.

Art. 2º A operação de crédito externo e que se refere o art. 1º tem as seguintes características:

a) *Valor*: até US\$450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) de principal;

b) *destinação dos recursos*: financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo–Curitiba–Florianópolis;

c) *amortização do principal*: em prestações semestrais e consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deve ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados da data prevista para o desembolso final do empréstimo e, a última até 11 de julho de 2016;

d) *juros*: sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre, determinada pelo custo dos empréstimos qualificados, tomados pelo Banco, durante o semestre anterior, acrescido de margem razoável, expressa em termos de percentagem anual, que o Banco fixará periodicamente de acordo com a sua política sobre taxa de juros, semestralmente vencidos em 11 de julho e em 11 de janeiro de cada ano, a partir de 11 de janeiro de 1997;

e) *comissão de crédito*: 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) ao ano, sobre o montante não desembolsado, contada à partir de 60 (sessenta) dias após a data da celebração do contrato, semestralmente vencida, nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros.

Art. 3º A contratação da operação de crédito externo a que se refere o art. 1º cederá efetivar-se no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados da data da publicação desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 8 de maio de 1996. – **Gilberto Miranda**, Presidente – **Vilson Kleinübing**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Esperidião Amin** – **Beni Veras** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Roberto Requião** – **Osmar Dias** – **Pedro Simon** – **Antonio Carlos Valadares** – **José Fogaça** – **Gerson Camata** – **Valmir Campelo** – **Lúdio Coelho** – **Bello Parga** – **Eduardo Suplicy** – **Pedro Piva**.

#### **PARECER Nº 237, DE 1996**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1995 (nº 4.555/94, na casa de origem) que Dispõe sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências.**

**Relator: Senador Lúcio Alcântara**

É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1995, que tem por finalidade fixar o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição, Deputado Nilson Gibson, alega:

"Ao cuidar da matéria, chama-nos a atenção a exigüidade do salário profissional dos médicos e dos cirurgiões-dentistas, igualmente ao amparo da Lei nº 3.999/61, o que nos leva a propor também o aumento desse piso salarial, fixando-o em quantia correspondente, hoje, a cerca de cinco salários mínimos e expressa, na redação proposta, em cruzeiros reais, dado o impedimento constitucional de que o salário mínimo seja vinculado para qualquer fim. Bem sabemos que, mesmo nesse novo patamar, o salário proposto não está à altura do elevado nível técnico e da alta responsabilidade dos profissionais da medicina e da odontologia. Entretanto, levando em conta a conjuntura econômica adversa em que se encontra o País, um piso mais elevado poderia, no momento, trazer consequências negativas no próprio mercado de trabalho dessas classes."

Muitos criticam a instituição de piso salarial para determinadas profissões. Afirmam estes que,

ao contrário do que prevê a Constituição, o piso salarial serve para amparar os trabalhos menos extensos e menos complexos ou, então, que seria apenas um instrumento com o objetivo de evitar a rotatividade da mão-de-obra, por ocasião dos reajustes e aumentos coletivos.

A Carta Magna, porém, é clara e, em seu art. 7º, V, inscreve como direito do trabalhador "o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho", o que, por si só, justifica a proposição, sob exame, concedendo aos médicos e cirurgiões-dentistas a remuneração mínima condizente com o desempenho de suas atividades.

É bem verdade que a Lei 3.999, de 15 de dezembro de 1961, já previa salário mínimo e jornada especial reduzida para médicos. Entretanto, a inadequação do salário desses profissionais era patente, tanto pela formação exigida ao profissional, quanto pelo processo de trabalho, dadas a responsabilidade e especificidade da atividade do médico e do cirurgião-dentista.

Ademais, além de esses profissionais terem suas remunerações desatualizadas, com a promulgação da Constituição ficaram sem uma base legal para reivindicarem o piso salarial estabelecido pela Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, já que esta faz referência a um salário mínimo profissional equivalente a três salários mínimos regionais. Como se sabe, a Constituição vetou em seu art. 7º, IV, a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

Assim sendo, a presente iniciativa é por demais oportuna e tem reflexos sociais importantes, eis que o bom atendimento da população por estes profissionais requer também uma remuneração digna e justa para eles.

Julgamos que o valor proposto reflete um salário digno de profissionais que tiveram, ao longo dos anos, desatualização da suas remunerações.

Ressalte-se, por fim, que as relações de mercado ainda não permitem, em todo o Brasil, que os salários dos médicos e cirurgiões-dentistas sejam por elas determinados, pois, se é verdade que em alguns centros isto é possível, em outros é completamente inviável.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas pelo Senador José Alves.

A primeira especifica no art. 1º que os profissionais a que se refere a proposição são os médicos e cirurgiões-dentistas e acrescenta que a jornada de trabalho desses profissionais será de quatro horas diárias.

A segunda emenda determina a revogação da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.



Sem dúvida alguma, faz-se mister introduzir modificação no texto do art. 1º, o qual tem uma abrangência não desejada pelo autor do projeto. Como se sabe a proposição pretende fixar o piso salarial apenas para os médicos e cirurgiões-dentistas, como se constata na sua ementa. Obviamente, de última hora, o Plenário da Câmara dos Deputados, ao se emendar o projeto, cometeu-se um lapso ao não se especificar no texto em questão as duas categorias contempladas com o piso salarial ora proposto.

Entretanto, não vemos necessidade e até mesmo oportunidade de se revogar por inteiro a Lei nº 3.999/61, uma vez que ela trata também de outros aspectos do exercício profissional dos médicos (em especial, os arts. 3º, 6º e 8º) que ficaria sem qualquer regulamentação legal.

Desse modo, acolhemos parcialmente a Emenda nº 1 e rejeitamos a de nº 2.

Por último, entendemos ser conveniente retirar do texto do art. 1º a expressão "é de R\$1.091,16 (um mil e noventa e um reais e dezesseis centavos), a partir de dezembro de 1995 e de R\$1.337,32 (um mil trezentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), a partir de junho de 1996" por duas razões:

1. não se justifica mais fixar o valor do piso salarial para dezembro de 1995. Ademais, sua permanência poderia ensejar ações na Justiça com o objetivo de se obter o pagamento daqueles valores alegando a retroatividade da lei.

2. parece-nos mais lógico não fixar o mês de junho como início da vigência do novo piso salarial e sim a data da promulgação da lei.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1995, com a seguinte Subemenda à Emenda nº 1, rejeitando-se a Emenda nº 2.

#### EMENDA Nº 1-CAS – DE REDAÇÃO

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º O piso salarial dos profissionais médicos e cirurgiões-dentistas de que trata a Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, é de R\$1.337,32 (um mil trezentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos)."

Sala da Comissão, 10 de maio de 1996. – **Beni Veras**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Jonas Pinheiro** – **Benedita da Silva** – **Antônio Carlos Valadares** – **José Bonifácio** – **Romero Jucá** – **Marina Silva** – **Joel de Holanda** – **Carlos Bezerra** – **Bello Parga** – **Lucídio Portella** – **Carlos Wilson** – **Osmar Dias** – **João França**.

*Documentos anexados nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno.*

#### EMENDA Nº 1

**Ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1995, (4.555/94, na Casa de origem) que dispõe sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas e dá outras providências.**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei em referência a seguinte redação:

"Art. 1º O piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, para jornada de trabalho de quatro horas diárias, é de R\$1.091,16 (um mil, noventa e um reais e dezesseis centavos), a partir de dezembro de 1995 e de R\$1.337,32 (um mil trezentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), a partir de julho de 1996."

#### Justificação

Revogada a Lei nº 3.999, de 1961, é importante acrescentar no art. 1º do Projeto de Lei em referência a expressão "para jornada de trabalho de quatro horas diárias."

O texto do Projeto aprovado na Câmara quando neste art. 1º se reporta a "... dos profissionais de que trata a Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961..." compreende, além de médicos, cirurgiões dentistas, auxiliares de laboratório e radiologia e internos, de cujo piso salarial não se cuida nesse momento legislativo.

Sala das Sessões,

#### EMENDA nº.2

**Ao Projeto de Lei da Câmara nº. 139, de 1995,(4.555/94, na Casa de origem) que dispõe sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas e dá outras providências.**

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei em referência a seguinte redação:

"Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961."

#### Justificação:

A presente emenda visa adequar o Projeto de Lei à nova realidade constitucional, quando veda a vinculação de piso salarial ao salário-mínimo, como prevê a Lei nº 3.999, de 15.12.1961, que está sendo revogada pela presente proposição.

Revogados os artigos 7º, 12 e 13 da citada Lei, no texto do PLC 139, de 1995, conforme aprovado

na Câmara, necessário seria a revogação do art. 5º, por impedimento constitucional, e também o art. 8º, por se reportar ao art. 12, que se propõe revogar,

Por outro lado a Lei nº 3.999 é redundante com relação à própria CLT, seus dispositivos quando estabelece jornadas de trabalho de médico de 2 a 4 horas e dispõe sobre as prorrogações do horário de trabalho desestimula o regime de plantões, o tempo integral, tem uma redação confusa e deixa a desejar com relação à técnica legislativa, quando inclui auxiliares de laboratorista, radiologista e internos, ficando, pois superada no que dispõe sobre critérios e cálculos com base no salário-mínimo.

Sala das sessões, em 10 de maio de 1996.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O Projeto de Resolução nº 44, de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará sobre a Mesa durante 5 dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1995 (nº 4.555/94, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – A Presidência recebeu o Ofício nº 92, de 1996, de 25 do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que o Senador Vilson Kleinübing, Presidente da Subcomissão destinada a "promover a regulamentação do art. 192 da Constituição Federal", encontra-se em Missão Oficial, na Alemanha, objetivando colher informações sobre o Sistema Financeiro Alemão, no período de 3 a 12 de maio de 1996. (Diversos nº 40, de 1996)

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 1996**

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, que "dispõe sobre o restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de de-

**zembro de 1985, para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas das áreas de atuação da Sudam e Sudene."**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica restabelecido, a partir de 1º de janeiro de 1994, vigorando até 31 de dezembro do ano 2000, o prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1995, para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais, agrícolas, de turismo e de infra-estrutura física de transportes e energia, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, para os efeitos previstos ao art. 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e no art. 23 do Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, e alterações posteriores."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### **Justificação**

O presente projeto de lei tem como escopo principal a concessão do benefício da isenção do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, quando da instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos voltados ao turismo e à infra-estrutura física de transportes e energia, nas áreas de atuação da Sudam e Sudene.

É conhecida a relevância e o potencial da região Amazônica, do Pantanal Matogrossense e do Nordeste Brasileiro, no que tange à exploração de atividades voltadas ao turismo.

A Amazônia e o Pantanal de Mato Grosso, são regiões que despertam um grande interesse e curiosidade internacional, por constituírem uma das últimas reservas mundiais de recursos naturais e um dos ecossistemas mais ricos e preservados do Planeta, especialmente pela biodiversidade, além do fato de encerrarem diversificados mosaicos sócio-culturais, com a presença da vida nativa de diferentes grupos indígenas.

O Nordeste brasileiro detém matizes próprios de uma região que intercala paisagens litorâneas

com as peculiaridades do sertão, o que lhe proporciona nuances de eclética beleza.

Na Amazônia Legal, especialmente, o produto turístico atende aos diversos segmentos do mercado. O ecoturismo, porém, em suas diferentes modalidades vem despertando maior interesse por parte da demanda, principalmente a de origem internacional. Ressalte-se, contudo, que o ecoturismo não pode ser dissociado do turismo tradicional, já que os dois segmentos estão estreitamente integrados.

Em que pese a potencialidade do produto turístico amazônico e pantaneiro, eles não apresentam, ainda, condições de recepção e oferta efetiva de serviços, em quantidade e qualidade adequadas, requerendo suas dinamizações através de uma ação convergente e concentrada de investimentos públicos e privados, de forma a assim superar os graves óbices e as deficiências existentes. De igual sorte, áreas da Região Nordeste também necessitam desse fomento.

A concessão do benefício fiscal da isenção do Imposto de Renda para empreendimentos voltados ao turismo, quando de sua implantação, modernização, ampliação e diversificação, na área de atuação das Superintendências do Desenvolvimento Regional da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), configurar-se-á, indiscutivelmente, em instrumento alavancador de atração de investimentos privados nesse setor.

Busca-se também, através do presente projeto de lei, o incentivo governamental da concessão do benefício da isenção do Imposto de Renda, nos moldes hoje previstos para os empreendimentos industriais e agrícolas localizados na Amazônia Legal e no Nordeste, aos projetos prioritários, de caráter estruturante, voltados à implantação, modernização e ampliação da infra-estrutura física de transporte e energia.

O presente Projeto de Lei objetiva promover a superação de deficiências estruturais nas Regiões e a criação de condições competitivas, visando ao efetivo aproveitamento das potencialidades, na perspectiva da integração espacial e do aumento dos investimentos privados em atividades diretamente produtivas, de forma a assegurar o desenvolvimento dessas Regiões.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1996. – Senador **Jonas Pinheiro**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.874, DE 29 DE ABRIL DE 1994

**Dispõe sobre restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450(1), de 23 de dezembro de 1985, para**

**instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene.**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica restabelecido, a partir de 1º de janeiro de 1994, vigorando até 31 de dezembro do ano 2000, o prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, para os efeitos previstos no art. 13 da Lei nº 4.239(2), de 27 de junho de 1963, e no art. 23 do Decreto-Lei nº 756(3), de 11 de agosto de 1969, e alterações posteriores.

LEI Nº 7.450, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1985

**Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.**

Art. 59. Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1988, o prazo fixado pelo art. 1º, do Decreto-Lei nº 1.898(2º), de 21 de dezembro de 1981, para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, para os efeitos previstos no art. 13, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e no art. 23, do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, e alterações posteriores.

§ 1º Ficam alterados para até 10 (dez) anos os prazos de que tratam o art. 13, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e o art. 23, do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, com as alterações posteriormente introduzidas, inclusive pelo art. 3º, do Decreto-Lei nº 1.564(30), de 29 de julho de 1977.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a fixar os prazos de que trata o parágrafo anterior, atendidas as características regionais e a natureza das atividades desenvolvidas, especialmente para efeito de estimular a exploração de recursos naturais.

LEI Nº 4.239, DE 27 DE JUNHO DE 1963

**Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.**

**CAPÍTULO III**

**Dos Incentivos Fiscais**

Art. 13. Os empreendimentos industriais e agrícolas que se instalarem na área de atuação da Sudene, até o exercício de 1968, inclusive, ficarão isentos de imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos, a contar da entrada em operação de cada empreendimento.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo poderá ser ampliado até 15 anos, de acordo com a localização e rentabilidade desvantajosas do empreendimento beneficiado, mediante parecer da Secretaria Executiva da Sudene aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

DECRETO-LEI Nº 756 – DE 11 DE AGOSTO DE 1969

**Dispõe sobre a valorização econômica da Amazônia e dá outras providências.**

Art. 23. Nos termos do artigo anterior gozará de isenção de imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis os empreendimentos econômicos que se implantarem, modernizarem, ampliarem e/ou diversificarem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, após 6 de maio de 1963 e que venham entrar em fase de operação até o dia 31 de dezembro de 1974.

§ 1º O prazo de vigência da isenção referida neste artigo é de até 10 (dez) anos, a partir da data em que, a juízo da Sudam, o empreendimento alcançar a fase de funcionamento normal, e poderá ser ampliado até 15 (quinze) anos, considerando-se de preferência, aqueles que absorvam fundamentalmente, em seu processo produtivo, matéria-prima regional, obedecidos critérios de localização especial, conforme normas regulamentares a serem baixadas pela Sudam.

§ 2º O indeferimento do pedido de isenção de que trata este artigo não prejudicará o direito à redução, previsto no artigo anterior, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares.

(A Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 450, DE 1996**

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 19/96, de minha autoria, que "inclui inciso VIII no art. 35, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995."

Sala das Sessões, 10 de maio de 1996. – Senador **Valmir Campelo**, PTB/DF.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 256, § 2º, b, II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 451, DE 1996**

Exmº Sr. Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, a, do Regimento Interno da Casa, solicito autorização para afastar-me do País no período de 10 a 19 de maio do corrente, para desempenhar missão no exterior, participando da Comitativa Oficial que irá visitar as Diretorias do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, em Washington, D.C., nos Estados Unidos, para tratar dos seguintes assuntos de interesse do Estado de Rondônia: Programa de Saneamento Básico e Ambiental de Rondônia e Planaflo, respectivamente.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1996 – Senador **Odacir Soares**, Primeiro Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O requerimento lido vai à publicação, e, em seguida, enviado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

*O Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 133/96

Brasília, 9 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado José Maurício para integrar, na qualidade de membro Titular, em substituição ao Senhor Deputado Antônio Sérgio Carneiro, à Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a apreciar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 1.417, de 2 de maio de 1996, que "Acrescenta § 5º do art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1996, e dá outras providências."

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Deputado **Matheus Schmidt**, Líder do PDT.

OF. GLPMDB Nº 333/96

Brasília, 8 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a Vossa Excelência minha substituição pela Senadora Marluce Pinto, como membro Suplente, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**Titulares:**

Senador Carlos Bezerra  
Senador Casildo Maldaner  
Senador Ronaldo Cunha Lima  
Senador Ramez Tebet  
Senador Renan Calheiros  
Senador Nabor Júnior

**Suplentes:**

Senadora Marluce pinto  
Senador Ney Suassuna

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.

Senador **Jáder Barbalho**, Líder do PMDB.

OF. PSDB/INº 891/96

Brasília, 10 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Jayme Santana pelo Deputado Roberto Rocha, como membro titular, na Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – **José Aníbal**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

S. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a integração dos países da América do Sul deu um passo significativo no sentido de sua concretização com a entrada em funcionamento do Mercosul, em 31 de dezembro de 1994. Esse processo de integração que reúne Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, ao tempo em que veio tornar realidade algumas tentativas anteriores com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC – e com a Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento e a Integração – ALADI – que não chegaram a surtir os efeitos desejados nem a realizar plenamente os objetivos para os quais foram criadas -, está servindo de embrião para a tão sonhada união de todos os países da América Latina. Aliás, lembro muito bem de que, quando jovem, garoto, já ouvia falar da ALALC e Aladi na figura do então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, um dos primeiros homens deste País a ter a visão de futuro da integração dos países da América do Sul e da América Latina. O Chile já está prestes a ser admitido nessa organização, enquanto que o nosso país vizinho, a Bolívia – ao lado do meu Estado de Mato Grosso – e a própria Colômbia já manifestaram o desejo de também fazer parte dela.

A união de países vizinhos em grandes mercados regionais é uma tendência do mundo moderno, e aquele país que não participar desse processo iterativo estará indiscutivelmente isolando-se dos demais, estará fechando-se sobre si mesmo.

Por isso, a criação do Mercosul é uma iniciativa destinada a dar os melhores frutos no campo econômico, no campo cultural, no campo científico, no campo social e também no campo político; em suma, no que tange ao desenvolvimento integral da região Centro-Sul da América.

Pelo que se pode observar nos mercados comuns institucionalizados até agora, guardam eles a saudável característica de nivelar os países por cima. Para estarem bem integrados, eles necessitam desenvolver-se, pois a união é um processo que refina as exigências e, por conseguinte, exige que os produtos sejam de melhor qualidade e os serviços mais eficientes. Não basta que se produza mais; é imperativo fazer com mais qualidade e com menores custos, sob pena de exclusão do mercado.

No seu pouco tempo de funcionamento, o Mercosul já está mostrando os seus resultados: o relacionamento comercial entre os países cresce ano a ano; os países já desenvolvem projetos comuns; cresce a cada dia aquele sentimento e aquela mentalidade saudáveis da globalização. Muitas ações já são projetadas, principalmente por parte das empresas, tendo em vista não o mercado brasileiro, o argentino, o paraguaio ou o uruguaio, mas o mercado a que esses países pertencem: o Mercosul.

Por incrível que possa parecer, somente agora os países do Mercosul começaram a despertar para um dos assuntos mais candentes da atualidade e que diz respeito não só a eles, mas à humanidade como um todo. Trata-se da proteção ao meio ambiente.

Reunidos em Montevideu em junho de 1995, os Ministros e Secretários do Meio Ambiente dos Estados-partes do Mercosul reconheceram a necessidade de dar um realce especial ao tratamento da questão ambiental. Assim, por sugestão desse grupo a Reunião Especial do Meio Ambiente – REMA, criada em 1992, foi transformada num subgrupo de técnicos que compõem o mercado, com a finalidade de analisar a legislação vigente nos Estados-partes e propor as ações empreendidas nas diversas áreas, com o objetivo de proteger o meio ambiente, tão agredido nos últimos anos pela comunidade mundial e também por nós brasileiros e sul-americanos.

Nessa matéria, os países do Mercosul precisam ainda caminhar bastante. Dentre eles, sem dúvida alguma, o Brasil é aquele que está mais avançado, quer seja por conviver há mais tempo com problemas dessa ordem – já tendo inclusive enfrentado a ira internacional por causa de queimadas, da poluição dos rios e da derrubada de matas e florestas e da matança de animais – quer seja por ter hoje uma legislação bem moderna a regulamentar a matéria. Apesar de vários problemas que ainda persistem, nos últimos anos, o nosso País avançou bastante na preservação da fauna, da flora e dos recursos naturais e, por isso, tem a oferecer aos outros parceiros uma razoável experiência nesse campo e o resultado de projetos bem sucedidos em termos de recuperação de áreas degradadas pelas ações de poluentes.

Para que se possa aquilatar a importância desse tema, nos dias 14 e 15 de setembro do ano passado, realizou-se, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o seminário Políticas Ambientais no Mercosul e as Experiências da Integração Européia, promovido pelo Centro de Estudos e Representação da Fundação Konrad-Adenauer no Brasil, em conjunto com o Instituto de Relaciones

Europeo-Latinoamericanas – IRELA –, de Madri, e com a Fundação Educacional e Cultural Padre Landell de Moura, de Porto Alegre.

Uma das constatações, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desse encontro foi que o Mercosul já não precisa partir do zero na avaliação da proteção ao meio ambiente. A experiência da União Européia nesse campo pode lhe ser de grande valia. Lá, esse tema só começou a ser objeto de discussão 20 anos depois de se tratar das questões econômicas e comerciais. Em decorrência disso, quando alguns problemas começaram a surgir, foi necessário agir rápido, de forma decidida e resoluta, para recuperar o tempo perdido e não deixar que referidos problemas se avolumassem.

Hoje, a política ambiental da União Européia está bem alicerçada, voltando-se para alguns objetivos bem definidos:

1) prevenir, reduzir e, na medida do possível, eliminar a poluição e materiais que causam problemas;

2) assegurar que seja evitada qualquer exploração de recursos ou da natureza que cause danos significativos ao equilíbrio ecológico;

3) orientar o desenvolvimento, de acordo com os requisitos de qualidade, especialmente, melhorando as condições de trabalho e de vida;

4) assegurar que mais países levem em comum aspectos ambientais no planejamento urbano e de uso do solo e tentar acertar os problemas dos países não-membros da Comunidade.

Aliás, por falar em planejamento urbano e uso do solo, de 3 a 13 de junho, em Istambul, na Turquia, estará sendo realizada uma nova Conferência Internacional da ONU, cujo tema é referente ao planejamento urbano e ao uso do solo de habitação. O Senado Federal estará presente, através da nossa Comissão Técnica, que está estudando profundamente o assunto a ser discutido no Habitat II.

Sabedor de que a questão ambiental é premente e durante muito tempo será o assunto da vez no mundo, o Mercosul precisa se antecipar a ele e criar as próprias normas de salvaguarda a serem por todos observadas. Hoje em dia, há países que impõem barreiras comerciais àqueles que exploram a natureza de forma indiscriminada e desordenada, sem qualquer cuidado com o meio ambiente. Esperar que essas retaliações comecem a afetar o comércio com esses países para depois agir poderá ser uma atitude muito danosa e prejudicial aos interesses do Mercosul. Deixar que cada país tome suas decisões de forma isolada poderá provocar sérias discrepâncias entre os comportamentos adotados e exigir um es-

forço redobrado para uma homogeneização futura. Por outro lado, não será possível criar regras duráveis de comércio e concorrência, deixando de lado setores clássicos da política ambiental como água, ar, produtos químicos, resíduos e ruídos.

Como bem lembrou, no seminário realizado em Porto Alegre, a Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Aspásia Camargo, "o meio ambiente, na verdade, é a porta de entrada, uma espécie de abre-te-sésamo do novo paradigma de desenvolvimento. Se não entendermos que meio ambiente é uma peça chave na construção dessa nova sociedade que estamos almejando construir, vamos ficar aquém dos desafios que o processo de mudança nos coloca".

Por isso, foi em boa hora que o Grupo Mercado Comum criou esse subgrupo do meio ambiente. Assim, não só poderá o Mercosul avançar mais ainda nessa matéria como poderá buscar, em outros lugares, cooperação técnica e científica que facilite a consecução de objetivos na área.

Acredito que o Brasil pode realmente, como parceiro mais forte, como quase que condutor do processo Mercosul, avançar e exigir de seus parceiros uma discussão ampla sobre o programa ambiental para o Cone Sul.

Pensar juntos essa questão não é só uma forma de consolidar relações e parcerias importantes. É também cuidar para que a qualidade de vida do cidadão comum seja melhor. É, sobretudo, acautelar-se para que os recursos naturais sejam preservados e explorados de forma adequada e racional, para que as gerações futuras tenham um ambiente mais saudável onde viver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

S. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no próximo mês de junho, em Istambul, realiza-se a Segunda Conferência das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos – projeto denominado Habitat II.

Propõe-se a Conferência discutir em profundidade a questão dos assentamentos humanos do ponto de vista de sua sustentação e, concomitantemente, o problema da habitação adequada para todos. A iniciativa quer envolver os países membros das Nações Unidas em um esforço coletivo para formular um plano global de ação, objetivando preser-

var e melhorar as condições de vida nas cidades. As discussões e as análises deverão acontecer em contexto de panorama mundial. O Brasil far-se-á presente com extenso relatório, abordando essa problemática no âmbito do seu território, elaborado em sucessivas reuniões do chamado Comitê Nacional.

É fato conhecido de todos nós que, nas últimas três décadas, a população mundial se vem deslocando cada vez mais para as cidades a uma taxa média de 2,9% ao ano. Nos países em desenvolvimento, a taxa atinge 4% ao ano, enquanto que, nos industrializados, 1,4%.

No início da década de 90, nos países industrializados, 73% da população viviam na cidade, contra 37% nos países não industrializados, devendo esse índice chegar a 45% até o final do século. As tendências indicam que, no ano 2000, 90% do crescimento demográfico será urbano nos países em desenvolvimento e 18 das 23 maiores cidades do mundo serão megacidades, com mais de 10 milhões de habitantes cada uma.

No Brasil, o nível de urbanização atingiu patamares muito elevados nos últimos anos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991, 75% da população viviam em áreas urbanas.

Em termos de processo histórico, em 1940, a zona rural e as localidades com menos de 20 mil habitantes compreendiam 85% da população total do País. Em 1980, essa participação decresceu para 46%. No outro extremo, as cidades com mais de 500 mil habitantes aumentaram sua participação, passando de 8% para 32% no mesmo período.

O Censo Demográfico de 1991 revela também nítido arrefecimento da migração rural-urbana e inter-regional, bem como do ímpeto de concentração nas cidades de grande porte, particularmente na Região Sudeste. No entanto, o fluxo dos anos anteriores e o atual, embora diminuído, deixaram as cidades brasileiras de maior tamanho extrema e atabalhoadamente superlotadas.

O panorama dos assentamentos humanos apresenta um dos maiores desafios ao desenvolvimento social, econômico e sustentável do ponto de vista ambiental. A deterioração urbana é constrangedora, manifestando-se em gigantescos déficits habitacionais, agravados pela ausência de moradias adequadas para os pobres, pela falta de cobertura e de qualidade dos serviços e da infra-estrutura, particularmente em saneamento, pela ocupação predatória de áreas, com riscos de perdas humanas, patrimoniais e ambientais, pelos serviços de transporte

com baixo padrão de eficiência, segurança e acessibilidade, pelos índices de contaminação ambiental e pela ocupação ilegal de terras públicas e privadas, gerando conflitos sociais e fundiários de difícil resolução.

"Esse quadro – diz o Relatório Preliminar do Brasil, a ser levado à Conferência de Istambul – é fruto de um processo de urbanização e de metropolização, cujos determinantes demográficos, territoriais e econômicos geraram disparidades regionais, desigualdades de renda e exclusão social."

"No caso brasileiro – continua o Relatório Preliminar – a metamorfose de uma sociedade que era rural e primária, para outra urbana e dependente dos setores secundário e terciário, tem sido, sem dúvida, rapidíssima, e também tem sido realizada a um custo social enorme. Sem dúvida o processo de urbanização foi desordenado e massacrante para a população de baixa renda."

O processo de modernização do Brasil deu-se com desigualdade e exclusão, criando paradoxos que estigmatizam a sociedade atual. O País alcançou grande crescimento industrial, mas convive com uma das maiores concentrações de renda do mundo. Em 1990, os 10% mais pobres recebiam apenas 0,8% da renda nacional, enquanto que o 1% mais rico recebia 14,6%. A grande maioria da população o mercado impõe o consumo de um sem-número de eletrodomésticos modernos, sem que antes tenha sido resolvido o problema das necessidades básicas, como alimentação, saúde, higiene, educação e moradia. Dessa forma, enquanto televisão, geladeira, vídeo e outros bens são acessíveis aos mais pobres, mesmo por meio de infincável número de prestações do crediário, o mesmo não ocorre com a habitação, porque os mais pobres não têm acesso ao mercado imobiliário, os salários não lhes permitem a compra de moradia, nem as políticas são eficientes para assegurar-lhe o acesso à casa própria.

A desordem na ocupação do espaço urbano é um problema que agride os olhos e chama a atenção de qualquer observador ou visitante das cidades brasileiras. Os interesses especulativos prevalecem sobre a função social do solo nas cidades. Grande número de lotes vagos e enormes glebas ainda não urbanizadas "convivem" com áreas densamente ocupadas por arranha-céus ou intensamente povoadas por favelas, o que gera uma demanda de serviços e de infra-estrutura sem condições de ser atendida.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o problema dos assentamentos urbanos no Brasil não está provocando as análises e as discussões políticas que o caso merece. Outros itens alimentam as preocupações e os interesses dos homens públicos e da sociedade em geral, mas a questão aí está e dela o País se deverá ocupar, porque ela atinge e sacrifica uma camada muito grande da população.

Aos poucos, a insuficiente mobilização social e política da sociedade no tratamento dos problemas urbanos, que transforma as cidades em palco para ações emergenciais, tópicas, sem consistência e desarticuladas de projetos e estratégias de médio e longo prazo, tende a acabar e a suscitar amadurecimento de visão e de reivindicação.

A Constituição de 1988, muito a propósito, houve por bem estabelecer vários dispositivos destinados a reverter o quadro atual da realidade brasileira concernente à tributação. Tais dispositivos dizem respeito à necessidade de descentralização, com redução do papel da União em proveito de Estados e Municípios, à consolidação do envolvimento da sociedade civil, ao fortalecimento dos Municípios, à definição de competências no campo da gestão urbana e ambiental, à criação de novos instrumentos de política urbana e ao reconhecimento da função social da propriedade.

A Agenda 21, aprovada em 1992, no Rio de Janeiro, pela Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, contemplou uma série de propostas visando à melhoria da qualidade de vida social, econômica e ambiental dos assentamentos humanos, bem como à melhoria das condições de vida e de trabalho dos mais pobres, dentre as quais vale destacar:

- fornecimento de abrigo adequado aos sem-teto;
- melhoria do gerenciamento dos assentamentos humanos da cidade;
- planejamento e gestão do uso sustentável do solo;
- fornecimento de sistemas ambientalmente saudáveis de infra-estrutura relativamente a suprimento de água, qualidade do ar, drenagem, serviços sanitários e destino dos rejeitos de lixo sólido e perigoso;
- promoção de tecnologias mais eficientes na área de energia e sistemas sustentáveis de transporte;
- promoção de atividades sustentáveis no campo da indústria de construção e no desenvolvimento de recursos humanos.

Os compromissos gerais acertados na Primeira Conferência sobre Assentamentos Humanos – Habi-



tat I -, ocorrida em Vancouver, em 1976, não foram exitosos no controle e no esforço de evitar os efeitos perversos da urbanização predatória e de melhorar as condições de moradia para todos. De lá para cá, passaram-se vinte anos, e aos problemas urbanos de então – sociais, habitacionais e ambientais -, somaram-se os da violência, da exclusão e da segregação.

É extremamente recomendável que as conclusões da próxima Conferência, que se realizará em Istambul, pelo interesse e esforço de todos os países, tenham maior êxito. Será gravemente frustrante se o Habitat II não passar de apenas e mais um instrumento do processo de globalização, que pode conduzir vastas regiões do mundo a ficarem sem espaço no contexto da ordem internacional. Com equidade, solidariedade e cooperação para um desenvolvimento sustentável, é necessário evitar uma situação-limite, em que alguns países ou regiões se transformam em paraísos de prosperidade, enquanto outros – a maioria – são condenados a viver em condições de destruição ambiental e degradação, como restos descartáveis da humanidade.

É válido o momento, para uma reflexão profunda sobre a qualidade de vida em nossas cidades, a fim de que Governo e sociedade, com espírito de amadurecida cidadania, se envolvam concretamente num processo político de vontade de mudar, resgatando o direito de todos de morar e viver bem. Esses os votos que formulo e a esperança que alimento.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Tem a palavra o Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Valmir Campelo. V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as disfunções do Sistema Tributário Nacional decorrem em grande parte de sua inadequação aos rumos tomados pela economia brasileira nas últimas décadas.

É de se notar igualmente que o próprio aparelho estatal na desesperada tentativa de assegurar níveis de receita que compensassem o equilíbrio das contas

públicas, encarregou-se de distorcer o sistema com incessantes aumentos de alíquotas e constantes alterações nas bases de incidência do tributo.

A sobrecarga tributária imposta pelo Estado para compensar a queda de suas receitas, agravou-se após a promulgação da atual Constituição Federal, que, ao ampliar as transferências de recursos para Estados e Municípios, levou a União a criar novos tributos e a majorar alíquotas do já existentes; e a crise no sistema exacerbou-se com a desestruturação da Receita Federal no Governo Collor, proporcionando a elevação dos índices de sonegação e de inadimplência.

Os efeitos perversos de tantos erros acumulados são analisados com proficiência em trabalho publicado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Intitulado "Reforma Tributária: a Administração Tributária que o Cidadão Quer, de que o Estado Necessita e que a Secretaria da Receita Federal Deve Oferecer", o trabalho assinala que a política tributária nas últimas três décadas estimulou a evasão fiscal e que a alavancagem da arrecadação ocorreu sistematicamente por meio da criação de impostos ou da elevação de alíquotas, ficando a máquina controladora e fiscalizadora de tributos relegada a segundo plano.

Tal prática, constata a publicação, permitiu ampliar a privatização dos recursos públicos por alguns segmentos, ao mesmo tempo em que penalizava os grupos sob maior controle, vale dizer: aumentou o vazamento de recursos da União e, ao mesmo tempo, exacerbou a perversidade na distribuição do ônus tributário.

Reportamo-nos a alguns tópicos do trabalho citado, Sr. Presidente, para facilitar a compreensão das circunstâncias que geraram a presente crise tributária.

Na perspectiva histórica, conforme salienta o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, a evolução da carga tributária mostrou-se crescente até os anos 60: de 13,83% em relação ao Produto Interno Bruto, em 1947, essa carga evoluiu até 24,20% em 1968. Desde então tem-se mantido estável, com algumas oscilações, tendo registrado a marca de 24,78% do PIB em 1993 e subido ao patamar de 28% no ano passado.

Outra constatação do mesmo estudo é que, na média, a carga tributária no Brasil é menor do que nos países desenvolvidos, cujas receitas variaram de 24,2% a 52,6%, em 1991, quando a receita brasileira foi equivalente a 23% do nosso PIB.

Evidentemente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso considerar que tal índice, no caso brasileiro, é distorcido pela enorme evasão fiscal.

Ainda assim, é pertinente a observação contida no estudo:

"Constata-se também que, apesar do clamor nacional, não ocorreu, na prática, uma reforma tributária que aliviasse o "excesso de carga" nos países do Primeiro Mundo. Ao contrário, as reformas tributárias implementadas nesses países acarretaram aumento de carga tributária, sob a concepção de que a vitalidade do sistema capitalista também depende de "muito imposto" com "muito gasto público".

Outras análises comparativas do mesmo trabalho concluem que há, no Brasil, maior tributação sobre o trabalho e sobre o consumo, em relação à tributação sobre o capital, e que a taxa efetiva média para o consumo, no Brasil, da ordem de 16,75%, nos coloca como o detentor da maior taxa, nessa modalidade, em confronto com os sete grandes países industrializados.

Assim, adverte a publicação dos auditores fiscais:

"A baixa tributação do capital, no Brasil, demonstra que se está, em termos tributários, na contramão da tendência internacional. Nos países desenvolvidos, em média, o capital é mais taxado que o consumo e o trabalho, ao contrário da realidade brasileira (...), e continua: "O elevado ônus tributário sobre a classe assalariada, em função das altas taxas efetivas sobre o trabalho e o consumo, é agravado pelos insuficientes investimentos sociais do Estado em áreas prioritárias, diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos. A renda líquida disponível do trabalhador brasileiro é comprimida tanto pela elevada carga tributária que lhe é imposta, como pelo inexpressivo retorno social do tributo recolhido ao Estado, obrigando o trabalhador a despendar parcela significativa do seu salário em saúde, educação e transporte".

Essas análises e essas reflexões, Sr. Presidente, são da maior importância, pois não se pode admitir, numa reforma tributária, o agravamento do ônus já imposto aos assalariados e trabalhadores de baixa renda, o que justifica a preocupação governamental, que citamos há pouco, de "permitir uma distribuição social mais justa da carga tributária".

Essa melhor distribuição, como dissemos, é um dos objetivos da reforma tributária, juntamente com a simplificação do sistema, o combate à sonegação e a redução do chamado custo Brasil, de forma a tornar nossos produtos e serviços mais competitivos no mercado externo.

Em agosto do ano passado, o Governo encaminhou sua proposta de reforma tributária ao Congresso Nacional. A matéria encontra-se, desde outubro de 1995, sob apreciação de uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a analisá-la.

Uma das inovações contidas na proposta governamental é a extinção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – e sua substituição pelo ICMS Federal, objetivando simplificar os procedimentos da máquina arrecadadora e fechar o cerco à evasão e à elisão fiscal.

Esclarece a Exposição de Motivos que acompanha a proposta que o Governo não pretende "federalizar" o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, já que o tributo não será de competência exclusiva da União. Pelo contrário, a intenção é fortalecer os Estados e Municípios, porém, com a unificação dos procedimentos e das alíquotas, que deverão ser definidas, no momento oportuno, por esta Casa Legislativa.

Além disso, a proposta da reforma prevê a implantação gradativa da cobrança do tributo no destino, como ocorre hoje em diversos países.

Em quase todas as medidas preconizadas, a reforma busca reduzir as alíquotas, compensando uma possível queda da receita com a simplificação da cobrança e com a melhor distribuição do ônus tributário.

Assim é que propõe a desoneração dos investimentos, dos insumos da agricultura e da exportação, de forma a reduzir o custo de bens e serviços, privilegiar o capital produtivo, melhorar os níveis de competitividade e promover condições de retomada do crescimento econômico. Esse, aliás, parece-nos o ponto crítico e delineador das modificações ora trazidas à apreciação do Congresso Nacional.

A unificação das alíquotas em todo o território nacional, no caso do ICMS, terá os méritos de simplificar a arrecadação e de reduzir a evasão fiscal. Entretanto, as alíquotas sofrerão variação de um produto para outro, impondo-se aí um caráter seletivo ao sistema arrecadador em função da essencialidade dos bens ou serviços.

Sensível às dificuldades vividas pela população mais carente, o Governo pretende adotar alíquotas reduzidas para os produtos da cesta básica, como

forma de minimizar a perversidade da concentração de renda em nosso País.

A proposta da reforma tributária, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, constitui uma peça homogênea e equilibrada, que deverá contribuir para gerar mais empregos e para tornar nossos produtos mais competitivos. Não se pode pretender que seja perfeita, especialmente por tratar de um tema tão complexo, mas eventuais imperfeições poderão ser sanadas sem maiores dificuldades. Nos próximos dias, estaremos aqui, nesta tribuna, discutindo os mais variados aspectos da proposta. Trata-se, como dissemos, de assunto complexo, que não se pode esgotar em alguns debates e pronunciamentos.

Devemos admitir, no entanto, que, ao preconizar tais modificações na administração e no sistema tributário, o Governo dá um importante passo no sentido de adequar os instrumentos do Poder Público à realidade do País e às tendências da economia mundial.

Não pretende o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em sua proposta de reforma tributária, apenas aumentar a eficiência do sistema de arrecadação, mas fazer dele um instrumento de redistribuição de renda, fomentador da inovação tecnológica e da competitividade, e capaz de propiciar a retomada do crescimento econômico em bases sólidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Concede a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. taquígrafos, servidores da Casa em geral, Srs. jornalistas, hoje, sexta-feira, venho à tribuna para apresentar uma proposta de emenda à Constituição e comentá-la um pouco. É o seguinte o seu texto:

"Dá nova redação aos arts. nºs 22 e 24 da Constituição Federal, atribuindo competência legislativa concorrente à União, Estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal."

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam as seguintes emendas ao texto constitucional:

Art. único – Os arts. 22, I, e 24, I, da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 – Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, processual civil, comercial, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito penal, processual penal, direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

### Justificação

Sr. Presidente, uma das grandes contradições brasileiras no campo político-administrativo reside no modelo de federalismo, vigente entre nós desde a primeira Constituição Republicana de 1891.

De tradição autoritária e vertical, que remonta à sua longa experiência colonial e ao Império, o Estado brasileiro, sob a inspiração do constitucionalismo americano, adotou a forma federal sem maior convicção, conservando, na prática, muito vivas suas velhas feições de Estado unitário.

Na primeira República, ainda presentes os ventos liberais soprados do hemisfério norte e para acautelar o regime nascente das ameaças à unidade nacional representada pelos movimentos regionais separatistas, tão comuns no Império, a idéia federativa chegou a gozar, em nosso meio, de algum prestígio.

Foi breve, porém, a carreira desse federalismo à moda americana, ou seja, dando competência legislativa exclusiva à União sobre um elenco discriminado de matérias, em relação de tipo fechado e enumerativo, e reservando aos Estados todos os poderes remanescentes não expressamente cometidos ao ente federal.

Fatores diversos, alguns de natureza geral, como a tendência universal à maior intervenção do Estado na economia e outros, de ordem local, como acentuação das desigualdades regionais ensejadas por um sistema rígido e desequilibrado de repartição das receitas tributárias, determinaram, porém, o progressivo agigantamento da União em face das unidades federadas periféricas.

Assim, a Constituição de 1934 representou o início da decadência do federalismo republicano com a assunção pelo ente central de inúmeras competências antes atribuídas pelos Estados-membros.

Desde então, assistimos em nosso País a um lento mas contínuo esvaziamento de poder local em proveito da esfera federal, reduzindo-se os Estados a parceiros menores do pacto federativo, condenados à tutela em sua quase minoridade política.

Com isso, mutila-se a eficácia democrática do ideal federativo, baseado na idéia de delegação e descentralização do poder, no sentido de realizar o primado da periferia do sistema sobre o seu centro, isto, do real (Estado-membro) sobre a ficção (União).

A utopia democrática é aproximar-se do modelo ideal de "self government", onde todos os cidadãos sejam plenamente representados, e a forma federativa pretende justamente servir a este objetivo, através da descentralização do poder político como fator de eficiência de governo e de delimitação do próprio poder.

Quanto mais próximo do cidadão o poder, maior legitimidade e eficiência terá o seu exercício.

Este também o ensinamento da Professora Fernanda Dias Menezes de Almeida, **verbis**:

"A vantagem desta descentralização das tarefas públicas é que em geral as decisões são tomadas ali onde seus efeitos podem ser melhor apreciados. A "proximidade do cidadão" da administração pública leva a uma justiça objetiva maior em cada caso e uma consideração mais intensa das características regionais e locais".

É essencial que o poder, especialmente o poder para legislar, tenha, tanto quanto possível, aderência à fonte primeira de sua emanção, isto é, a sociedade: **ubi societas ibi ius**.

Nessa linha de raciocínio, não vemos qualquer razão para manter na órbita federal, de modo exclusivo, a competência para legislar sobre matérias em que sobrelevam os aspectos sociais e culturais peculiares à cada região do imenso território nacional.

Um exemplo de matérias que deveriam, de há muito, estar sendo legisladas no âmbito estadual são, ao meu ver, o Direito Penal e o Direito Processual Penal. Há regiões brasileiras onde até hoje têm atualidade conceitos contidos no Código Penal, tais como "mulher honesta", "temor reverencial" e a criminalização de práticas como o adultério, coisas que, em centros mais urbanizados do País, soam como medievalismos incompreensíveis.

Por outro lado, o rigor da cominação e execução das penas de alguns delitos não podem ter o mesmo tratamento num estado sitiado pela violência e pelo crime organizado como o Rio de Janeiro, e num estado de menores concentrações urbanas e de maiores conflitos rurais, pela redistribuição da terra, por exemplo.

Além disso, temas polêmicos, mas de conteúdo progressista inegável como a descriminalização do aborto, de algumas drogas e da eutanásia, podem ser avaliados de modo bastante diferente pela

população de cada Estado, conforme o grau de formação e hábitos culturais neles prevalentes.

A dificuldade de atualização de nossos diplomas penal e processual penal, de que tanto se reclama no Brasil, deve ser debitada principalmente ao imobilismo decorrente da necessidade de um grande acordo nacional para efetivar alterações em assuntos que repercutem de modo diferenciado por região, não se justificando a espera eterna de um consenso impossível para aprovar as mudanças necessárias.

De resto, são inúmeros os exemplos de países de regime federativo que têm seu direito criminal sob a responsabilidade legislativa dos Estados-membros, incluindo-se entre eles os Estados Unidos da América, a Alemanha Ocidental e a União Soviética sob a Constituição de 1977.

De todo modo, tivemos o cuidado na presente Emenda, de garantir à União o poder de editar normas gerais sobre a matéria, sempre que o interesse nacional o recomende no exercício da competência concorrente.

Este o sentido desta proposição: contribuir para o reforço do federalismo brasileiro, em que o Estado-membro não seja apenas uma sombra do poder central e, além disso, ajudar na libertação dos cidadãos da camisa de força de padrões normativos artificialmente homogêneos na disciplina de situações regionais de fato o mais heterogêneas possível, no âmbito da questão criminal."

Sr. Presidente, há três dias venho refletindo sobre essas situações e, dentro da praticidade, buscando alternativas e soluções. Acredito até que, pelo acompanhamento que fazemos através dos veículos de comunicação, da imprensa particularmente, observamos melhor a dimensão fantástica do nosso País. Temos praticamente vários países dentro do próprio Brasil, apesar de falarmos a mesma língua — o que nos une. Formamos um país fantástico.

Voltei sempre os meus olhos para o Rio de Janeiro, com esses sucessivos massacres, esse confronto das instituições, esse equilíbrio que se busca e, de repente, vemo-nos impotente.

Ontem mesmo, eu observava os aumentos sucessivos, por exemplo, nos planos de saúde — uma desorganização generalizada; e as autoridades sem condições de obter resultados positivos. O que observamos é uma enorme vacância, não sei se pela nossa dimensão ou se pela nossa própria cultura.

Estou apresentando essa proposta de emenda à Constituição com um único objetivo. Vou dar um exemplo, Sr. Presidente. Este País precisa discutir

com mais profundidade esta questão. Precisamos dar mais poder para o Poder, principalmente localizado nos Estados, para que tenham condições de administrar isso.

O Rio de Janeiro sempre aparece como um Estado problemático, o centro nevralgico do tráfico de drogas, das gangues, dos assaltos a bancos, do crime organizado. Será que a sociedade desse Estado, através de suas autoridades: seus Governadores, seus Deputados, que fiscalizam o Governador e elaboram as leis do Estado, os seus municípios todos, através dos seus Vereadores e Prefeitos, não poderia discutir um pacto e ter condições de legislar sobre questões penais? Darei um exemplo. O que o homem mais teme? A morte. Eu, particularmente sou contra a pena de morte, porque vejo de um outro prisma. O bandido, o delinqüente, que é diferente do marginalizado, pratica toda uma sorte de crimes hediondos: estupro, homicídio, chantagem, e, de repente, o Estado lhe premia com a sua morte no paredão, em cadeira elétrica, ou com uma injeção letal. Entendo isso como um prêmio. O que esse homem vai sofrer? Por quanto tempo: alguns segundos? Meia hora? Sr. Presidente, nada pior para um homem do que o cerceamento da sua liberdade, pois é quando ele começa a conviver com a sua consciência. Isso é que o Estado tem que fazer. Entendo dessa forma.

Mas, como dizia, se a sociedade do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro ou qualquer outro, pretende discutir como legislar – e penso que uma das alternativas, realmente, é implantar a pena de morte -, por que ele não tem esse direito? Não podemos lhe dar esse direito? Aqui é muito difícil.

Sou favorável a uma matéria de direito das minorias, que é um direito nosso. Pois, hoje, estamos bem, Sr. Presidente, com saúde, lúcidos, mas não sabemos sobre o amanhã. Sou a favor da eutanásia. Acho uma hipocrisia, uma maldade terrível do Estado, através de suas instituições mais conservadoras, dizer que o cidadão não tem o direito de optar, principalmente aquele que está lúcido. Um aidético, um tetraplégico, que perdeu o referencial de prazer, de vida, e faz a sua opção: o Estado não pode impor essa dor profunda a esse cidadão, através de suas instituições conservadoras, principalmente a Igreja.

Quando estava na Câmara, apresentei um projeto, foi um Deus nos acuda pelos padrões de valores que fazem o juízo de cada cidadão. E esses cidadãos são a representação das instituições às quais estão ligados, ou seja, os valores que essas instituições impõem.

Sr. Presidente, seria um grande passo se o Congresso Nacional comesse a discutir essa emenda que dá autonomia aos Estados para legislar sobre certas matérias. Se os Estados tivessem autonomia para legislar sobre determinadas questões, tenho certeza de que isso seria um grande avanço. Os Estados brasileiros com condições de legislar sobre matérias que hoje são da competência exclusiva da União.

Dou um exemplo: o Deputado Fernando Gabeira, recentemente, apresentou um projeto para a descriminalização da maconha. A sociedade, às vezes, recusa-se a discutir assuntos polêmicos. Hoje o crime organizado gira sempre em torno da droga. Um grande número de crimes é praticado por cidadãos viciados, que não têm condições de adquirir a droga. O Deputado Fernando Gabeira apresentou esse projeto pensando no direito de opção do cidadão. Mas há um outro aspecto muito importante que precisa ser avaliado: temos que voltar os nossos olhos para a história. Há quantos mil anos a sociedade se debate com o problema das drogas? A repressão deu jeito? Os americanos declararam guerra contra as drogas. Entraram nos países da América Latina, principalmente nos países produtores. Milhares de dólares foram investidos na repressão. Quais são os resultados concretos? Pelos últimos estudos, o preço da droga subiu e as quadrilhas se organizaram ainda mais.

O Rio de Janeiro ou qualquer outro Estado deve legislar sobre essa matéria conforme a sua realidade, sua cultura e seu entendimento.

Se um Estado como o meu, um pequeno Estado no extremo Norte, resolve legislar sobre uma matéria que também é tabu, como a interrupção da gravidez, ou o Rio Grande do Sul, lá no extremo Sul, isso traria um equilíbrio muito grande para o País. São problemas sérios, que a sociedade esconde, coloca embaixo do tapete. Por exemplo, hoje, os abortos clandestinos matam mais do que a AIDS, constituindo-se na quarta causa de morte da mulher.

Nós do Congresso temos que discutir essas questões e garantir o direito de escolha ao cidadão. O cidadão é que deve decidir, de acordo com sua consciência.

Eu gostaria de ter a oportunidade de discutir algumas matérias importantes com a sociedade do meu Estado, com as lideranças locais. Aqui no Congresso Nacional, em várias situações, sempre encontramos dificuldades, que considero naturais dentro do processo democrático.

Nos pronunciamentos de quase todas as autoridades federais a respeito dos mais variados temas

e assuntos, podemos constatar a falta de alternativas de solução para muitos de nossos problemas. Pela dimensão do nosso País, precisamos dar condições para que os Estados legislem sobre matéria penal, tributária.

Nos Estados Unidos e em outros países mais avançados, os Estados têm autonomia para legislar, por exemplo, sobre pena de morte.

Queremos chamar a atenção do País para esse tipo de discussão.

Por hoje, nesta sexta-feira, em que o Plenário, atento, escuta este modesto discurso, quero agradecer a atenção de todos, e também do Presidente, que esteve também muito atento e preocupado com o andamento dos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que bom se voltássemos a ter, como na legislatura passada, as manhãs de sexta-feira para meditação.

Seria interessante que nós Parlamentares – sou um dos que gostariam de estar aqui neste dia – tivéssemos a sexta-feira como o dia da meditação.

Houve época em que nós discutíamos, analisávamos aqui o que se passava durante a semana, numa linguagem quase informal. Na verdade, isso era muito positivo, e penso que pode ser feito hoje. É essa a proposta que faço aos ilustres Parlamentares.

Eu, por exemplo, confesso a V. Ex<sup>as</sup>, com toda a sinceridade, que não sei sobre o que vou falar agora, porque há muitas questões à minha frente e, como considero todas importantes, não sei sobre qual falar.

Esta manchete, "Malan vira refém dos grevistas", e toda a matéria a que ontem assistimos pela televisão, somadas a esta outra, "CUT invade cinco centrais elétricas", são muito ruins. Eu me dirijo à CUT e aos trabalhadores públicos federais: a greve é um direito, sei que a reivindicação por melhores salários é um direito, mas isso não é a solução.

Eu me lembro do grande e doloroso erro do Governo Sarney – ele não teve culpa, mas aconteceu –, quando os trabalhadores invadiram a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, e lá morreram três. Invadir prédios públicos, invadir centrais elétricas, invadir o Ministério da Fazenda, deixar como refém o Ministro da Fazenda, isso para nós não soma. Não é bom para a CUT, não é bom para os funcionários, não é bom para a Oposição,

não é bom para o Governo, mas, fundamentalmente, não é bom para a democracia.

Volto a repetir: é normal que os trabalhadores debatam o fato de terem ficado um ano sem aumento de salário, principalmente quando se analisa e se vê que as questões não são como o Governo diz. Qual a participação da folha de pagamento no Orçamento e quanto o Governo gasta com o pagamento de juros? Isso merece ser analisado.

Quando o Governo abre o Proer para o Econômico, para o Nacional, para a Caixa Econômica Federal – agora estão pedindo que socorra o Banespa –, quando se detecta que o rombo no Orçamento provém do pagamento de juros da dívida, dizer que não há dinheiro para o funcionalismo constitui, de fato, uma interrogação. Também no meio do funcionalismo há uma interrogação no momento em que a Câmara dos Deputados, bem ou mal – não sei –, dá um aumento de 40% aos seus funcionários enquanto o restante não ganha nada.

Há razão para o debate, mas não para a ação. Perdoem-me, mas o ato a que assisti pela televisão ontem – os funcionários tomando conta do prédio do Ministério da Fazenda e fazendo o Ministro de refém – não é bom. As fotografias que vi hoje não são boas. Com toda sinceridade, esse é um caminho que a nós não interessa. Ouvi no noticiário de uma rádio, hoje de manhã, alguém dizer que é por isso que o Presidente fala em Fujimori e em outras coisas mais.

Isso que está acontecendo não nos interessa. É democracia? É democracia. É liberdade? É liberdade. Venham para a frente do Congresso, para a frente do Palácio. Vamos fazer justiça à Câmara: ontem, os sem-terra foram à Câmara dos Deputados e aquela Casa lhes franqueou a tribuna para debater, discutir, protestar, gritar. Ontem foi um dia histórico, porque, pela primeira vez, aqueles que comumente não têm vez, não têm hora, tiveram vez para ir à tribuna e falar na Câmara dos Deputados.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Senador Pedro Simon, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo convite que V. Ex<sup>a</sup> fez aos Senadores para refletirem sobre os fatos mais importantes desta semana. V. Ex<sup>a</sup> ressaltou o episódio ocorrido ontem, quando os servidores federais ocuparam, desde meio-dia e meia até a noite, o Ministério da Fazenda. Estávamos aqui votando o projeto do Deputado Hélio Bicudo quando recebemos a notícia da ocupação do edifício do Mi-

nistério da Fazenda por mais de 600 funcionários. Isso nos preocupou. Aqui havia apelos para que Senadores fossem lá. Eu para lá me dirigi logo após a votação, por volta das 19h30min. Os Deputados Ivan Valente, Maria Laura, Arlindo Chinaglia haviam conversado, às 15 horas, com o Ministro Pedro Malan, que disse que receberia os membros da Coordenação do movimento dos servidores, desde que desocupassem o prédio, na data de hoje. O chefe de gabinete deu essa informação aos coordenadores, mas eles não aceitaram isso. Queriam que o próprio Ministro Pedro Malan dialogasse com eles. Foi então que conversei com os seis membros da Coordenação dos servidores. Explicaram-me que estão solicitando a oportunidade de diálogo com as autoridades há muitos meses. Conversaram com o Ministro Bresser Pereira, que, há um mês e pouco, lhes disse que não havia como resolver a questão do reajuste salarial, que, pela primeira vez, com desrespeito ao que eles haviam acordado no ano passado, passa da data-base, que não foi observada. Passou-se um ano, houve inflação bem menor do que a anterior, e o Governo resolveu que para eles não haveria reajuste. Isso causou enorme frustração entre servidores, alguns dos quais viajaram 10, 20, 30 horas para participar do movimento. V. Exª pondera que a ocupação do Ministério da Fazenda não foi adequada. Por volta das 21 horas, conversei com o Ministro Pedro Malan e lhe propus que fizesse um gesto símbolo, recebendo os seis membros da Coordenação simplesmente para comunicar-lhes que os receberia hoje, desde que desocupassem o prédio. O Ministro Pedro Malan, depois de refletir, aceitou realizar esse gesto. Lembramos a S. Exª gestos que acontecem na história da humanidade, como V. Exª aqui por vezes lembra. Nem sempre Arafat e Rabin puderam paralisar a guerra, mas fizeram alguns gestos símbolos que foram de grande relevância. O Ministro Pedro Malan fez esse gesto. Concordeu comigo e, por volta das 21h30min, os seis membros da Coordenação foram ao gabinete do Ministro Pedro Malan, que usou menos de dois minutos para dizer-lhes que nunca deixou de receber qualquer pessoa, fosse ela líder sindical, parlamentar ou representante de algum movimento, que lhe pedisse adequadamente uma audiência. Ele iria recebê-los hoje à tarde, logo que houvesse a notícia da desocupação do Ministério. Procedeu-se à desocupação após uma votação que foi feita em etapas em cada um dos andares ocupados. Em alguns lugares, a diferença foi de um voto entre resistir e manter a ocupação. Mas, num corredor ao fundo, a maioria resolveu, e foi de bom-senso a decisão. Demorou uma hora e meia para que todos descessem. Quando todos desceram, por volta das 23 horas, o Ministro Pedro Malan, pessoalmente, confirmou a mim próprio que receberia a Coordenação dos servidores hoje, às 15 horas.

Quero transmitir a V. Exª essa informação e ressaltar que considero uma atitude de bom-senso a do Ministro Pedro Malan. Acabou-se por evitar qualquer episódio do tipo ocorrido na CSN algum tempo atrás. Quando há um esforço de diálogo, acaba-se resolvendo a situação. Espero que as partes cheguem ao entendimento. V. Exª expõe fatos importantes. Na hora de salvarem-se instituições financeiras, as coisas andam muito rápidas. Na hora de dizer aos funcionários que não vai haver ajustes por mais doze meses, quando para todos os demais segmentos há ajustes, quando o capital é remunerado de acordo com a TR - 24% ao ano -, há que se ter respeito pelos servidores. Se eles se indignam além da conta, então cabe a todos nós o esforço para a ponderação e o bom-senso.

**O SR. PEDRO SIMON** – Agradeço, mais do que o aparte, a oportuna análise feita por V. Exª, que participou dos acontecimentos. Também daqui levo meu respeito ao Ministro Malan. Creio que S. Exª agiu corretamente.

Eu não viria a esta tribuna apenas para fazer uma análise dessas manchetes, não fosse a minha preocupação com o futuro. Com relação ao que aconteceu ontem, temos que dar a nossa colaboração para que isso não seja o início de um processo, mas que seja algo que se analise e se encerre.

Volto a dizer: podemos ter a divergência que quisermos com este Governo, com o Senhor Fernando Henrique, com o seu Ministério, mas não há dúvidas de que eles não apenas são democratas mas também estão abertos ao debate e à discussão com quem quer que seja. Pelo amor de Deus!

Ainda agora, a manchete da imprensa é uma crítica ao Senhor Fernando Henrique porque recebeu os sem-terra dentro de seu gabinete. Foi a primeira vez que aconteceu isto: Sua Excelência os recebeu, debateu e discutiu o assunto.

O Betinho pode dizer – e acho que ele está certo – que o Projeto Comunidade Solidária não caminha como deveria. Tudo bem, mas não vamos caminhar por esse terreno. Isso estabelece a diferença entre uma democracia organizada e um regime que se dirige para a anarquia. Isso favorece aqueles que são inimigos da democracia. Isso permite que aqueles que estão de olho arregalado para bater no Congresso, na classe política, no Governo e na democracia venham à tona.

Falo menos como Senador e mais como velho. O diabo diz que tem experiência mais por ser velho do que por ser diabo. Pois a minha velhice me demonstra isso. Conheço essas manchetes de longa data. Olho para elas e lembro-me de 54, de 61, de 64 e de 68 e vejo o AI-5.



Para V. Ex<sup>a</sup>, podem essas manchetes não significar nada. A mim, assustam! Não gosto delas, porque, se continuarem, preconizam um rumo ruim. Podemos divergir, mas não devemos seguir esse rumo, nenhum de nós deve. Não deve o Vicentinho, da CUT, que é um belo companheiro, de grande capacidade, de grande competência, não devemos nós e não devem principalmente os funcionários público seguir esse rumo. Se eles estão mal – concordo que sim -, pior estão os que ganham o salário mínimo, que ganham R\$112,00. Esse é o desgraçado, que não pode fazer greve, não grita, não protesta, porque não tem como chegar a Brasília com os R\$112,00. Esse não faz greve, não protesta, não grita, porque o seu inimigo é o desemprego. Há 30 milhões de desempregados e os que estão trabalhando, se abrirem a boca, serão demitidos, serão colocados na rua!

Tenho respeito pelos funcionários públicos, mas eles, bem ou mal, não pertencem à "Índia brasileira", mas à "Bélgica". Podem estar lá na categoria mais baixa da "Bélgica", mas são da "Bélgica", enquanto a "Índia", dos que morrem de fome, dos que vivem na miséria, dos 30 milhões que passam fome, não tem nada, nem quem olhe por ela.

**O Sr. Roberto Freire - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**O SR. PEDRO SIMON** – Com o maior prazer.

**O Sr. Roberto Freire** - Já que V. Ex<sup>a</sup> nos chamou para uma meditação sobre as manchetes, gostaria de lembrar – não sei se é apropriado – a decisão do Supremo sobre o mandado de segurança que alguns partidos de Oposição impetraram contra a Mesa da Câmara dos Deputados.

**O SR. PEDRO SIMON** - Alguns até festejaram!

**O Sr. Roberto Freire** - Exatamente. E essa é a minha preocupação. Alguns estão comentando que não houve nenhuma interferência indevida do Supremo no Poder Legislativo. Quero dar minha modesta opinião e dizer que houve interferência e profundamente preocupante. A Constituição estabelece, em seu art. 102, Inciso I, letra "d", que o Supremo é competente para julgar o mandado de segurança e o **habeas data** contra atos das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Mas que mandado de segurança? Quando a Mesa do Senado ou da Câmara é autoridade coatora. Por exemplo, se a Mesa do Senado, não no exercício do poder, mas como autoridade coatora, adotar qualquer medida pela qual qualquer funcionário ou cidadão se julgue ofendido, é evidente que cabe ao Supremo julgar o ato. Trata-se de controle jurisdicional. Mas julgar a

ação do Poder Legislativo na aplicação do Regimento, na votação de matérias, evidentemente é interferir naquilo que vamos votar, exercendo o nosso poder. Deixamos de ser Poder.

**O SR. PEDRO SIMON** – O mais importante é que, a rigor, não foi uma decisão da Mesa da Câmara, foi uma decisão do Plenário. O Plenário votou.

**O Sr. Roberto Freire** – O problema é que se está aqui querendo, num certo silogismo, aplicar uma regra, que evidentemente é garantidora da democracia, para interferir na harmonia entre os Poderes na clara definição do Estado de Direito democrático. Se não houver uma reação do Congresso, nós perdemos a nossa soberania de aqui votar o que bem entendermos. Qualquer parlamentar – num grave equívoco da Oposição – que tenha chamado inúmeras vezes o Supremo para resolver problemas **interna corporis** estará entrando numa disputa de uma oposição sem limites. Imagino que o Governo não gostaria que Ministros estivessem interferindo no trabalho do Legislativo. O Supremo Tribunal Federal deve ser chamado, após a decisão do Congresso, com a promulgação e a sanção de uma lei, para o controle da jurisdicionalidade, da inconstitucionalidade e da legalidade. É evidente. É essa a harmonia entre os Poderes. Enquanto não for decidido, nos trâmites, nos procedimentos internos deste Congresso, o Supremo não tem nada a dizer. E toda vez que diz atenta contra a harmonia, contra a independência dos Poderes e a democracia, e ninguém pode ficar animado com isso. Era só para uma meditação também em relação a algumas manchetes.

**O SR. PEDRO SIMON** - Nobre Senador, creio ser muito importante a afirmativa de V. Ex<sup>a</sup>. Também fiquei apreensivo com a decisão praticamente unânime do Supremo Tribunal Federal de interferir nos procedimentos do Congresso Nacional.

Há uma interrogação. Como diz V. Ex<sup>a</sup>, pela Constituição, daqui para diante, o que nós decidirmos o Presidente da República pode ou não vetar e, vindo para cá, nós podemos ou não rejeitar. Mas agora há um fato novo: o que nós votamos, o Supremo pode dizer se está certo ou errado.

Então, na verdade, temos autonomia, mas não somos decisão definitiva. Tudo o que votarmos vai para o Presidente da República, e Sua Excelência pode vetar; se isso ocorrer, podemos derrubar o veto. Mas, de acordo com a decisão do Supremo, tudo o que votamos pode ir para o Supremo, e o mais grave é que o Supremo pode anular e não vir mais para o Congresso. O veto do Presidente vem para cá, e o Congresso pode rejeitá-lo. Mas qual-



quer que seja a decisão do Supremo não poderá ser rejeitada pelo Congresso.

Essa é uma análise muito delicada que deve ser feita.

Antes de conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Requião, gostaria que um fotógrafo da Casa tirasse uma foto minha, focalizando a Presidência do Senado. Posso ficar num canto, desde que se focalize a Presidência. Para nossa honra, trata-se da extraordinária Senadora Emilia Fernandes, que, pela sua competência e dignidade, vem honrando a Representação do Rio Grande do Sul.

Tenho muito carinho e respeito por V. Ex<sup>a</sup> e é com muita alegria que estou sob o seu comando. Aliás, todos os Srs. Senadores, neste momento, estão sob a Presidência de uma extraordinária mulher da fronteira do Rio Grande do Sul.

Mas queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tenho direito a 20 minutos para o meu pronunciamento, o que deve ser cumprido. Repare que o Senador Eduardo Suplicy iria fazer um discurso e o fez num aparte, comunicando o que aconteceu ontem, e já foi embora; o Senador Roberto Freire, no aparte, trouxe um assunto novo, que não tinha nada a ver com o meu, mas muito importante, e já está indo embora. Então, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> entendesse que foram discursos incorporados ao meu. E, de certa forma, podem ser retirados da lista o Senador Suplicy, que já foi embora, o Senador Roberto Freire, que também já está indo, e não sei se o meu querido amigo Senador Roberto Requião ficará depois de proferir o seu aparte.

**O Sr. Roberto Requião** - V. Ex<sup>a</sup> tem o meu compromisso de permanecer no plenário até o fim da sua intervenção.

**O SR. PEDRO SIMON** - Mas não falei nesse sentido, e sim para explicar à Mesa que tenho direito a 20 minutos, porque houve vários discursos que se estão somando ao meu.

**O Sr. Roberto Requião** - Evidentemente. Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, eu me somo ao entendimento de V. Ex<sup>a</sup> sobre o exagero do movimento dos funcionários ao invadir repartições públicas. Pedro Malan tornou-se, indevidamente, refém do movimento de funcionários públicos. Talvez até na circunstância isso tenha sido bom para o Brasil, pois há sempre a possibilidade de uma ou outra medida provisória não ter sido editada, de algum Proer não ter sido doado a um banqueiro. Mas esse é o lado irônico da minha argumentação. O fundamental é que não tem nenhum sentido a invasão de órgãos públicos por funcionários públicos. Amanhã, podere-

mos ter uma sessão do Senado interrompida pela reivindicação salarial de funcionários, com prejuízos seriíssimos para o País e para a democracia. Os Ministros e o Presidente da República, seguramente, não podem e não devem tornar-se reféns do funcionalismo. Mas, por outro lado, Senador Pedro Simon, nós, brasileiros, somos hoje reféns do tucanato transgênico, desses tucanos do bico dourado, extraordinariamente interessados em proteger os grandes banqueiros e o capital internacional. Somos reféns dessa tese de modernidade globalizante, que está ferindo fundo o indefeso povo brasileiro. Sessenta mil assentamentos nos promete mais uma vez o Governo Federal durante este ano, Senador Pedro Simon. Sessenta mil! E essa promessa é feita pelo amigo dos macacos, o novo Presidente do INCRA, que, quando no Ibama, entrou com uma ação contra a Pepsi-Cola para impedir que um macaco de circo, daqueles que trabalham no picadeiro pela manhã, pela tarde e pela noite, fosse estrela de um comercial. Inusitada medida! Macaco africano, criado no circo, sobrevivente da sua espécie exatamente por estar dentro do espetáculo circense. Esse rapaz pediu apoio para o meu ex-Procurador do Estado, que lhe sugeriu, de bate pronto, que procurasse a Coca-Cola, que era a interessada em tirar o comercial da Pepsi-Cola do ar. Talvez não tenhamos um grande Ministro da Reforma Agrária, mas, sem sombra de dúvida, os macacos africanos têm, no INCRA, no Ministério da Reforma Agrária, um defensor, que nos promete 60 mil assentamentos este ano. Senador Pedro Simon, dados do Ipará, o Instituto de Pesquisa do Paraná, mostram que, só no meu Estado, de 94 para cá, perdemos 55 mil unidades de produção agrícola, pequenas propriedades; meeiros e arrendatários abandonaram o campo e 10 mil propriedades estão à venda. Os 60 mil assentamentos do Presidente Fernando Henrique não resolvem o problema de reposição do êxodo rural, provocado pelo plano econômico do Governo, num pequeno Estado como o Paraná. E os tucanos do bico dourado, esses tucanos transgênicos piam no Planalto de forma diferente dos tucanos do plenário do Senado Federal. Ontem, neste plenário, tivemos derrotado o projeto que tentava segurar e dominar os ímpetus assassinos da Polícia Militar, pelo tucanato e pelas bases de apoio do Governo somadas. Enquanto isso, desempregados urbanos se somam a trabalhadores sem-terra, e a situação no campo é explosiva. Dizem-nos alguns dos mais conservadores: "A maioria não é de trabalhadores sem terra, são funileiros, marceneiros, mecânicos; são pessoas que têm ofício urbano". Mentira conservadora, Senador Pedro Simon! Todos os trabalhadores do Brasil têm origem rural, saíram do campo à busca de uma profissão mais confortável e mais bem remunerada. E quando um mecânico decide, como única possibilidade de

sobrevivência, voltar às origens: rurais de sua família, ocupar um pedaço de terra. Jogar uma semente ao chão, criar um porco e uma galinha para sobreviver, ele está optando pelo trabalho mais duro que a espécie humana já engendrou no Planeta. Vai pegar no cabo do guatambu, capinar a terra com a enxada e virá-la com uma cortadeira. Trabalho duro e pesado que ele trocaria, com agrado, pelo bem remunerado, se possível, ofício de mecânico, funileiro ou pedreiro numa cidade. O campo e a situação social são explosivos, o aumento do salário mínimo é rigorosa e absolutamente ridículo, mas não faltam recursos para os banqueiros. E nós, brasileiros, somos reféns da globalização e da modernidade, que nada mais significam do que reengenharia, que é sinônimo de desemprego. Apreendi na escola que globalização e modernidade nada mais são do que sinônimo de empreguismo. A questão a ser discutida é a seguinte, Senador Pedro Simon: de um lado, os globalizantes e modernistas; do outro, aqueles que aprenderam, na escola, na família, no seu processo civilizatório, as funções claras de fraternidade e solidariedade, que se traduzem, politicamente, pela noção clara de soberania do Estado e de nacionalidade. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** – Veja, Sr<sup>a</sup> Presidente, que agora não foi um aparte, mas um pronunciamento importante que fez o Senador Roberto Requião.

Para fazer justiça, Senador Roberto Requião, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que os tucanos – manchete do **Correio Braziliense** de hoje – estão abandonando a rota do Planalto, estão defendendo que um salário mínimo de R\$112,00, como quer o Governo, não está certo.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> que até os tucanos estão reconhecendo esse fato. E dizem que, pela primeira vez, se rebelam contra o Presidente da República para dizer que um salário mínimo de R\$112,00 não é justo. Trata-se da Bancada mais fiel, pois é a Bancada do partido do Governo. Vamos fazer justiça: é a socialdemocracia que o está reconhecendo e não dá para ser socialdemocrata com um salário mínimo de R\$112,00.

**O Sr. Roberto Requião** – São os remanescentes do tucanato do bico vermelho com sentimento social, e do bico verde e amarelo com sentimento nacional.

**O SR. PEDRO SIMON** – Concordo, mas vamos estimulá-los.

**O Sr. Roberto Requião** – Mas são poucos, Senador. São aves em extinção.

**O SR. PEDRO SIMON** – Discordo de V. Ex<sup>a</sup>: não são aves em extinção. Conheço o PSDB. Posso citar nomes se V. Ex<sup>a</sup> quiser. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> vai

concordar – acredito que sim -, mas há um, do seu Estado, que está hoje em Itaipu e que é uma das figuras mais extraordinárias que conheci, pela dignidade e pela luta. Outro é o meu amigo Mário Covas. Posso divergir de S. Ex<sup>a</sup> com relação a alguns pontos de vista, mas não há dúvida de que se trata de um homem de linha reta. Se dependesse de mim, não teria sido o Collor o Presidente da República, e sim o Mário Covas. Quando Governador do Rio Grande do Sul, fiz um esforço dramático junto ao Dr. Ulysses para que retirasse sua candidatura e apoiasse o Mário Covas. Eu lhe disse: "Dr. Ulysses, o senhor não tem mais chance de ser Presidente, o senhor está com 3%, mas pode ser o maior cabo eleitoral. Ao invés de ser Presidente da República, o senhor pode ser um estadista, o grande homem da república, se retirar sua candidatura e apoiar Mário Covas à Presidência da República". Infelizmente não deu. A meu ver, há tucanos que temos que respeitar.

Os jornais de hoje estão fantásticos. Peço aos senhores que leiam o debate entre o Ministro Motta, o Líder do PFL na Câmara, o Líder do PSDB na Câmara, o Chefe da Casa Civil. O debate é uma Torre de Babel. A guerra está entre o PSDB, PFL, PTB. É algo dramático, mas o Senhor Fernando Henrique precisa coordenar. Na verdade, acho que a aliança que o Presidente fez é exagerada. O que aconteceu ontem nesta Casa foi prova disso. Tínhamos conhecimento de que na segunda-feira o Senhor Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Jobim anunciariam um plano de abertura aos direitos e à liberdade, e que pediriam ao Congresso para votar a lei do Hélio Bicudo. Essa informação foi-nos dada pelo próprio Deputado Hélio Bicudo. A Bancada, então, veio para votar, porque pretendia fazê-lo antes de o Presidente falar à Nação, o que vai acontecer na segunda-feira. A votação não aconteceu. Como vêem, as alianças são as mais variadas.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal – eu nunca tinha visto isso – respondeu, com elegância, a uma manifestação, também elegante, da Primeira-Dama. Ela disse que a reforma agrária depende muito da Justiça, ao que o Presidente do Supremo respondeu: "mas se a medida provisória é usada para tanta coisa, até para comprar um carro para o Vice-Presidente, por que o Presidente não a usa para instituir o rito sumário?"

O Presidente fala em instituir o rito sumário mediante a edição de medida provisória, mas há mais de 100 Deputados da chamada Bancada Ruralista que votariam contrariamente a essa proposta. Por essa razão, o Governo não pode editar a medida provisória que institui o rito sumário.

**O Sr. Roberto Requião** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Requião** - Senador Pedro Simon, no entanto, quando foi para votar o Proer e o Sivam, o Presidente, além de ter feito o pronunciamento...

**O SR. PEDRO SIMON** – O Presidente sabe que votarei contrariamente ao Proer. No momento de se votar a medida provisória que dispõe sobre o Proer, votarei contra, repito. A mim, que vou votar contra o Proer, ninguém respeitou, mas a Bancada Ruralista, que vai votar contra a medida provisória do rito sumário, foi respeitada: o Presidente está com medo do resultado da votação, razão pela qual não vai editar a medida provisória do rito sumário.

**O Sr. Roberto Requião** – Senador Pedro Simon, só para restabelecer a verdade dos fatos, digo que o Presidente da República, quando quer aprovar medida que favorece o setor financeiro do Brasil, joga tudo: os Líderes recebem telefonemas, são convocados ao Palácio do Planalto. Agora houve dois fatos: o tucano do bico dourado anunciou, no Planalto, a medida provisória que reforça a política de direitos humanos, mas no plenário do Senado a voz do Presidente não chegou, nenhum Líder foi chamado, ninguém foi convocado. Assistimos a uma farsa: houve um discurso, feito para o mundo, com a intenção de limpar a imagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, esse discurso não se transformou em ação política no plenário do Senado Federal.

**O SR. PEDRO SIMON** – E veja V. Ex<sup>a</sup> que o PT e o Partido Socialista fizeram um apelo no sentido de que, pelo menos, a votação fosse transferida para a próxima semana, a fim de que pudéssemos ouvir a palavra do Presidente.

Considero seriíssima – perdoem-me a sinceridade – a notícia publicada pelo Jornal a **Folha de S. Paulo**. O Jornal, mediante reportagem do seu correspondente em Marabá, Irineu Machado, dá conhecimento de que um fazendeiro confessou que deu muito dinheiro – muito mais do que os R\$100 mil de que estão falando – para a Brigada do Pará executar a matança. Disse que o compromisso é de matar mais e que estão bravos porque mataram poucos. Gastaram tanto dinheiro para matar tão poucos. É a notícia mais séria que já vi.

Penso que o Governo tem a obrigação de chamar o Sr. Irineu Machado, jornalista da **Folha**, para saber quem é esse cidadão e para trazer o seu depoimento. Não se trata de uma testemunha, de uma

pessoa que viu, que sabe ou que não sabe; trata-se de alguém que agiu e participou.

O fazendeiro pediu para não ser identificado, razão pela qual o Jornal lhe omitiu o nome, mas segundo a notícia – que imagino ser verdadeira:

"Um fazendeiro do leste do Pará disse à Agência **Folha** que contribuiu em dinheiro para o pagamento da propina à Polícia Militar para matar trabalhadores sem terra em Eldorado de Carajás (PA).

O fazendeiro só concordou em falar desde que seu nome não fosse divulgado, e a conversa não fosse gravada.

Ele disse que "pessoas estão sendo mortas" para evitar que digam a verdade. Ele chegou a marcar uma audiência com o juiz de Marabá, Francisco Chagas, onde prestaria depoimento.

Segundo ele, a coleta de dinheiro entre fazendeiros para pagar a PM "realmente aconteceu".

"Só não entendo por que fizeram tudo isso e só mataram 19, e não uns cem de uma vez", disse.

Ele disse que "essa era a única maneira que os fazendeiros tinham de se defender da ameaça dos invasores". Nós iríamos recorrer a quem? Não temos a quem recorrer", disse.

Ele não disse quanto pagou ou quanto foi arrecadado. "Foi muito mais que R\$100 mil".

Os fazendeiros teriam pago R\$100 mil ao Coronel Mário Pantoja, da PM de Marabá, que comandou a ação da PM no conflito.

O motivo das mortes seria queima de arquivo".

Ora, Sr<sup>a</sup> Presidente, não me lembro de uma notícia tão séria como essa. Na verdade, na verdade, quem está falando é o cidadão que participou. Não se trata de dizer: "vi o fulano dar dinheiro, sei que foi o fulano." Não. A afirmativa é outra: "dei dinheiro, muito mais de 100, para matar muita gente, mas infelizmente só mataram 19. Deviam ter matado, no mínimo, 100."

**O Sr. Ademir Andrade** - Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. PEDRO SIMON** - Agora sim, V. Ex<sup>a</sup> tem todo o tempo.

**O Sr. Ademir Andrade** - Não assisti ao começo do seu pronunciamento, mas imagino que, no início, V. Ex<sup>a</sup> tenha feito referência à questão da inva-

são dos funcionários públicos ao Ministério da Fazenda ontem, bem como a algumas sedes ou locais do nosso País. Vi, de início, o Senador Roberto Requião – imagino que V. Exª também – tecer algumas considerações sobre o assunto, de certa forma, uma condenação ao fato...

**O SR. PEDRO SIMON** - O Senador Suplicy também falou, prestou esclarecimentos sobre o que aconteceu.

**O Sr. Ademir Andrade** - Sobre a invasão. Pergunto a homens experientes, como V. Exªs, o que se pode fazer num momento de dificuldades? Refiro-me aos trabalhadores rurais sem terra que fecharam uma estrada e aos funcionários públicos que invadiram ontem o Ministério da Fazenda. Veja bem V. Exª: o aumento salarial dos funcionários públicos deveria ter saído em janeiro. Recorremos inclusive ao Supremo Tribunal Federal, que não se manifestou sobre a questão. Nós, Parlamentares, não podemos ter a iniciativa de dar aumento, porque isso é prerrogativa do Presidente da República. Esses funcionários entraram em greve e ninguém os ouviu, ninguém sequer os recebeu. O que podem fazer esses funcionários? Que alternativa têm eles para resolver o seu problema? Será que é errado terem invadido o Ministério da Fazenda? Há um porto positivo nisso, Senador Pedro Simon: com um diálogo, com uma conversa, resolveu-se o problema e eles se retiraram. A troco de quê? A troco de uma audiência que deve estar se realizando agora. Os trabalhadores rurais sem terra fecharam a estrada depois de esperarem dois anos e quatro meses – dois anos e quatro meses – pela solução do seu problema, e tudo que eles queriam era um transporte para levá-los até Marabá e alimentação para agüentarem mais dois ou três dias até proceder-se uma negociação. Lá, houve a ordem de retirá-los de qualquer maneira. Ontem houve um diálogo e não foi preciso força policial para que os funcionários se retirassem do Ministério. Mas será que haveria outro caminho? Pergunto ao Senador Roberto Requião e a V. Exª: que alternativas têm esses funcionários para verem resolvido seu problema, meu Deus?! Será que não é certo o que fizeram? Será que não é correto o que fizeram? Temos um Governo que se omite até a discutir e a dialogar, um Governo que não recebe, que não conversa! Que alternativa resta ao movimento dos funcionários senão uma atitude como a que foi tomada ontem por eles, em vários lugares do País? Era nesse sentido que eu gostaria que V. Exªs ponderassem a respeito da atitude desses funcionários.

**O SR. PEDRO SIMON** – Meu querido Líder, falo não como o fez ontem um parlamentar referindo-se a V. Exª, mas com o carinho e a admiração – dos quais V. Exª tem conhecimento – que tenho por V. Exª, pela sua coragem, pelo seu dinamismo.

V. Exª não estava presente quando eu disse que pedia licença para falar pela minha experiência. Posso dizer que V. Exª ainda não tinha nascido e eu já estava nessa luta. Felizmente, V. Exª nasceu mais tarde; gostaria de estar na idade de V. Exª e viver daqui para diante, pois foram muito difíceis as lutas que vivemos.

Afirmei, meu querido Senador, que eles têm toda razão em todas as questões. Mas tenho medo desse tipo de manchetes:

"Malan vira refém de grevistas"

"CUT invade cinco centrais elétricas"

Manchetes como essas, meu querido Senador, foram as de 1954, que levaram o Dr. Getúlio Vargas ao suicídio; foram as de 1961, quando os militares quase tomaram conta do Poder; foram as de 1964, quando deram o golpe; foram as de 1968, que culminaram no AI-5.

Quero dizer a V. Exª que os defendo, que dou razão e dou força aos manifestantes, mas esse estilo, meu querido Senador, é o estilo em que a esquerda, em que o povo sempre paga a conta. É isso que eu quero dizer. Penso que as questões são justas, mas o apelo que fiz – este foi o sentido do meu pronunciamento – foi no sentido de nos reunirmos para ver como ajudar.

Vamos falar sinceramente: por que tiveram de chegar a isso? Não fomos nós os culpados por não tê-los ajudado? Por que não coordenamos, não participamos, não estivemos presentes? Estou fazendo o mea-culpa, talvez eu tenha sido um dos culpados; talvez eu pudesse ter marcado essa reunião, já que foi tão fácil fazê-lo. Por que nós, as Lideranças do Senado, não fomos lá, conversamos com o Ministro Malan e marcamos essa reunião? Se meia dúzia de líderes sindicais conseguiram a reunião, será que não teríamos conseguido?

O que eu quero dizer é que esse tipo de ação, como as ocorridas em Rondônia, no Pará e, ontem, em Brasília e outros locais do País, provocam manchetes como essas, que conduzem a fatos negativos; pode-se chegar até à fujimorização. Há várias maneiras de se conseguir o desenvolvimento econômico de um país; o Pinochet usou aquela; mas não quero a do Pinochet! Esse tipo de conversa não é bom.

Perdoe-me a sinceridade, mas falo rescalado, cansado, a esta altura, de ter que começar um filme todo de novo. Com esta experiência, digo que devemos tomar cuidado. Não é à toa. V. Ex<sup>a</sup> acredita que essas duas manchetes estão nesses jomais para defender os trabalhadores? V. Ex<sup>a</sup> acredita nisso? V. Ex<sup>a</sup> acredita que esses dois jomais são solidários com os funcionários públicos e, por isso, publicaram essas manchetes na primeira página? Não. Conheço esse tipo de manchete.

Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me perdoe a sinceridade. Talvez em 1954 V. Ex<sup>a</sup> ainda não tivesse nascido. Conheço essas manchetes desde 1954. Elas vêm – uma, outra e mais outra.

Repare V. Ex<sup>a</sup> que o Jornal Nacional, da TV Globo, durante quatro minutos, endeusou o Sr. Fujimori e ridicularizou o Presidente José Sarney, mostrando uma fotografia sua quando era Presidente da República, recebendo o Sr. Stroessner, que era Presidente do Paraguai! Tinha que receber. O noticiário também buscou e exibiu uma fotografia do Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal, quando era diretor da UNE! E, como dirigente da UNE, na década de 60, recebeu Fidel Castro! Tudo isso esse canal de televisão fez para mostrar que o Ministro Sepúlveda Pertence recebeu Fidel Castro e que o Presidente José Sarney recebeu Stroessner e não quiseram receber o Sr. Fujimori, o "grande estadista" Fujimori, que fechou o Congresso, fechou o Supremo, para moralizar, para dignificar o País. Isso ocupou quase cinco minutos do Jornal Nacional. Esse tipo de manchete assusta-me.

Quero crer que esclareci a V. Ex<sup>a</sup> a colocação que fiz. Não critiquei, dizendo "que barbaridade!". Não fiz nada disso. Analisei o estilo das manchetes, mostrando a preocupação que tenho a esse respeito, porque sei o que há por trás disso.

Para encerrar, Sr<sup>a</sup> Presidente, vou falar sobre outra manchete:

#### "Governo suspende o leilão do Meridional"

Quando o Ministro telefonou a V. Ex<sup>a</sup> e a mim comunicando a suspensão, fiquei feliz – que bom! Defendemos que o Meridional não deva ser privatizado. Nós, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, entendemos que o Meridional pode se transformar, por exemplo, no grande banco do Mercosul; posteriormente, pode ser inclusive privatizado, vendido para empresários da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Brasil. Mas não deve, a esta altura, ser entregue, por exemplo, ao Banco de Boston. Portanto, fiquei feliz com a notícia de que o leilão havia sido suspenso.

Como um grupo de muitos Parlamentares – nós, V. Ex<sup>a</sup>, eu – assinaram um pedido de suspensão da privatização e como o Prefeito Tarso Genro e um grupo de Parlamentares foi falar com o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira pedindo isso, pensei que a suspensão tinha sido referente ao nosso pedido – seu, meu, do Collares, do Jair, do Tarso, de todo mundo.

Mas, pelo que estou vendo, a razão não foi essa. O motivo da suspensão foi que os quatro grupos interessados estão dizendo que existe a quantia de R\$1,2 bilhão, referente a empréstimos que o Banco Meridional teria feito, e que o seu retorno seria difícil. A informação que leio é de que não existe nada com relação a escândalo; mas diz respeito a um dinheiro que, pelos critérios do Banco de Boston, seria difícil de retornar.

Isso é ruim, esses 30 dias de suspensão. Estou sentindo que aqueles que desejam comprar um banco que está firme, que está sólido, que está dando lucro, querem dinheiro do Proer, ridicularizando o Banco, pois, com essa notícia e com essa suspensão, se o mesmo for a leilão daqui a 30 dias, valerá um bocado menos do que se fosse a leilão agora.

Nada tenho contra suspender-se o leilão agora. No entanto, não se deveria suspendê-lo agora, de baixo de uma manchete, a pedido dos que vão comprar o Banco, para, daqui a 30 dias, vendê-lo por muito menos. Que bom que o Governo adiou o leilão por 30 dias, mas que o adie para uma outra oportunidade. Se sair daqui a 30 dias, vai entrar dinheiro do Proer, vai ser mais barato e alguma coisa vai acontecer. Isso não está me parecendo bom. Quem pediu a suspensão foram os quatro grupos que estavam preocupados com a compra, atingindo os técnicos em economia de Boston, que vieram, olharam e disseram que havia R\$1,2 bilhão de créditos fornecidos a pessoas do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, dos quais não se sabe a garantia do retorno. Pelo amor de Deus! Na minha vida, dinheiro da Caixa Econômica Estadual, da Caixa Econômica Federal, do Banco Meridional, do Banco do Rio Grande do Sul, do Banco do Brasil, crédito de banco estadual algum, de banco estatal algum ... Os funcionários, olhando para as minhas contas, iriam dizer: "Olha, esse eu não sei se paga". E há muitas pessoas que podem estar assim.

No entanto, esse é um tipo de situação que não me parece permitir que se compare o Banco Meridional com o Banco Nacional ou outro qualquer. Preocupa-me essa tentativa de atingir a honorabilidade de uma instituição.

O Banco Meridional é considerado aquele que está em melhor situação, pelo qual se tem mais respeito e mais credibilidade – isso é reconhecido por todos –, mas de repente, não mais que de repente, o Banco de Boston se interessa em comprá-lo e diz: "Ora, um bilhão e duzentos foram bem emprestados, mas não se tem a garantia do retorno". Aliás, quero esclarecer que já se queria privatizar o Banco Meridional desde o Governo anterior, mas consegui, através de determinação do Presidente Itamar, que o Sr. Fernando Henrique, Ministro da Fazenda à época, suspendesse a privatização.

O Sr. Fernando Henrique não aceitou o nosso apelo. Mas, de repente, vêm os quatro compradores, pedem para adiar e Sua Excelência o faz.

*Quero saber como as coisas vão ficar.*

Manchete como essa, minha querida Presidente, é para baixar preço, é para baixar cotação.

Acho que, nessa altura, se aconteceu isso, o melhor que o Governo tem a fazer é suspender, **in tempore**, a privatização.

É o apelo que faço ao Governo. Se ele adiou por 30 dias, atendendo ao apelo do Banco de Boston, que adie por mais tempo, atendendo ao apelo de toda a classe política do Rio Grande do Sul, a fim de que possamos conseguir uma opção que não seja entregar o Banco Meridional. O Banco sonhado por nós para o Cone Sul, para o Mercosul, ser entregue ao Banco de Boston?

**O Sr. Roberto Requião** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** – Com o maior prazer.

**O Sr. Roberto Requião** – Senador Pedro Simon, fui chamado à colação pelo Senador Ademir Andrade, a respeito da questão da invasão do Ministério da Fazenda. Em primeiro lugar, minhas credenciais: como Governador do Estado do Paraná, fui objeto de cinco pedidos de intervenção federal, porque me recusei a utilizar as forças policiais nas questões sociais. Fui objeto, pelo mesmo motivo, de um pedido de cassação de mandato, que foi efetivado e derrubado no Supremo Tribunal Federal. No entanto, quando um sem-terra ocupa uma área para poder sobreviver, ele está em estado de necessidade absoluta e, de certa forma, está reclamando a intervenção da União ou do Estado nacional, na solução do seu problema. O mesmo acontece com o conflito trabalhista numa fábrica: quanto menos polícia, melhor! No entanto, não posso, de forma alguma, concordar com a invasão do Ministério da Fazenda, que pode ser o prenúncio da invasão do Palácio do Planalto. No Ministério da Fazenda funciona

um Poder da República, que não pode ser paralisado por uma pequena reivindicação corporativa, porque dele depende o funcionamento do País. Deixo clara a minha solidariedade, Senador Ademir Andrade, aos funcionários na sua reivindicação, mas fosse eu Ministro da Fazenda, nesse problema, teria posto na rua todos os invasores, através de um processo disciplinar duro, porque o mínimo de ordem e respeito às autoridades tem que prevalecer na República. É rigorosa e absolutamente inadmissível a invasão de uma repartição pública, paralisando o País. Essa invasão, amanhã, poderia se dar no Congresso Nacional, que seria impedido de funcionar, ou ainda no Palácio do Planalto, impedindo o Presidente da República de trabalhar. Falta dureza a esse tucanato do bico dourado em momentos como esse, da mesma forma que lhe falta sensibilidade social e política ao praticar a política globalizante, perseguir funcionários públicos, optar por um Estado minimalista e pela entrega do patrimônio nacional, historicamente acumulado, ao capital privado e às multinacionais. A medida correta do Ministro Pedro Malan e do Governo Federal seria pôr na rua, sem maiores considerações, os anarquistas que invadiram o Ministério da Fazenda.

**O SR. PEDRO SIMON** - Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

Sr. Presidente, encerro dizendo que eu gostaria de poder conceder um aparte à nobre Senadora Emilia Fernandes, se S. Ex<sup>a</sup> não estivesse no exercício da Presidência. Mas tenho certeza de que a Senadora, como também o Senador José Fogaça, que não se encontra presente, são solidários em relação ao que foi dito aqui por mim. Digo isso porque nós, do Rio Grande do Sul, temos debatido esta matéria.

Por isso, com tranquilidade, falo em nome da Bancada do Rio Grande do Sul no Senado, que solicitou a suspensão do Meridional por um longo período, e que viu ser suspenso por 30 dias, a pedido de quem quer comprar. E, para que não desmoralizem o Meridional, solicitamos que isso não seja feito daqui a 30 dias.

Agradeço a sua tolerância e manifesto a minha alegria de estar falando sob a Presidência de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senadora Emilia Fernandes.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Emilia Fernandes, Suplente de Secretário.*

*O Sr. Emilia Fernandes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.*

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Requião) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup>. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, sou daqueles que ainda acredita no diálogo.

O diálogo, a conversa, o entendimento resolvem problemas que a violência não resolve. Se os trabalhadores rurais, os sem-terra, fecharam a estrada foi por falta de diálogo e de ação do Governo Federal. E foi também por esse motivo que se deu a invasão do Ministério da Fazenda e de algumas repartições de alguns Estados pelos servidores públicos.

Nesse aspecto, discordo do nosso companheiro, nosso colega, Senador Roberto Requião, que neste momento preside a sessão. Acredito que a atitude tomada ontem pelo Ministro da Fazenda foi a mais correta, mais coerente e menos problemática. No final das contas, S. Ex<sup>a</sup> deve ter compreendido a sua própria culpa e, ao invés de agir com violência, aceitou o diálogo.

Tudo o que os funcionários públicos e os trabalhadores sem terra querem é o diálogo e o atendimento possível das suas necessidades.

Digo tudo isso para trazer ao conhecimento deste Plenário mais uma luta que está se dando, neste momento, entre trabalhadores e o Governo.

Estamos, aqui em Brasília, há quase 30 dias, com uma comissão de 62 trabalhadores de 06 Municípios do Pará que foram inundados pelo lago da Hidrelétrica de Tucuruí. Naquela oportunidade, 3.500 famílias perderam suas propriedades. Os Municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Breu-Branco, Goianésia, Itupiranga e Jacundá.

Essas pessoas, em 1978, Senador Pedro Simon, receberam um comunicado da Eletronorte dizendo que tinha sido feita uma vistoria das suas terras e um levantamento de tudo o que possuíam, pois aquelas terras seriam inundadas pelo lago da hidrelétrica. Foi dito a eles que não poderiam mais fazer melhoramentos e benfeitorias naquelas terras, pelas quais seriam indenizados. Isso ocorreu em 1978. Evidentemente, com a perspectiva de perderem suas propriedades, essas pessoas pararam de trabalhar. Imaginou-se que a indenização sairia um ou dois meses depois da vistoria feita pelos funcionários da Eletronorte. Entretanto, essa indenização começou a ser paga quatro anos depois da vistoria. E essas famílias, que pararam de trabalhar na expectativa da indenização, passaram quatro anos praticamente sem produzir, sem trabalhar, sem derrubar mata para fazer plantio, sem plantar uma cultura permanente, sem melhorar o seu curral.

Somente a partir de 1982, quando denúncias foram feitas do comportamento da Eletronorte em relação às 3.500 famílias de desapropriados, no Estado do Pará, foi que a empresa começou a pagar, porque essas denúncias foram levadas ao conhecimento internacional, à Anistia Internacional, entre outras ONGs; a própria Igreja Católica assumiu a luta desses trabalhadores.

Os trabalhadores também começaram a fazer acampamentos, passeatas, ocupações da sede da Eletronorte. Nós, inclusive, por muitas e muitas vezes, estivemos à frente desses trabalhadores nessas passeatas. Naquele tempo, era muito difícil esse tipo de luta, mas nós a enfrentamos, e a Eletronorte então começou a pagar os trabalhadores. Evidente que ela não cumpriu o que deveria, porque simplesmente pagou a benfeitoria levantada por ela quatro anos antes, pagando muito depois da avaliação feita. Outras coisas foram produzidas e o prejuízo desses quatro anos não foi considerado pela Eletronorte.

Hoje, essas famílias voltam aqui para negociar e reivindicar os seus direitos. Por sorte, a Eletronorte fez uma exceção a 19 famílias, num recente processo, há um ano atrás, indenizando os trabalhadores pelo tempo parado. Agora essas 3.500 famílias entraram na Justiça. Como a Justiça deste País é extremamente morosa para resolver problemas dessa natureza, eles estão aqui tentando resolver politicamente a situação.

No dia 3 de maio, houve uma grande reunião com 62 representantes desses 06 Municípios, alguns prefeitos, alguns vereadores, presidentes de todos os sindicatos de trabalhadores rurais desses Municípios e toda a diretoria da Eletronorte, sem exceção de nenhum diretor, inclusive com o seu Presidente. Essa reunião durou nove horas. É um ato extremamente positivo, esse ato do diálogo, esse ato do entendimento. A cobrança é justa, necessária, uma cobrança que vai tirar essas famílias da situação de terrível dificuldade que estão vivendo neste momento. Até porque muitas delas não receberam a terra. A Eletronorte, na ocasião, enganou-as com uma pequena indenização em substituição à terra em si. Essas famílias, hoje, não conseguiram ocupação na cidade, não conseguiram emprego, não conseguiram trabalho e agora querem de volta a terra a que tinham direito, embora tenham recebido uma pequena fração de dinheiro em função do acordo e do entendimento que houve na ocasião. Mas o tempo parado, essas famílias nunca receberam. Agora elas estão reivindicando pelo tempo parado e tam-



bém terra para trabalhar, a melhoria das estradas que inicialmente foram feitas e posteriormente abandonadas; estão reivindicando ainda o prejuízo que tiveram em função da grande quantidade de mosquitos que passou a existir às margens do lago, em função da sua formação repentina.

Por isso trago a minha solidariedade a esses trabalhadores, o meu apoio a sua luta, e espero que o Governo Federal, que a Eletronorte e o Ministro das Minas e Energia tenham sensibilidade para este problema, buscando uma alternativa de solução política para resolver a questão e também atender às necessidades dessas 3.500 famílias de trabalhadores rurais que foram expulsos de suas terras por causa do lago da Hidrelétrica de Tucuruí.

Na expectativa de que esse diálogo dê resultado, de que esse diálogo funcione, de que as pessoas sejam ouvidas, da mesma forma que nós acreditamos no diálogo em qualquer circunstância de confronto, de luta, nós esperamos que o Governo não permita que esses trabalhadores, mais tarde, tenham que radicalizar uma luta, tenham que provocar uma ação que gere conflitos indesejados, como os que nós temos visto ocorrer em alguns momentos.

Sr. Presidente, finalizo o meu discurso solidarizando-me com o Ministro Pedro Malan, pela sua sensibilidade e pelo seu bom senso em não ter provocado um ato de violência, ontem, e ter aceitado conversar com os funcionários hoje. Na verdade, S. Exª já deveria ter feito isso muito antes. Quando nós não podemos fazer uma coisa devemos dizer por que não podemos. Nós vamos até o último instante do diálogo. Se os argumentos de S. Exª forem convincentes, todos deverão aceitar. Portanto, congratulo-me com a atitude do Ministro Pedro Malan, acho que S. Exª agiu corretamente e evitou mais um escândalo, mais uma confusão em nosso País. Não acredito nem posso esperar, embora alguns setores da imprensa especulem sobre isso, que poderíamos ter uma fujimorização, um golpe ou um endurecimento em nosso País. O momento que estamos vivendo é outro, o momento é de dar razão a quem tem razão, o momento é de acabar com as injustiças sociais, é de acreditar neste povo que está lutando e, de certa forma, radicalizando a luta para conquistar os seus direitos.

**O Sr. Pedro Simon** - Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ADEMIR ANDRADE** - Com muita satisfação, Senador.

**O Sr. Pedro Simon** - Quero felicitar V. Exª pela importante manifestação. Não sei se V. Exª

concorda com o que vou dizer. Acredito que sim. Nós, no Senado, temos mais condições do que a Câmara, porque somos apenas 81 Senadores. Lá, são 500 Deputados. Eu, por exemplo, sou candidato à reeleição ao Senado. Quando me perguntam por que não me candidato à Câmara, eu digo que não me encontro mais em condições de ir para lá, até pela idade. Eu gostaria de ter ido para a Câmara, porque lá se travam os grandes debates. Mas lá não se tem condição de fazer um aprofundamento como o que fazemos aqui. Acredito que V. Exª concorda que temos a obrigação, no Senado, de encontrar os caminhos. O Governo Fernando Henrique Cardoso está muito complicado. Sou obrigado a reconhecer que Sua Excelência cometeu, na minha opinião, um equívoco. Eu perguntaria aos Líderes do Governo Fernando Henrique Cardoso se Sua Excelência consegue colocar na mesma mesa todos os Líderes dos Partidos que o apóiam. Sua Excelência consegue reunir, ao mesmo tempo, o Senador José Sarney, do PMDB, Orestes Quêrcia, do PMDB, o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, o Prefeito Paulo Maluf, do PPB? O Maluf foi a causa das saídas dos Senadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães da base de sustentação do Governo. A Frente ficou exageradamente ampliada, muito heterogênea. Por exemplo: lá está o nosso querido Senador Roberto Freire com o seu Ministro da Reforma Agrária. A Frente do Senhor Presidente Fernando Henrique não tem consistência, porque varia de caso para caso. Ontem, tivemos uma Frente do Presidente Fernando Henrique aqui. Eu sou eleitor do Fernando Henrique e ontem queria votar com Sua Excelência, mas um grupo de aliados saiu vitorioso. Devemos fazer um esforço no sentido de participar do debate e não deixar os trabalhadores, os funcionários, praticamente sendo levados, sem chance de ligação conosco. É preciso parar de dizer que o funcionalismo público é o algoz do Brasil, que toda desgraça é causada pelo funcionário público. No momento em que a conta, no Orçamento Público, do pagamento de juros é infinitamente maior do que a folha de pagamento dos funcionários, o Governo devia baixar os juros. O Governo, quando quis resolver o problema dos Bancos, criou o Proer numa madrugada de sexta para sábado, sem ouvir ninguém da classe política, sem ouvir ninguém! Hoje, aparece uma grande manchete, como se fosse uma coisa fantástica: "R\$ 800 milhões para a reforma agrária. Após as mortes havidas, foram destinados 800 milhões para a reforma agrária, enquanto 5 bilhões foram liberados para tapar o furo do Banco Nacional. Então o Governo



vive essas inconsistências, que são dramáticas. Sofremos com a saída do Betinho do Conselho da Comunidade Solidária. Acredito na boa fé do Presidente e na boa fé da Primeira-Dama, mas o Governo está vivendo horas, eu diria, muito confusas. Se misturar a tudo isso a alucinação dos 3/5... Não sei quando termina a alucinação dos 3/5 do Congresso para votar a reforma da Constituição, da Previdência, a reforma administrativa e a que garantirá a reeleição; não sei onde termina o interesse dos 3/5 por uma questão e onde começa o interesse dos 3/5 pela outra questão. Penso, meu querido, jovem e brilhante Líder do PSB, que deveríamos tentar. V. Ex<sup>a</sup>, que é Líder, o ilustre Senador Roberto Requião, que neste momento preside a sessão, com a sua autoridade, com a sua experiência, enfim, todos nós deveríamos tentar, porque hoje, lamentavelmente, os Partidos estão meio sem referência. Ninguém pode atirar a primeira pedra, mas a vida partidária brasileira hoje é uma interrogação só. Há muitas questões internas não resolvidas, muitas dúvidas. Perdoe-me a sinceridade, até o Partido de V. Ex<sup>a</sup> está sem referência. Não sei se concorda comigo. Vejamos o que acontece no Partido de V. Ex<sup>a</sup>: o Diretório Municipal do Partido Socialista de Porto Alegre quer apoiar o PT; o Diretório Regional extinguiu o Diretório Municipal porque quer apoiar um candidato próprio. Isso acontece. V. Ex<sup>a</sup> pode responder que o PMDB tem mil questões a mais do que essa. É verdade. Estou apenas querendo salientar que temos de fazer aqui no Senado uma tentativa de diálogo que extrapole a vida particular. Pessoas como V. Ex<sup>a</sup> e eu, pessoas que têm certa identidade, não podem resumir sua atuação a ocupar a tribuna, como fiz há poucos minutos. Se pudermos ajudar, temos de ajudar. Como? Conversando com os trabalhadores, conversando com os grupos e conversando com o próprio Governo. Dessa questão, por exemplo, vamos tirar o coitado do Fernando Henrique. Critico Sua Excelência por não ter baixado a medida provisória estabelecendo o rito sumário para a reforma agrária quando o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal pediu que Sua Excelência fizesse isso. O Presidente está com medo dos Deputados e Senadores que compõem a tal frente agrária. Todos sabem que há grande número de proprietários de terra no Senado e na Câmara dos Deputados. Temos de fazer um esforço no sentido contrário. Nós, que temos esse pensamento mais aberto, que defendemos um debate mais profundo, devemos fazer

nosso mea-culpa. Está certo o que V. Ex<sup>a</sup> fez agora, o que eu fiz da tribuna – falar, protestar, gritar. Esse é o nosso papel. Somos Senadores; não somos do Poder Executivo. Devemos atuar, cada um segundo seus talentos. Se temos condições de avançar, de fazer essa ligação, por que não fazê-lo? Nesse final de manhã de sexta-feira, levanto essa hipótese para discussão futura.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon. Se não pensarmos nisso e não fizermos isso, as coisas vão acontecer independentemente de nós.

Um dia desses, vi algumas pessoas condenando, veementemente, trabalhadores rurais sem-terra, porque um fato realmente complicado aconteceu no Município de Tucuruí. Os trabalhadores se reuniram com a direção do Incra do Município. Naturalmente, eles invadiram a sede do Incra do Município e a fecharam. Tiraram de lá uma comissão que estava negociando com a Direção do Incra uma série de questões.

De repente, chegou o Prefeito de Novo Repartimento, José Lima, que é um homem sério, um homem digno, que se tem batido diuturnamente pelo direito desses trabalhadores, é um homem que tem feito reforma agrária dentro do Município. Ele chegou para participar da reunião a convite do Incra. Alguns trabalhadores tentaram impedi-lo de passar, mas os trabalhadores do seu Município o fizeram passar. Na escadaria da sede do Incra, estavam os comandantes do Movimento dos Sem-Terra, e eles disseram que o prefeito não entraria em hipótese alguma, porque não era permitida a participação de político na reunião.

Veja bem, é uma intransigência desses trabalhadores, mas é uma intransigência que ocorre em função da atividade política. Então, ninguém pode tirar a razão deles. O prefeito ficou revoltado, eu também fiquei extremamente chateado. Se estivesse lá, eu teria entrado na marra. Teria passado por cima deles, se fosse necessário. Faria uma confusão. Todavia, não podemos tirar a razão deles, porque, afinal de contas, as coisas estão acontecendo sem que os políticos se envolvam nas questões.

Quero dizer também – já disse isso antes – que, em muitos aspectos, Senador Pedro Simon, este Congresso é muito mais conservador e muito mais atrasado do que o Presidente da República. Acredito que o Presidente da República, de certa forma, é refém deste Congresso.

**O Sr. Pedro Simon** - A diferença é que o Senado não vota. Por exemplo, o Senado não quer vo-

tar a matéria relativa à Companhia Vale do Rio Doce. Vai empurrando com a barriga. Quer que o Governo tome a decisão. O que o Congresso está fazendo? Está pressionando o Presidente da República para não baixar medida provisória, para não ter de votá-la. Se o Presidente da República baixasse, por exemplo, a medida provisória estabelecendo o rito sumário, o Congresso teria de votá-la, teria de manifestar-se a favor ou contra. Este Congresso, ao omitir-se e não votar, está empurrando os problemas com a barriga. Eu concordo com V. Ex<sup>a</sup>: o Congresso é muito mais responsável e muito mais conservador do que o Presidente da República. Não há dúvida alguma quanto a isso.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Fica aqui a nossa manifestação. Acredito que mesmo, resumidamente, alguns de nós têm tentado alguma coisa. Vamos torcer para que outros pensem como nós, se somem a nós, se juntem ao clamor do povo, porque, afinal de contas, nós também somos povo, embora às vezes pareça que não. Na verdade, nós somos povo e deveríamos estar mais próximos e mais integrados com ele.

**O Sr. Pedro Simon** – Principalmente com aqueles que ganham salário mínimo e com quem está desempregado.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Exatamente.

Era essa, Sr. Presidente, a manifestação que gostaria de fazer, esperando que esse conflito dos trabalhadores expulsos da Hidrelétrica de Tucuruí possa ser resolvido de maneira pacífica e tranqüila.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Requião) – Na Presidência eventual do Senado Federal, quero congratular-me com o Supremo Tribunal Federal, pois há juízes em Brasília. Considero extremamente saudável o fato de o Supremo Tribunal Federal ter conhecido do mandado de segurança impetrado por partidos de oposição na questão da tramitação da reforma previdenciária.

A democracia é um sistema que procede pela vontade da maioria, mas se define pela sua essência. E a essência da democracia é a liberdade de expressão das minorias. Se existe um regimento interno e se existem princípios constitucionais são para ser cumpridos. A soberania do Congresso Nacional não é tão absoluta que possa esmagar a possibilidade de expressão das minorias.

Fez bem o Supremo Tribunal Federal. E como ontem na Alemanha, pessoalmente posso dizer hoje: há juízes em Brasília.

**O SR. PEDRO SIMON** – Gostaria que a Secretaria da Mesa me informasse em qual artigo do Re-

gimento se baseou o Senador Roberto Requião, que preside os trabalhos, para usar da palavra nesse momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Requião) – O Senador Pedro Simon indaga da Secretaria qual o artigo que utilizei para fazer um pronunciamento da Mesa. É um artigo de que comumente o Senador Pedro Simon se utiliza e que ainda não identifiquei no Regimento, mas deve existir.

*O Sr. Roberto Requião, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

Brasília, 10 de maio de 1996

Senhores Senadores

Comunico a V. Exas. que estarei ausente do País no período de 10 a 24 do corrente, atendendo a compromisso político, quando participarei como membro do Inter-Action Council das reuniões do Fórum de Vancouver no Canadá em reunião de ex-Presidente sem ônus para o Senado Federal.

Atenciosamente, **José Sarney**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A comunicação lida vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11h22min.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A comunicação lida vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11h22min.)*

## ATA DA 58ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 1996

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 8 de maio de 1996)

### RETIFICAÇÃO

À página 7.643, nos signatários do Requerimento nº 413, de 1996, inclua-se, por omissão, o nome do seguinte Sr. Senador:

Sérgio Machado

**COMISSÃO ESPECIAL,**

**Criada Através do Requerimento nº 263/96-sf, destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos humanos – Habitat 2, que será realizada Em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996.**

**3ª Reunião, realizada em 24-4-96**

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – HABITAT 2, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Coutinho Jorge (Presidente), Júlio Campos, Mauro Miranda, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Waldeck Ornelas, Romero Jucá e José Agripino. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a palestra da Senhora Vera Lúcia Santos Ribeiro, Assessora da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento, a qual concede a palavra. Encerrada a exposição, usaram da palavra para debater os Senadores Gerson Camata, Casildo Maldaner, Mauro Miranda, José Agripino, Waldeck Ornelas, Júlio Campos, o Senhor Presidente e a Senhora expositora. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, convocando a próxima a realizar-se dia 08 de maio, quarta-feira, às 11:00 horas, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal e, para constar, eu, Luiz Cláudio de Brito, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Vamos dar início à terceira reunião da Comissão Especial criada para acompanhar as propostas relativas ao **Habitat-2**, coordenado e conduzido pelas Nações Unidas.

Na última reunião, tivemos a participação importantíssima da Drª Maria Emília Rocha Mello, Se-

cretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, e da Drª Marcela Nicodemus, que fizeram uma síntese valiosa de todas as linhas das propostas brasileiras.

Teremos hoje, em continuação à reunião anterior, a exposição da Drª Vera Lúcia Santos Ribeiro, da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento. A Drª Vera Lúcia dará continuidade ao assunto abordado pela Drª Emília na semana passada, centralizando sua visão sobre as experiências aprovadas, as quais serão encaminhadas à grande Conferência de Istambul.

Quero lembrar também que, na reunião passada, solicitamos ao Governo, através do Ministério do Planejamento e do Ministério das Relações Exteriores, os documentos que o Brasil já enviou ou que vai enviar como contribuição brasileira ao encontro.

Há três itens básicos, que todos os países encaminham: item 1, Diagnóstico Sócio-Econômico; item 2, Plano Nacional de Ação, que mostra a política urbana de cada país de 1996 até o ano 2000; e o item 3, Cooperação Internacional.

Quero informar aos senhores que recebemos, ontem, toda a documentação relativa ao diagnóstico do setor brasileiro; vamos tirar cópias e encaminhá-las a cada membro. Recebemos também documentação referente ao terceiro item, Cooperação Internacional, que será motivo da próxima reunião. O documento que trata do Plano Nacional de Ação ainda não está bem definido porque não recebemos as linhas básicas desse documento. Assim que o tivermos, poderemos dar algumas sugestões, e o próprio Ministério do Planejamento o encaminhará novamente à Drª Emília para que ela dê subsídios a essa proposta. Já temos, portanto, esquematizada e aprovada toda a seqüência da reunião desta Comissão Especial.

Vamos hoje ouvir, como seqüência da reunião anterior, a Drª Vera Lúcia Santos Ribeiro, da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento. Antes, porém, gostaria de submeter à apreciação dos Srs. Senadores a ata da segunda reunião, realizada no dia 17.

**O SR. CASILDO MALDANER** - Sr. Presidente, solicito que seja dispensada da pauta a leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Perfeitamente. Então, coloco em votação o requerimento de dispensa de leitura da ata, que está com os senhores.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Sem mais delongas, com todas as preliminares apresentadas e como decorrência da própria reunião anterior, a Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia dos Santos Ribeiro terá a responsabilidade de apresentar, de forma sucinta, o tema relacionado à seleção, à priorização e à escolha dos casos que serão encaminhados pelo Brasil à consideração do grande encontro das Nações Unidas.

Com a palavra a Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia.

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia a todos.

Vou tentar fazer, em primeiro lugar, um pequeno histórico do porquê da seleção dessas práticas e de como aconteceram e procurar informá-los, o máximo possível, dos demais procedimentos relativos às práticas bem-sucedidas.

A Secretaria-Geral do **Habitat** sugeriu aos Estados-Membros que ilustrassem os seus relatórios nacionais com experiências que tivessem sido bem-sucedidas em seus países. Essa sugestão foi feita para que pudessem ser ilustrados esses diagnósticos. O Comitê Nacional Preparatório, coordenado pelo Itamaraty, acatou essa sugestão, e a Sepurb, Secretaria de Política Urbana, colocou-se à disposição para promover a seleção dessas práticas bem-sucedidas.

A Sepurb convidou entidades governamentais e não-governamentais para que, juntas, preparassem esse processo de seleção. As principais entidades que estiveram presentes à reunião foram a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o IBAM.

Havia um curto espaço de tempo para trabalharmos. Essa reunião aconteceu no final de setembro do ano passado, e a perspectiva era a de que o relatório ficasse pronto no final do mês de dezembro de 1995. Então, essa seleção teria que ocorrer no final daquele ano e deveria ser trabalhada, para que fosse incluída na parte do diagnóstico, que, como V. Ex<sup>as</sup> sabem, foi preparado pela Dr<sup>a</sup> Marlene Fernandes. Assim, o tempo era muito curto. Tínhamos apenas o período de setembro a novembro para trabalhar; em dezembro, o material teria que estar preparado, para ser vertido para o inglês e incluído no relatório.

Com isso, resolveu-se, em conjunto, não se promover um concurso nacional, com um amplo chamamento a todas as entidades governamentais ou não-governamentais, porque não havia tempo para tal. Para se promover um concurso, seria preciso preparar um material de divulgação mais cuida-

doso; os critérios de julgamento teriam que ser melhor detalhados e bastante divulgados. Enfim, naquele momento, não era possível promover-se um concurso. Por isso, optou-se pela forma de seleção, para que fosse feita a escolha dessas práticas que pudessem ilustrar o relatório nacional.

Definiu-se um cronograma. Até o dia 10 de novembro, estaríamos recebendo todos os trabalhos; no dia 14, seriam feitos a análise e o enquadramento das propostas recebidas; e, no dia 17, seria feita a seleção. Na realidade, esse cronograma foi um pouco alterado, porque, até o dia 16 de novembro, consideramos todos os trabalhos que chegavam. Inclusive, o grupo de seleção já estava reunido nesse dia pela manhã, e, ainda assim, os trabalhos que chegaram foram considerados nessa seleção, para não haver prejuízo por parte de ninguém. Mas, infelizmente, depois do dia 16, chegaram outros tantos trabalhos cuja apreciação realmente ficou prejudicada.

A primeira coisa definida foram os conceitos de práticas bem-sucedidas, os quais, inclusive, baseiam-se um pouco nos documentos que nos foram enviados pelo **Habitat**.

"Entende-se por prática bem-sucedida políticas, ações, iniciativas e projetos realizados em nível local, que tenham resultado em melhoria tangível e mensurável das condições de vida e do **habitat** da população, contribuindo para a redução do seu custo e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Uma prática bem-sucedida pode consistir no incremento da eficiência dos sistemas de gestão para o fornecimento dos serviços básicos; também pode ser a formulação de novas associações entre os setores públicos e a sociedade civil, para implementar investimentos de forma mais eficaz; ou, ainda, pode ser o aproveitamento de uma nova tecnologia para a melhoria da produtividade, do emprego e da renda."

Esses são os conceitos básicos que definem uma prática bem-sucedida.

As práticas que seriam acatadas foram agrupadas em dois grupos: práticas setoriais ou gestão da cidade. Entre as práticas setoriais, há sistemas e métodos construtivos no campo da produção de moradia e da prestação de serviços urbanos; iniciativas no campo do financiamento; formas de recuperação dos investimentos realizados; experiências que contribuam para o aumento da eficácia, da arrecadação e da equidade dos gastos; gestão setorial em geral,

em função de sua contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços (melhoria das moradias, serviços de água, esgoto, transporte, segurança, educação, lazer e saúde); democratização do processo decisório na gestão setorial com a participação popular e, em especial, na forma de alocação dos recursos públicos, mecanismos e instrumentos legais. Quer dizer, qualquer prática que se enquadrasse em um desses critérios considerados práticas setoriais estaria sendo apreciada.

Na parte de gestão da cidade, que seria um outro grupo, é a avaliação do desempenho das administrações municipais como um todo, os resultados alcançados nos diferentes campos de sua esfera de atuação, bem como os processos gerenciais no campo das políticas públicas que produziram os resultados apresentados.

Enquadradas as práticas em um ou outro grupo, veriam-se, então, os critérios de seleção. Nos critérios de seleção, considerou-se quatro grandes itens: impacto positivo no melhoramento do **habitat**; parcerias articuladas entre os atores intervenientes no processo; sustentabilidade demonstrada pela utilização de processos ou gestão que tenham contribuído para a produção de mudanças duradouras e potencial de universalização, avaliado pela capacidade de reprodução da proposta apresentada em ambientes similares. Aí é importante lembrar que, às vezes, uma boa prática realizada em um município pequeno, em uma cidade pequena, não faz sentido para uma grande cidade, mas faz sentido para cidades do mesmo porte, quer dizer, teria um potencial de universalização no âmbito de cidades do mesmo porte. Como? Uma prática bem sucedida em uma cidade maior poderia ser reproduzida em cidades maiores também, já que às vezes as coisas não se encaixam.

Dentro desses critérios de seleção, para o impacto, o que seria visto? A prática seria: em quanto maior número de itens ela fosse enquadrada, mais pontos teria. No impacto: redução da pobreza e geração de empregos; redução da contaminação ou melhoramento da salubridade ambiental; acesso à terra, à habitação e aos serviços urbanos; regularização fundiária, integração urbana e melhoria de assentamentos informais de baixa renda; ampliação da cobertura do saneamento em geral; melhoria dos serviços de transporte ou segurança no trânsito; recuperação de áreas degradadas; prevenção em desastres naturais; melhores oportunidades para as crianças, mulheres, idosos e deficientes físicos.

**O SR. (Não identificado.)** - *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Impacto. Qual era o impacto dessa prática? O impacto dela poderia ser na redução da pobreza, na recuperação de áreas degradadas. Ela pode somar vários impactos.

**O SR. (Não Identificado.)** - *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Não, isso é para avaliar a experiência. Tínhamos visto que são de dois tipos: setoriais ou de gestão da cidade. Tanto para um como para outro estaria sendo avaliado o impacto delas, o que seria avaliado dessa forma, quer dizer, o que ela atingiu? Ela conseguiu reduzir a pobreza? Conseguiu uma regularização fundiária? Ela poderia até estar encaixada nos nove itens.

**O SR. (Não identificado.)** - *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Eu não gostaria de interferir, mas gostaria de lembrar o seguinte: realmente, S. S<sup>a</sup> está mostrando os critérios de seleção dos projetos que os Municípios encaminharam à consideração do Ministério do Planejamento para serem selecionados e apresentados na grande conferência das Nações Unidas como experiências bem sucedidas. Então, o Ministério tinha que adotar uma série de critérios, de propostas, para fazer a seleção, uma vez que não havia possibilidade de fazer-se um concurso nacional. Isso é uma relação de critérios que pedi para que ela trouxesse. Esse material todo nos será encaminhado para podermos analisá-lo e avaliá-lo.

Continua com a palavra a nossa conferencista, Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia.

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Um outro critério de seleção seria o número de parcerias. É importante dizer isso aqui, inclusive, porque a ONU tem dado muita importância a esse aspecto: quanto mais parceiros uma determinada experiência tem, ela é mais bem vista, mais bem avaliada. Então, as parcerias poderiam ser com o governo local, estadual, federal, ONGs e movimentos sociais, setor privado, agência internacional, meios de comunicação ou entidades religiosas comunitárias, ou todos juntos. Vamos falar no final, inclusive, de uma prática que está fazendo muito sucesso que tem uma infinidade de parceiros.

A sustentabilidade diz respeito à forma de ela ser, digamos, duradoura, de poder estar se auto-sustentando, que era medida pela legislação, regula-

mentos ou normas, institucionalização dos processos de tomada de decisão, introdução de mecanismos institucionais que contribuam para recuperação e valorização do patrimônio privado, derivada da ação do Estado, e, como já falamos, potencial de universalização. Esses eram os aspectos que seriam analisados, pontuados de alguma forma, para que se chegasse a conclusão sobre as melhores práticas.

Definiu-se, em seguida, qual seria o grupo de pessoas que estaria promovendo esse trabalho; essa seleção que foi realizada, como disse, no dia 16 de novembro do ano passado. Foi um grupo de trabalho paritário entre governos, organismos governamentais e não-governamentais, sendo que da parte governamental procurou-se contemplar representação dos três níveis de poder: Sepurb representando o Governo Federal, Fórum de Secretários Estaduais de Habitação e Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento, representando os Governos de Estado, a Frente Nacional de Prefeitos – inclusive, solicitamos que fosse um representante de cidade de grande porte e um representante de cidade de pequeno ou médio porte – e a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, ou seja, o Congresso. Então, na área governamental tínhamos representantes do Poder Público nas três esferas, mais o Legislativo Federal.

Na área não-governamental: IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil, Fórum Nacional de Reforma Urbana, IBAM, CBICC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, Associação Nacional dos Transportes Públicos e o Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

Então, seis de cada lado. Esses foram os grupos de trabalho definidos, inclusive, em conjunto com algumas das entidades que fazem parte desse grupo. A partir da elaboração desse trabalho básico, a Sepurb e as entidades envolvidas no trabalho passaram a divulgar o evento, inclusive insistir para que as pessoas enviassem os seus trabalhos para serem analisados no dia 16 de novembro. A Sepurb divulgou, inclusive, pela Radiobrás, foi bem divulgado, tanto nas rádios AM como nas FM, no Brasil todo, dizendo que estaria sendo realizado o evento e solicitando às pessoas que preenchessem um formulário – enviamos um formulário básico para que as informações viessem, de certa forma, padronizadas, para que ninguém ficasse prejudicado na sua forma de apresentação. Preenchendo esse formulário, todos estariam fornecendo o mesmo tipo de informação para que se uniformizasse esse procedimento. Até trouxe as fichas que foram enviadas pelo Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos. Falaremos um pouco sobre ele no final.

No dia 16, procedeu-se com esse grupo de trabalho. Infelizmente, não foram todos os escalados que compareceram, mas a maior parte compareceu e, num trabalho conjunto, foi feita a escolha do que seriam as 15 práticas que iriam ilustrar o relatório brasileiro.

Agora, gostaria de chamar a atenção, até porque o Presidente da Comissão tem repetido que o Brasil vai levar essas práticas. Na realidade, o trabalho da Sepurb terminou aqui. Depois da escolha dessas práticas, que são 15, está aqui o resultado, inclusive, trouxe não só o resultado como a listagem de todas as outras que nos foram enviadas, elas foram transformadas em pequenos boxes, ou seja, de uma forma bem resumida, simplesmente para, como já disse, ilustrar a parte do diagnóstico feito pela Dr<sup>a</sup> Marlene Fernandes.

Digamos que a situação dos assentamentos irregulares no Brasil está muito ruim e que precisa ser feita alguma coisa; mas nos Municípios tais e tais foi tentada tal coisa, uma experiência. Isso consta de uma forma, realmente, bem resumida, em forma de box, no relatório.

**O SR. (Não Identificado)** - As quinze selecionadas?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – As 15 selecionadas e, inclusive, agrupadas, porque muitas delas referem-se ao mesmo assunto, são semelhantes. Tenho os boxes aqui.

Foram estes os textos feitos, bem curtos, e já consta até o lugar onde eles vão ser encaixados. São as ilustrações, e é dessa forma que essas práticas se inserem no trabalho.

Quero chamar a atenção para isso, porque, na realidade, não consideramos que o Governo brasileiro está levando essas práticas para Istambul. Apenas respondemos a uma sugestão que foi feita pela Secretaria do **Habitat**. Nem o Governo brasileiro, nem qualquer outro, está levando práticas para Istambul; eles estão levando, da mesma forma, no máximo, ilustrações ou citações de práticas que aconteceram. Por que isso? Porque a própria ONU fez o seu concurso. Ou seja, a nossa seleção terminou no momento em que enviamos para o Itamaraty esses boxes. E terminou aqui o nosso trabalho. Foi a nossa forma de contribuição, mais uma, que tivemos com o relatório nacional.

A partir daí, o que passou a ser importante foi a seleção promovida pelas próprias Nações Unidas. Nesse sentido, o que fizemos foi facilitar a vida das pessoas. Nairóbi nos mandou um disquete, que era, inclusive, lacrado, que não poderia ser reproduzido,

haveria dificuldade de reprodução, era um disquete que não imprimia. Enviamos esse disquete para todos aqueles que nos tinham procurado e para os que achávamos que tinham trabalhos importantes para serem apresentados nessa seleção da ONU. A partir daí, o que fizemos foi trabalhar em função dessa seleção internacional e ajudar as pessoas para que elas pudessem participar dessa seleção.

Não sei se V. Ex<sup>as</sup> já têm conhecimento a respeito, é recente o resultado dessa seleção promovida pela ONU, que a realizou com seus próprios critérios, com seu próprio júri. A data exata e o júri ela não divulgou, penso que com medo de pressões e lobbies internacionais; até protegeram as pessoas que fizeram esse trabalho. Sabemos que a seleção foi feita no Instituto de Urbanismo, na Holanda, que sediou esse júri, onde foram escolhidas as cem melhores práticas do mundo.

Dentre elas, temos a felicidade – e penso que é um número bastante expressivo – de termos 4% das cem, que correspondem a quatro práticas brasileiras que entraram nessas cem melhores práticas do mundo. São elas a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre, a experiência com meninos de rua em Santos, uma experiência de revitalização da lagoa Olhos d'Água, em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana de Recife – que é uma coisa pouquíssimo conhecida no Brasil, é uma surpresa, se bem que eles tinham também mandado para nós, ela está incluída no relatório brasileiro – e a experiência do GRET, que é uma ONG francesa que trabalha em Fortaleza e que tem vários tipos de ação; tem um curso de capacitação de lideranças comunitárias, um conselho comunitário, trabalha com organização de favelas, com novas tecnologias, esse conjunto de ações que o GRET tem realizado – agora, volto à história da parceria – com uma série de parceiros diferentes; eles têm trabalhado com a Prefeitura de Fortaleza, o Governo do Estado, universidades do Ceará, associações comunitárias. Enfim, eles têm cerca de dez a quinze parceiros. Não vou arriscar o número, mas são muitos.

As experiências enviadas pelo GRET estavam não só entre as cem melhores do mundo, que serão publicadas num catálogo da ONU, como entre as doze melhores dessas cem. Isso está sendo uma glória.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Quando foi feita essa seleção?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Não conhecemos a data exata.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Foi feita há um mês, mais ou menos?

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Sim, mais ou menos, há um mês.

Primeiro, escolheram as cem melhores nessa escola de urbanismo, na Holanda; depois, o júri voltou a se reunir para escolher as doze melhores, em Toronto, no Canadá. Essa é toda a informação que temos. Mas não sabemos quem fez ou participou.

Essa é a experiência do GRET. Por considerar importante, trouxe não só as fichas que o GRET nos mandou como o trabalho que enviaram para Nairóbi, que, por estar em francês, não sei se interessa a V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. GERSON CAMATA** – Como se escreve GRET?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – GRET – Grupo de Pesquisas e Intercâmbio Tecnológico; em francês, Group Recherche d'Échange Technologique.

**O SR. (Não Identificado)** – O GRET tem sede em Fortaleza e no Recife?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Em Jaboatão de Guararapes, que é um município da região metropolitana de Recife. Também em Fortaleza, Santos e em Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Ficaremos com um resumo de tudo isso.

**O SR. (Não Identificado)** – Em Santos a ação é sobre o quê?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – É um trabalho com meninos de rua, que já havia até sido premiado pela Unicef. Em Porto Alegre, o trabalho é sobre o orçamento participativo.

São essas quatro experiências que terão um espaço privilegiado durante a Conferência, principalmente as doze melhores, que estarão expostas o tempo todo, com todo o material disponível.

Até estive conversando com Ives Cabane(?), Presidente do GRET, que já me disse que a BBC está fazendo um filme do qual constarão cinco, escolhidas entre as doze melhores. O GRET está entre as cinco. A televisão francesa e a de Nova Iorque também se interessaram. Outro dia, havia três televisões internacionais em Fortaleza, fazendo a documentação das experiências dele. Portanto, foi um sucesso esse trabalho do GRET, sem mencionar também o das outras. Estar incluído entre as cem melhores do mundo também já é um grande prêmio.

Para completar, queria dizer que tem havido vários eventos para a escolha de práticas bem-sucedidas. O próprio Habitat está apoiando uma sele-



ção, de que não se tem ainda resultado, que acontecerá – já deveria ter acontecido – em Quito, no Equador, para a escolha das melhores práticas da América do Sul e do Caribe. Trata-se de um evento de que participa a GTZ, a Cepal; enfim, vários outros organismos estão premiando essa seleção que acontecerá em Quito.

A Prefeitura de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, também realizou um evento sobre práticas bem-sucedidas em novembro do ano passado, e a única experiência brasileira que entrou foi a do Projeto Alvorada, de Belo Horizonte. A Prefeitura de Dubai ainda instituiu um prêmio internacional anual. Assim, todo ano será realizada a seleção das melhores práticas, e o primeiro lugar receberá um prêmio. Isso passou a ser um trabalho contínuo. A escolha das melhores práticas tomou-se, realmente, uma festa.

As informações básicas seriam essas.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – De qualquer maneira, o material ficará disponível para nós?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – A senhora já encerrou?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Penso que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Agradeço à Srª Vera Lúcia por essa primeira intervenção.

Aos companheiros que estão chegando agora gostaria de lembrar algo, rapidamente. Em primeiro lugar, devemos colocar na nossa cabeça a armadura da **Habitat-2**; faço questão de insistir nisso.

O primeiro item que o grande encontro das Nações Unidas solicitou de cada país foi um diagnóstico completo da realidade urbana habitacional; segundo, um plano nacional de ação do ano de 1996 ao ano 2000 que mudasse a realidade urbana habitacional do mundo em relação aos indicadores altamente negativos; e, terceiro, um documento sobre cooperação internacional.

Então, nossa Comissão está baseada exatamente dentro do que vai ser aprovado, do que o País vai encaminhar e, além disso, os países vão assinar, como toda conferência, um documento, que seria exatamente o somatório de princípios e compromissos, que já recebemos via Internet – está em espanhol – e vou encaminhar aos Senhores.

É claro que, como já foi dito na reunião passada pela Drª Emília, 40% ainda faltam ser ajustados. Mas, em todas as reuniões internacionais, pela experiência que temos das reuniões anteriores, como

no caso da Rio-92, a negociação se faz até no dia. É questão de uma palavra, de uma frase, mas, na essência, o fundamental já está ajustado, em função das três reuniões preparatórias realizadas em Genebra, Nairóbi e Nova York.

O que importa para a Comissão é o conhecimento da proposta brasileira e das teses que todos os países irão aprovar, ou seja, os princípios e compromissos. Em termos metodológicos, o que fizemos? Na semana passada, ouvimos o Ministério do Planejamento, por intermédio da Secretária de Política Urbana, Drª Maria Emília, que falou do Plano Nacional de Ação, que não está fechado – ela está nos encaminhando – e que ainda está na fase de receber subsídios do Parlamento. Ela deu um resumo geral da estratégia.

O diagnóstico e a cooperação internacional, que fazem parte dos três documentos, recebemos também ontem e estamos reproduzindo para entregar aos senhores. Na próxima semana, vamos discutir o item "a", que é o diagnóstico, e o item "b", que se trata de cooperação internacional, que será apresentando pela Drª Marlene perante o IBAM, que é outro órgão, e o Ministro Dutra, que vai discutir cooperação internacional. Com isso, fecharemos a visão global dos três documentos, e a Drª Maria Emília voltaria, depois de nos encaminhar o plano, para sugerirnos. Ou seja, fecharíamos as teses brasileiras para o encontro.

Esperamos trazer o Dr. Jorge Villenheim, que é o Secretário-Adjunto da Conferência, que está em Nairóbi, para ver se ele ainda vem antes do encerramento da nossa Comissão. O que trouxemos hoje? Todo mundo deve ter ouvido e lido que o **Habitat-2** tinha, como colocou a Drª Vera, uma seleção de práticas, por sugestão das Nações Unidas, na área urbana que tenham tido sucesso, que sirvam de exemplo para o mundo. Ela nos apresentou o questionamento: Como o Brasil escolheu isso? Não pôde fazer um concurso nacional. Então, fizeram uma série de critérios, indicaram uma comissão participativa entre governo e não governo, de tal modo que houve prazos curtos para apresentar, e a divulgação foi feita pelo rádio.

É claro que o primeiro ponto do qual ele pode fazer uma crítica, mas tem que compreender, é de que deve haver muitas experiências brasileiras que não foram nem apresentadas, porque não houve tempo, não houve divulgação suficiente, mas sabemos do esforço que o Governo fez. Então, há essa intenção. É possível que as selecionadas do Brasil possivelmente fossem até outras, se houvesse tem-



po para fazer uma seleção, que não houve. Mas ela explicou tudo: foi um pleito das Nações Unidas. Então, a primeira crítica que poderíamos fazer é que possivelmente muitas experiências não foram incorporadas, porque não tiveram, talvez, o tempo hábil, se bem que ela nos informou que representantes dos Municípios do Brasil participaram. Todavia, sei que muitas espécies não foram apresentadas à consideração da seleção. Portanto, essa falha é normal.

Segundo, ela já tem, bem ou mal, uma seleção: 15 foram selecionados – devem ser muito boas. Podemos, depois, pedir alguma informação da doutora sobre as 15 apresentadas.

O que nos causa espécie – não sei se vocês perceberam –, é que as Nações Unidas já decidiram escolher as 100 melhores práticas. O Brasil mandou algumas sugestões, escolhidas por uma seleção aqui. O Brasil escolheu 100 também?

**O SR. (Não Identificado)** – Só 15.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Escolheu 15. Quantas ao todo foram apresentadas?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Cinquenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – De 50, escolheram 15. Podia ter 200, mas, por falta de divulgação e tempo, não foram apresentadas. As Nações Unidas, antes de começar o encontro, escolheu as 100 maiores e, dentro dessas, as 12 maiores. O mais interessante é que tem uma ONG multinacional, que é francesa.

Eu, como estou acostumado a lidar com ONG – fui Ministro do Meio Ambiente, trabalhei muito com isso –, digo que isso depende do **lobby** que cada um faz. Possivelmente, essa ONG francesa tem um trabalho muito bom, não conheço, não posso julgar. Ela ainda foi selecionada no Brasil, mas já está entre as 12 melhores do mundo. Sei como funciona esse esquema internacional. Desse modo, pelo trabalho eficiente das ONGs internacionais, ela deve ter negociado. O julgamento foi na Holanda, não foi?

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Foi na Holanda, mas a data do julgamento ninguém sabe, nem o júri se conhecia.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – É secreta.

**O SR. GERSON CAMATA** – V. Sª me permite uma aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Pois não, Senador.

**O SR. GERSON CAMATA** – Para poder ganhar qualquer prêmio da ONU para correr com 60%

tem que do ser PT, se não for do PT, está eliminado já com 40%. Conheço como é.

Há uns dois anos atrás, eles deram três prêmios para o programa de analfabetismo. A UNICEF deu 3 para o PT. No Brasil, tem mais de 10 mil brasileiros fazendo coisa bonita, mas sempre concede para o PT. A ONU tem uma paixão pelo PT. Desses 4 escolhidos, pode verificar, 3 são de Municípios do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Duas são do PT.

**O SR. GERSON CAMATA** – Uma é privada e as outras 2 são do PT. E o PT não é o partido que tem mais municípios. Ou ele é melhor do que nós ou ele faz mais **lobby** do que nós. Temos que aprender esse negócio. Vou arranjar um pesquisador para analisar esse negócio.

O que a ONU tem com o PT? Eles têm um negócio na Suíça que eles mandam uns medalhões, uns prêmios para eles. Os prêmios são todos para eles. Tem-se que analisar essa ONU.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Senador, é um esquema muito bem montado de **lobby**, que compreendemos. Falta talvez capacidade de que os participantes brasileiros, as suas experiências com sucesso, tenham talvez um **lobby** bem feito. Isso, contudo, não nos interessa, porque, de qualquer forma, já está escolhido. O importante é termos conhecimento das 15 brasileiras escolhidas e apresentadas. As outras que não foram apresentadas é um problema que não podemos discutir mais.

Das 50, selecionaram 15, as melhores. Dentro de critérios que a Drª Vera apresentou, demonstra-se que não é só fazer um grande trabalho, é muito importante trabalhar na divulgação e no **lobby** do trabalho. Isso é prática que todos conhecem. Dessas 15 práticas – a Drª Vera pode depois fazer uma seleção –, o importante é a lição para nós, como também os 3 documentos fundamentais, o diagnóstico, o plano nacional que vai ser transformado em política urbana, conforme a reunião anterior, e a cooperação internacional.

É claro que ainda podemos dar uma contribuição ao plano nacional, que vai ser encaminhado a todos nós. Espero que até o final da terceira semana, tenhamos já a Drª Maria Emilia aqui, recolhendo subsídios nossos e talvez outros subsídios que ela tenha, para podemos encaminhar a proposta nacional.

De qualquer forma, o conhecimento que a Drª Vera Lúcia nos traz das 15 práticas escolhidas e selecionadas dentre 50 é importante. Só que esta Comissão não terá tempo de ouvir as 15, o que seria ideal. Talvez depois da reunião da Comissão de

compromissos que o Brasil assumir, dos princípios, possamos...

**O SR. JÚLIO CAMPOS** - Poderia citar pelo menos um trabalho deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Podemos sugerir um trabalho deles. Dos quinze trabalhos, a Dr<sup>a</sup> Vera poderia sugerir um que fosse interessante.

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - O GRET foi considerado um dos doze melhores do mundo.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** - Onde se situa o GRET?

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Em Fortaleza.

Em relação a uma observação do Senador Gerson Camata, gostaria de dizer que, na realidade, o GRET sozinho não teria condições de realizar o que vem realizando. O GRET só consegue realizar o seu trabalho com a parceria da Prefeitura, do Estado e da Universidade. O problema é que foi a ONG que tomou a iniciativa de se candidatar. O Governo do Estado do Ceará, que é do PSDB, poderia ter-se candidatado; a Prefeitura poderia ter-se candidatado. Mas foi a ONG que tomou a iniciativa de preparar o material e que se deu ao trabalho de preencher todas as fichas e todos os disquetes. Está sendo dito que o prêmio é do GRET; na realidade, o prêmio é de todos os parceiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Dr<sup>a</sup> Vera, trata-se de uma entidade internacional que acompanha todo o processo mundial das Nações Unidas. A maioria das entidades brasileiras estão alheias ao que está acontecendo.

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Isso não é bem verdade.

Trouxe aqui as fichas que eles nos mandaram, as quais lhes foram solicitadas. Eles não tomaram essa iniciativa. Isso ocorreu aqui e também em Nairóbi. Eu, pessoalmente, liguei para o Ives Cabane e lhe disse que eles não poderiam perder a oportunidade de estar concorrendo, porque o GRET tem um trabalho importante. Acredito que, para o júri internacional, o fato de ter havido uma parceria, uma cooperação técnica internacional e com o Poder Público, deve ter contado muitos pontos. Para eles, é importante que as nações se comuniquem ou colaborem entre si. Com certeza, foi ponderado o fato de uma ONG francesa estar trabalhando num outro país.

No caso da Prefeitura de Belo Horizonte, há uma ONG italiana, a AVIS, que tem trabalhado jun-

tamente com a Prefeitura e que foi contemplada pela Prefeitura de Dubai.

**O SR. GERSON CAMATA** - Eles arrecadaram dinheiro na Itália e fundaram (?); por acaso, isso ocorreu no Piauí também. Isso é algo impressionante. Trata-se de um sistema em que o aluno fica na escola durante um mês e depois vai para sua casa. Um assistente social visita a família. Se a criança transmitir para a família o que aprendeu na escola, ganha uma nota na escola. É uma experiência extraordinária.

Fiz um levantamento e constatei que metade dos prefeitos do interior do Espírito Santo e mais da metade dos vereadores passaram por essas escolas dos jesuítas. É uma belíssima experiência, não é?

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Sem dúvida.

**O SR. GERSON CAMATA** - Devia candidatar-se também. Penso que eles nem sabiam disso.

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Mas, nesse caso, penso que seria uma conferência sobre a Educação. O problema é o tema em questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Dr<sup>a</sup> Vera, quero fazer uma pergunta concreta. Queremos fazer apenas uma experiência, porque não há tempo. Estamos preocupados com a documentação, com as propostas brasileiras; penso que essa é a nossa maior obrigação. Mas, nessa primeira etapa, deveríamos fazer ao menos uma experiência.

Insisto que a Comissão pode ser prorrogada após a reunião, porque vamos continuar discutindo sobre a política. Talvez, haja uma vaga até o final de maio; se a Dr<sup>a</sup> Vera achar interessante, pelo menos uma dessas entidades já selecionadas poderia vir aqui.

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Acredito que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Se a Comissão aprovar, ao final, poderíamos inserir...

**O SR. JÚLIO CAMPOS** - Poderíamos solicitar o trabalho *in loco*.

**O SR. GERSON CAMATA** - Essa equipe que está no Ministério do Planejamento, para a política urbana, é muito boa.

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Muito obrigada.

**O SR. GERSON CAMATA** - S. S<sup>a</sup> faz parte dela.

É a primeira vez que, no Brasil, delineiam-se processos que terão continuidade. Antigamente, havia uma pequena verba, mas, agora, há uma meta,

algo planejado. Sabemos onde se quer chegar. Isso é importante.

Os senhores escorreram sobre o resultado das discussões, no sentido de preparar o Brasil para ser representado lá. Isso foi feito de forma rápida, porque já estavam preparados; foi preciso apenas juntar as coisas e acertar.

A coisa mais fascinante do ser humano é a troca de experiência, aliás, todo o desenvolvimento do ser humano deveu-se à troca de experiência. Por que o ser humano dominou a terra? Porque ele é o mais fraco, ele troca mais experiências. O bezerro já sai pulando da barriga da vaca, o jacaré já sai nadando. O homem tem que ficar vinte anos colado na mãe e no pai para poder sair auto-suficiente. Por ser fraco ele transmitiu mais experiências e dominou a terra, poderia ter sido um outro bicho, mas ele dominou porque é fraco. Imagine nessa conferência o que vão aparecer de experiências monumentais. O ideal aqui, já que temos a Gráfica do Senado, seria imprimir um folheto contendo as melhores idéias selecionadas e mandar para todos os prefeitos e vereadores do Brasil inteiro. Quanta experiência! Mas esses vereadores não vão poder ir lá, então faremos uma avaliação. Esses prefeitos e vereadores vão começar a se interessar e vão copiar o que é bom, ou vão adaptar experiências que já têm àquelas. É a maneira que a Comissão tem de trazer experiências.

**A SR<sup>a</sup>. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Senador, até gosto muito de ouvir isso porque a Secretaria tem a intenção de ter uma linha de ação constante nesse sentido. Solicito a todos os presentes que tenham notícia, conhecimento de boas práticas, de boas experiências, que enviem esse material para a Secretaria porque vamos tentar colocar via Internet, tentar estar sempre publicando material, promovendo esse intercâmbio de informação. É nossa intenção fazer isso como uma linha de ação constante, já que penso que a troca de experiências é fundamental.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Para a lista de inscrição o Senador Gerson abre mão.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner para fazer suas solicitações.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Professora Vera Lúcia, praticamente aquilo do que já participei no primeiro lance, tendo conhecimento das quatro brasileiras selecionadas entre as cem, desperta a curiosidade. Mas, dentro dessa curiosidade, talvez o planejamento seria, se não estou equivocado, em tomo de quinze. Não sei se vamos ter um momento para conhecer essas quinze selecionadas, aqui, do

Brasil, para analisarmos e sentirmos essas experiências que o Brasil tem selecionado. E, em cima dessas quinze, poderíamos, como disse o Senador Camata, buscarmos as melhores experiências. Eu gostaria de endossar também essa distribuição, essa comunicação, esse intercâmbio entre as administrações, inclusive municipais, do País inteiro, para conhecer isso. Tínhamos que assimilar primeiro, ver, sentir e, em havendo entendimento, veríamos a melhor maneira de distribuir, de levar ao conhecimento dos quadrantes em todo o País. Penso que é um trabalho que a Comissão fará de contribuição, de levar essas experiências e algumas delas não tínhamos conhecimento. Eu gostaria de conhecer, penso que todos os colegas têm vontade de entender, assimilar, desmanchá-las e ver como elas se construíram, como na prática acontece. Quem sabe nesse meio termo, até pela sugestão do Senador Camata e do Senador Júlio Campos, se pudermos até *in loco*, para acompanharmos e vermos. Isso tudo será de muita utilidade para a Comissão, em última instância para, dentro desse **Habitat II**, do assentamento humano, dentro do equilíbrio que defendemos no Brasil inteiro. Minha participação ficaria, no momento, nesses termos, mas indagaria se dessas quinze propostas não chegou o momento de conhecermos, de discutirmos, de vermos, de debatermos.

**A SR<sup>a</sup>. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Perfeito. A lista das quinze estão aqui? Eu gostaria de fazer um pequeno esclarecimento porque vou deixar o papel por escrito, porque pode haver confusão. Algumas experiências foram consideradas isoladamente porque só havia o documento completo, como "Urbanização em Diadema". Algumas outras foram consideradas em seu conjunto como é na realidade o caso do GRET, que tem cinco linhas de ação diferentes e é o conjunto das cinco que torna a prática uma coisa interessante, já que se complementam entre si. Eu gostaria, inclusive, de dizer que todas as quatro que foram incluídas entre as cem melhores do mundo, três estariam também na seleção brasileira, quer dizer, houve até uma coincidência entre o trabalho que foi feito lá e o que foi feito aqui. Só não consideramos a experiência de Santos porque estávamos limitados aos temas que o diagnóstico contemplava. Como o diagnóstico da Dr<sup>a</sup>. Marlene não contempla o assunto meninos de rua, a experiência de Santos, embora nos tenha sido enviada, não podemos considerar porque não tinha como fazer um bloco ilustrativo de um texto que não existia, no mais, tanto Porto Alegre, Jaboatão como Fortaleza também foram consideradas na seleção

brasileira; significa que realmente, dentro de critérios diferentes, a coisa caminhou no mesmo sentido.

Sempre há uma observação prática a se considerar. Houve práticas que foram enviadas por mais de um autor, por exemplo no caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, em que tanto o Ibase deu-se ao trabalho de preencher os documentos quanto a própria Prefeitura de Porto Alegre. Então, não poderíamos contar duas vezes, porque, em determinado momento, a imprensa começou a fazer confusão com esses números; mas na realidade se tratava do mesmo assunto, só que foram apresentados duas vezes por dois autores diferentes. Penso que está tudo retratado no papel; se houver qualquer dúvida, poderemos esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Com a palavra o Senador Mauro Miranda.

**O SR. MAURO MIRANDA** – Sr. Presidente, Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia, aproveitando a oportunidade, gostaria de saber uma coisa até um pouco fora do contexto: primeiro, como é que está funcionando a hierarquia na área habitacional do Governo? Como assessora dessa Política Urbana do Ministério do Planejamento – o Ministério, depois a Maria Emília, depois a Caixa Econômica Federal –, como é que está funcionando isso?

Sr. Presidente, não sei se é possível essa resposta agora, mas eu gostaria de um esclarecimento, porque é uma coisa que estamos procurando lá fora, e de repente podemos esclarecê-la nesta reunião, pois temos que saber discutir o que já estamos fazendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) – Senador, poderíamos solicitar ao próprio Ministério do Planejamento – ao Ministro e à Dr<sup>a</sup> Maria Emília –, informações sobre como está estruturada a área urbana no Brasil. Inclusive a Dr<sup>a</sup> Maria Emília encaminhou uma série de documentos na última reunião, entregando à Comissão muito material. Vamos agora separar tudo para encaminhar a V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. MAURO MIRANDA** – O problema é o seguinte: com relação à política urbana e habitacional do Chile, muito falada hoje nas rodas, a senhora tem alguma experiência sobre o assunto, existe alguma coisa diferente que está sendo encaminhada, da qual a senhora tenha conhecimento especial?

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Vou pelo menos tentar esclarecer rapidamente, em grandes linhas, a questão institucional.

O Ministério do Planejamento tem cerca de sete Secretarias. Há o Ministro, o Secretário-Executivo e as Secretarias – são sete Secretários; todos

os Ministérios organizam-se da mesma forma. Uma dessas Secretarias é a de Política Urbana; como há a Secretaria de Planejamento, de Orçamento, uma das Secretarias é a de Política Urbana, cuja Secretária é a Dr<sup>a</sup> Maria Emília, que esteve aqui na semana passada.

Abaixo da Secretária, temos três Departamentos – é o nome que o Ministério da Reforma Administrativa tem dado, que seria o equivalente às antigas Diretorias –, que são o de Habitação, de Saneamento e de Desenvolvimento Urbano. E abaixo dos Diretores estão os Coordenadores. O organograma é esse.

A Secretaria de Política Urbana é o órgão gestor dos recursos do FGTS, e a Caixa Econômica Federal é o órgão operador daqueles recursos. A Caixa Econômica Federal tem funcionado não só com relação aos recursos do FGTS, mas também com os recursos do FDS, enfim, como o banco que opera com os recursos relativos à política urbana; mas quem gere a política urbana é o Ministério. Quem pensa, estabelece critérios, normas, enfim, toda a estruturação é feita dentro da Secretaria, dentro do Ministério; e quem opera recursos é a Caixa Econômica Federal. É mais ou menos isso.

Sobre o Chile, temos alguns documentos, inclusive o plano de ação que eles será enviado para Istambul só poderei encaminhar para V. Ex<sup>as</sup> em um segundo momento, pois não vim preparada para isso; mas posso comprometer-me a enviar o que temos disponível sobre o Chile.

**O SR. MAURO MIRANDA** – É que eles estão agora nesta semana aqui no Brasil, e isso está sendo considerado como um grande programa da área habitacional; então precisávamos saber se de fato existia, se vocês têm conhecimento do assunto.

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Fizemos dois seminários no Chile no mês passado, um sobre financiamento habitacional e um outro sobre os ministros na área de habitação. Comparecemos aos dois eventos em Santiago.

**O SR. MAURO MIRANDA** – Dizem que lá existe um programa pelo qual até o ano 2000 o problema habitacional estará resolvido. É verdade?

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Aí não arrisco; não sei.

**O SR. (Não Identificado)** – Na realidade, é um programa de contenção de população violento e bem executado.

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** – Não estamos tão atrás assim. As nossas taxas de natalidade caíram expressivamente na década de 80.

**O SR. JÚLIO CAMPOS**- Mas ainda é muito alta. O empobrecimento é muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Mas é uma realidade totalmente diferente. Estive, inclusive, lá agora. Muito diferente. Se o Ministério do Planejamento tiver algum material relativo a isso, que encaminhe à Comissão.

Srs. Senadores, tivemos três reuniões e parece-nos que realmente não temos uma comissão que trate desses assuntos relevantes.

Queiram ou não, urbanização é dos assuntos mais graves do mundo atual. É uma tendência irreversível o ser humano habitar em cidades e nelas estão os grandes problemas ambientais, econômicos, desemprego, enfim, todos que já discutimos na reunião passada.

Então, de qualquer maneira, notamos que uma comissão temporária que está apenas acompanhando as teses brasileiras, propostas que serão encaminhadas a grandes encontros das Nações Unidas, esperando que com isso, após a apresentação do Plano Nacional de Ação - que ainda vamos discutir aqui -, políticas sejam propostas de modo realmente formal ao Congresso Nacional. Uma vez que já existe tramitando uma proposta de política urbana, entendendo que essa comissão vai ter um papel relevante logo após esse grande encontro Habitat-2, porque o Brasil vai assinar compromissos internacionais e aderir a princípios internacionais. Parece que vamos ter que voltar e esta comissão deve ter continuidade. O tempo está curto...

A inquietude de todos nós demonstra que esse tema tem que ter, no Senado, alguma área, uma comissão, uma vez que ele está incorporado ao social hoje. Hoje, a Comissão de Assuntos Sociais trata de tudo: de meio ambiente, de parte urbana, enfim... Há uma proposta de criação de uma comissão de desenvolvimento regional urbano que ainda não foi viabilizada. Acho que algumas coisas vão surgir em função de tudo que está ocorrendo.

**O SR. GERSON CAMATA** - Peço a palavra para um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Pois não.

**O SR. GERSON CAMATA** - Por exemplo: uma experiência que tinha que ser encaminhada foi essa de carta de crédito da Caixa para compra de casa. A coisa mais (Inaudível. Fora do microfone.)

Nunca ninguém pensou num plano tão bobo e tão genial.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Não tem dúvida, é uma proposta de política.

**O SR. GERSON CAMATA** - Esse cidadão passa a mão naquela carta de crédito, que é dinheiro, sai na maior felicidade e compra a casa onde ele quer. Nunca ninguém (Inaudível. Fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Passo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** - Sr. Presidente, Dr<sup>a</sup> Vera, este é um assunto, como o Presidente colocou com muita propriedade, que tem que ocupar as preocupações de uma parcela do Senado.

Creio que é fundamental, Sr. Presidente, para que possamos formar uma opinião consistente a ser levada à Conferência Internacional, que se ouça algumas das experiências que estão listadas como as mais exitosas no País.

Aqui deve-se fazer um grande questionamento. O assentamento humano, quer na área rural, quer na área urbana, se ele é exitoso, o foi, em primeiro lugar, na questão da mobilização da comunidade. Isso é pedra de toque.

Fui Prefeito em Natal e fui duas vezes Governador do meu Estado. Quando fui Prefeito em Natal, fiz o primeiro Pró-Morar do Brasil, o segundo e o terceiro. Quando fui Governador pela primeira vez, implantei o Programa Médico na Família e um esgoto condominial, pioneiro no Brasil. Então, vivi experiências que tiveram êxito, mas que passaram pela mobilização e comprometimento da comunidade. Consegui construir 14 mil casas com recursos próprios desse segundo governo, agora, por US\$470 a unidade. Estão lá para serem vistas. Nisso tudo houve um grande trabalho de mobilização comunitária: equipes que levantavam as comunidades na área rural e na área urbana recebiam material de construção e apoio tecnológico e levantavam suas casas.

Então, acho importante se chamar esses 15 que estão listados ou 12, ou 2, ou 3, quantos pudermos, para questionar o que foi feito e onde entrou a mobilização comunitária, ou foi dinheiro dado para eles construírem? Porque dar o dinheiro pura e simplesmente, a casa construída ou a melhoria feita não têm o sentido da propriedade, não é coisa deles, é uma coisa dada. O sentido de propriedade é muito relativo, muito superficial.

Alguns de nós vamos ouvir, na Turquia, experiências internacionais que vão compor parte de um modelo brasileiro que todos nós propusemos a votar, penso que é importante termos a consciência da realidade brasileira, dos êxitos conseguidos no Brasil e tentar agregar alguma coisa nova que tenha sido feita em Bangladesh ou na Índia ou no Egito ou num país de terceiro mundo à nossa realidade, mas

questionando em primeiro lugar, na minha visão pessoal, a mobilização da comunidade, que é a pedra de toque para o êxito de qualquer programa de assentamento urbano.

Quero, então, deixar com o Presidente o reforço da idéia da convocação dessas pessoas, que entendo é o mais importante, pragmaticamente falando, que se pode fazer, a fim de que possamos ouvir as experiências, questionar e formar uma consciência do que podemos fazer e como contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Com a palavra o Senador Waldeck Ornelas.

**O SR. WALDECK ORNELAS** - Sr. Presidente, uma coisa que me parece fica clara é que esse relatório, que se prevê para 29 de maio, não pode ser um relatório final da Comissão, até porque o que o Brasil vai apresentar na HABITAT II, a essa altura, já está definido, os prazos estão estabelecidos, etc.

A grande contribuição que esta Comissão pode prestar, além de atividades como a que foi aqui levantada pelo Senador Camata de difundir e divulgar recomendações e propostas, é exatamente cobrir a grande lacuna existente no País na questão legislativa, ordenando a questão urbana. A questão urbana não é apenas o somatório dos problemas de habitação, saneamento, transporte, é a questão do ordenamento territorial. Essa é uma lacuna que há no País e não está sendo discutindo, e a lei de política urbana me parece o fórum adequado para discutir essa questão.

Um outro aspecto que me parece uma grande lacuna é que já tivemos no passado - e aí eu remonto inclusive à época do Serfal, ao próprio trabalho do IBAM - é o programa de capacitação técnica dos Municípios, de assistência técnica, que hoje foi inteiramente desmantelado, não existe mais. É preciso que seja reconstituído, não adianta se falar em descentralização se não há, paralela e simultaneamente, um programa de capacitação das administrações municipais e até dos Estados e de preparação, de formação de recursos humanos para que se possa executar, efetivamente, uma política urbana.

De modo que creio que teremos, necessariamente, que prorrogar os trabalhos desta Comissão, porque a grande tarefa que ela terá de desempenhar será depois da realização da **Habitat**.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Senador Ornelas, na última reunião, conversamos exatamente sobre esse assunto com a Secretária de Política Urbana. Já que V. Ex<sup>a</sup> falou no CIERFAL, eu fui Secretário de Planejamento de dois governos e lembro-me que o Serfal e uma série de órgãos atuavam

na política urbana; tínhamos as regiões metropolitanas, para as quais havia, bem ou mal, um programa. Participei muito desse trabalho.

De qualquer forma, concordo que houve um desmantelamento de tudo isso e o Governo atual está reagrupando - e penso que na posição correta - uma Secretaria dentro do Ministério do Planejamento, onde realmente se definam políticas e prioridades e se viabilize o processo de tomada de decisão.

Creio, como V. Ex<sup>a</sup> falou há pouco, que esse grande encontro em Istambul vai ser realmente o ponto a partir do qual países como o Brasil e outros vão ser obrigados - e já estão trabalhando em cima disso - a definir, de forma clara, uma política de desenvolvimento urbano, com todas essas variáveis que V. Ex<sup>a</sup> apresentou, não só o problema da cidade, mas o problema do ordenamento do uso do solo. E há um projeto nesta Casa.

Mas se cada Governo encaminha, obrigatoriamente, um diagnóstico - já está lá, vamos discutir na próxima semana -, se encaminha o estudo sobre cooperação internacional - já está lá, mas vamos discutir na próxima reunião - e um plano de nacionalização, que não está fechado, a Dr<sup>a</sup> Maria Emília permite que possamos ouvir as contribuições, na próxima semana já teremos esse documento e poderemos sugerir, claro com pouco de tempo, um plano nacional de ação que cada país apresente e seja um compromisso a ser assumido lá.

Encaminharei a V. Ex<sup>as</sup> um documento - já recebido pela Internet - que trata de todos os princípios e compromissos já preliminarmente acertado nas três reuniões preparatórias, que, de qualquer maneira, não vai mudar muito. Quem conhece as negociações internacionais sabe que, nesses documentos, só se muda a palavra. Já está tudo certo.

É importante que o Brasil assine esse documento. Ele assina um compromisso internacional; propôs um Plano Nacional de Ação que, no fundo, vai ter rebatimento no Congresso. E nós vamos transformar isso em uma política nacional urbana, para honrar os compromissos internos e externos.

E temos que acompanhar, não tenho dúvida, Senador, mais intensamente. Acho que o trabalho desta Comissão vai ser mais importante **a posteriori** dos compromissos que o Brasil assumir na reunião em Istambul e nas decisões que lá forem tomadas. Não acredito que vamos ter surpresas, mas teremos sugestões importantes.

A Dr<sup>a</sup> Maria Emília mostrou que há uma proposta de política urbana e S. S<sup>a</sup> se comprometeu a nos encaminhar os detalhamentos dessa proposta.

Depois da reunião em Istambul - que será em junho próximo -, teremos condições de trabalhar em cima dessa proposta, de fortalecer, talvez, o aspecto de uma comissão que atue mais intensamente - ou esta mesmo, digamos, com prazos maiores -, para que tenhamos, ainda este ano, em função da reunião de Istambul, uma série de reuniões importantes de política urbana no Brasil, com reatamento da regional e de tudo aquilo que os companheiros, nesta última semana, falaram como o fato de o problema urbano ter muito a ver com o problema da área rural; o problema do êxodo rural concentra o problema na área urbana e esvazia o campo; o programa nacional de pequenas e médias cidades, fortalecendo os núcleos médios e pequenos, para que se evitem, realmente, aglomerações exageradas nas grandes cidades. Tudo isso faz parte de uma política nacional urbana que, conforme a Dr<sup>a</sup> Maria Emília falou, é importante, dentro do nosso cronograma. A Dr<sup>a</sup> Maria Emília vai trazer o documento final, o Plano de Ação, e teremos que discutir esses detalhes mais uma vez.

Creio que neste mês de maio vamos ter que discutir isso e esses assuntos serão realmente aflorados intensamente nessas reuniões, não tenho dúvida nenhuma. Mas concordo, Senador Waldeck Ornelas, que esta Comissão está dando somente o pontapé inicial de uma discussão mais ampla naquilo que será feito depois da reunião de Istambul. Não tenho dúvida nenhuma, creio que é uma semente que vai frutificar.

**O SR. GERSON CAMATA** - Respondendo à questão do Senador José Agripino, a Dr<sup>a</sup> Maria Emília instituiu algo que mobiliza a comunidade pela primeira vez.

Antigamente, o prefeito resolvia colocar um esgoto na rua, ele vinha aqui e dizia: Senador, vamos lá no Ministério arranjar uma verba... Agora não, agora tem um conselho formado por gente do governo e da comunidade, que tem que discutir e aprovar lá mesmo. Depois, ele pode vir para cá. Então, já mobilizou a comunidade. Já discutiu se aquela obra é comunitária; se aquela rua é a mais importante; se aquele bairro é o principal.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** - Em alguns casos, Senador Camata, a mobilização é fundamental. No caso do esgoto condominial, por exemplo, onde se vai ter 45% do custo da obra, a canalização principal passa pelos quintais das casas. Então, se não houver mobilização da comunidade, não é possível nem iniciar o programa. Em muito programas se mexe na propriedade do cidadão. Então, ele tem que ter a consciência de que mexer naquela propriedade dele vai trazer um benefício para ele.

Então, a mobilização é fundamental por diversos aspectos, dentre os quais este: de que ele vai ser parte integrante e o seu patrimônio do benefício. O barateamento da intervenção se faz na medida em que cada beneficiado participa com a sua quota de colaboração. Eu tive um programa nesse segundo Governo que envolvia não apenas construção de moradia, mas geração de emprego, intervenções na área saúde e educação, transportes e comunicação.

Na saúde, por exemplo, a pedra de toque era a pastilha de cloro na caixa d'água do abastecimento de água da pequena comunidade. Quem tomava conta e quem policiava a aplicação do cloro, diariamente, era a comunidade. Se ele falhasse, a água entrava em processo de contaminação e prejudicava a comunidade como um todo. Então, era um espírito de corpo que se formava. Por isso insisti nessa colocação da participação da comunidade, porque sem ela nenhum programa de assentamento humano se completará em cem por cento. E tudo aquilo que é dado não é valorizado. Você tem que ter a participação do beneficiado para que o valor do benefício seja completo.

**O SR. MAURO MIRANDA** - Sr. Presidente, só para reforçar a palavra do Senador José Agripino Maia, temos uma experiência muito grande no Estado de Goiás, no Governo do Iris, com relação ao mutirão da moradia que foi feito dentro da cidade de Goiânia. S. Ex<sup>a</sup> convocou uma liderança muito forte - o ex-Governador, atual Senador -, convocou a cidade de Goiânia inteira para fazer mil casas num dia só para ter um impacto forte e depois redistribuir para o Estado inteiro. Em mais de 200 Municípios fizemos casas. Então, um trabalho imenso. Convocou o pessoal para chegar cedo. Depois convocou o pessoal para trazer comida para aqueles que estavam trabalhando para fazer suas casas. Depois fez as comissões de seleção dos mais necessitados da cidade, e a comissão para todos os bairros de voluntários para discutir quais eram as pessoas mais carentes para assumir a casa. E foi um sucesso: Em um dia, fizemos mil casas, mostrando ao Estado que tínhamos condições de fazer. Muito mais do que o trabalho foi a conscientização de que, se se quiser, é possível resolver, de um dia para o outro, o problema habitacional brasileiro. No Estado, repetimos isso em duzentos e tantos Municípios e conseguimos fazer casas para todos os Municípios. As comunidades escolheram quem moraria, e esse pessoal que ia morar também trabalhou para fazer sua casa. Queria deixar registrada essa referência muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Muito obrigado.



Vou passar a palavra a Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia para ela dar algumas informações finais. Depois vamos fechar nossa agenda de maio, que já está praticamente acertada com as propostas finais dos Srs. Senadores.

**A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Gostaria de completar aqui uma informação. Como foi dito nas práticas que foram enviadas nos trabalhos que foram enviados para a seleção que Sepurb coordenou, infelizmente, não contemplaram todos os campos de ação que são importantes na gestão municipal. Essa falha foi detectada pelo grupo de trabalho, e eu me lembrei disso porque o Senador falou sobre esgoto condominial. É sabida a experiência brasileira nessa área de esgoto condominial, como é sabida na experiência, por exemplo, na elaboração de planos diretores, assim como em outras áreas de saneamento.

Esse grupo de trabalho indicou ao Comitê Nacional Preparatório do Itamaraty que, se achasse conveniente o comitê buscaria sozinho, enfim, por suas próprias pernas, experiências que ilustrassem esses três campos, cujos trabalhos não tinham vindo para a seleção. Certamente, as pessoas não tiveram tempo para preparar esse material para mandar para a Sepurb. O Comitê delegou ao IBAM a escolha de três exemplos que ilustrassem essas áreas: de plano diretor, esgoto condominial e saneamento de uma maneira geral. E o IBAM escolheu a experiência de Belém, Natal e Angra dos Reis. Portanto, além das 15 selecionadas pela Sepurb, essas outras três também estarão, sob a forma de box, ilustrando o relatório nacional. Acho que era importante dar essa informação.

Quanto à participação do Parlamento na conferência, esta não se dá só pelas vias da conferência oficial, do encontro dos Estados. Acho que a Conselheira Marcela Nicodemus falou aqui da outra vez. E há mais sete fóruns paralelos todos da mesma importância.

**O SR. (Não Identificado)** - Nos dias 29 e 30, Sr. Presidente, estaremos lá, porque será uma comitiva brasiliense que nesses dias teremos dois dias de debate de parlamentares do mundo todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Poderemos designar um membro da Comissão que possa ir a esse evento parlamentar. Depois veremos isso.

**A SRA. VERA LÚCIA SANTOS RIBEIRO** - Bom, eram essas as informações que gostaria de trazer a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - Srs. Senadores, agora, acho que é importante que após as informações da Dr<sup>a</sup> Vera e as propostas aqui co-

locadas, acho que é importante fazer um retrospecto, porque, como disse o Senador Gerson Camata, a nossa comissão é pequena, operacional, objetiva e composta de pessoas que se interessam pelo assunto. Estamos aqui porque fizemos opção por esta comissão.

**O SR. GERSON CAMATA** - Só não deixa a expositora falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Coutinho Jorge) - A metodologia é boa; melhor não poderia ser. Insisto no que é importante: os três documentos que o Brasil está enviando às Nações Unidas e os princípios e compromissos que assumirá naquela reunião.

Quanto ao diagnóstico, a próxima reunião já está encaminhada e a Dr<sup>a</sup> Marlene já foi convocada, porque o IBAM deu apoio ao Ministério do Planejamento, enquanto que, na Cooperação Internacional, ficou o Ministro Dutra, da ABC, que é uma entidade ligada ao Ministério das Relações Exteriores.

Então, cobriremos de informações os itens 1 e 3.

Numa outra reunião, já foi combinado para vir a Dr<sup>a</sup> Maria Emília, trazendo o plano de ação, porque esse não está fechado, podemos sugerir alguma coisa. Os senhores vão recebê-lo antes e vamos juntos tentar sugerir, se couber, algum agregado nesse plano, porque, não tenho dúvida nenhuma, é um compromisso que o Brasil assume internacionalmente e que irá dar origem à definição de uma política nacional. Na minha opinião, esse é o documento mais importante.

Terceiro, temos que ouvir, se possível, o Dr. Jorge (?), Secretário Executivo ou alguém delegado por ele. Mas, como ele se encontra em Naiarobi, não sei se é possível. Mas, tudo bem, vamos tentar.

A proposta colocada aqui por vários Senadores, inclusive pelo Senador José Agripino, é que, de início, já havíamos sugerido ouvir a experiência vencedora no Brasil e nas Nações Unidas. Mas poderíamos ampliar as quatro melhores selecionadas, que seria a de Porto Alegre, de Santos, de Recife e de Fortaleza e as três, que são também experiências sugeridas pelo Ministério, perfazendo um total de sete. E, se não fosse possível, nesse período de maio, ouvi-las, prorrogaríamos a ação da Comissão, conforme acordo feito, ouvindo logo depois da vinda do encontro de Istambul.

Portanto, ficamos ajustados, de acordo com o que foi colocado aqui, atendendo a todas as reivindicações dos Senadores, no sentido de que, esgotando todas as teses brasileiras, que serão esgotadas com a apresentação do diagnóstico, do plano de



ação e da cooperação internacional, nós nos concentraríamos nas experiências de sucesso, que são as quatro escolhidas pelo Comitê, conforme explicado, e mais as três, que são experiências com grande repercussão, como é o caso de Natal, Belém e de outras cidades.

Então, ficaria ajustado que a Presidência tentaria negociar isso dentro do prazo. E temos que ser realistas, já que essa Comissão funciona no mesmo dia de outras comissões e, por isso, estamos jogando o horário para um pouco mais tarde. Mas, por incrível que pareça, todos os membros estão presentes. Por isso mesmo, essa é uma comissão operacional, pequena e objetiva.

Então, se os senhores concordam com a agenda geral de maio, de que ouviremos, na próxima reunião, a Dr<sup>a</sup> Marlene e o Ministro Dutra para o item de diagnóstico e cooperação internacional; posteriormente, o Plano de Ação com a Secretária Executiva, Dr<sup>a</sup> Maria Emília, e, finalmente, o Dr. Jorge e as quatro experiências selecionadas com mais as três já indicadas; se todos concordam, cabe à Presidência negociar, junto com o Relator, o enquadramento disso. (Pausa.)

Então, está aprovada essa agenda, que deve, com certeza, extrapolar o tempo da reunião.

Agradecendo a presença e a colaboração da Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia e com certeza a documentação farta que ela deixará.

Está encerrada esta reunião destinada a examinar o **Habitat-2**.

*(Levanta-se a reunião às 12h26min.)*

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**18ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, Realizada em 24 de abril de 1996, às 10h39 minutos.**

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e quatro de abril de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos senhores Senadores Ney Suassuna, Ramez Tebet, Antonio Carlos Magalhães, Vilson Kleinübing, Jonas Pinheiro, Bello Parga, Freitas Neto, Beni Veras, Jefferson Peres, Pedro Piva, Osmar Dias, Lauro Campos, Eduardo Suplicy, Júnia Marise, Romero Jucá e Lúdio Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Onofre Quinan, Carlos Bezerra, Fernando Bezerra, José Fogaça, João Rocha, Geraldo Melo, Esperidião Amin,

José Bonifácio, Valmir Campelo e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, procede a leitura do REQUERIMENTO Nº 18-CAE/96, de autoria do Senador Osmar Dias, especificando as diligências a serem procedidas pelo Tribunal de contas da União junto ao Banespa, em aditamento ao REQUERIMENTO Nº 09-CAE/96, não havendo quem queira discutir o mesmo é submetido a votação e aprovado; e comunica que a presente reunião destina-se à exposição do **Presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo dos Santos**, acerca dos empréstimos concedidos com garantia de CDI, por aquela instituição financeira, em atendimento ao requerimento Nº 07/96-CAE. Em seguida, Sua Excelência comunica que a reunião tomar-se-á secreta, solicitando ao público presente e aos funcionários da Comissão, que deixem o recinto. Reabertos os trabalhos em caráter público, o Senhor Presidente declara cumprida a finalidade da reunião, agradecendo a presença do **Doutor Sérgio Cutolo dos Santos**, bem como dos senhores parlamentares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente. — Senador **Gilberto Miranda Batista** — Presidente da Comissão

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**19ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, Realizada em 7 de maio de 1996, às 10h26 minutos.**

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia sete de maio de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Valmir Campelo, Osmar Dias, Pedro Piva, Ademir Andrade, José Eduardo Dutra, Gerson Camata, Jonas Pinheiro, José Fogaça, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Carlos Bezerra, José Bonifácio, Antonio Carlos Magalhães, Romero Jucá, Lauro Campos, João Rocha, Freitas Neto, Epitácio Cafeteira, Fernando Bezerra, Joel de Hollanda, Bello Parga, Beni Veras, Sérgio Machado, Romeu Tuma, Geraldo Melo e Ramez Tebet; reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Onofre Quinan, Ney Suassuna, Vilson Kleinübing e Júnia Marise. Haven-

do número regimental o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir o Presidente concede a palavra ao senador Pedro Piva para que proceda a leitura de seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao OFS Nº 14/96 que encaminha solicitação do Governo do Estado de São Paulo, acerca do pedido de financiamento a ser concedido pelo Tesouro Nacional aquele Estado para liquidação de metade de sua dívida junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, no valor de R\$ 7.500.000.000,00, em 14.12.95, antes porém é concedida a palavra aos Senadores Osmar Dias, Eduardo Suplicy, José Fogaça, Antônio Carlos Magalhães, Gerson Camata e Esperidião Amin, para atender a questões de ordem, sendo a matéria retirada de pauta por decisão do Presidente. Dando prosseguimento aos trabalhos é concedida a palavra ao Senador Esperidião Amin para que proceda a leitura do parecer de autoria do Senador Vilson Kleinübing, ausente da reunião, favorável nos termos do PRS que apresenta oferecido à Mensagem Nº 155/96 que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 450.000.000,00, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis, no decorrer da discussão é concedida vista ao Senador Pedro Piva. Em seguida a Presidência passa a palavra ao Senador Osmar Dias para que proceda a leitura de seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta oferecido ao OFÍCIO S Nº 21/95 que encaminha solicitação do Governo do Estado do Paraná para que seja contratada operação de crédito externo no valor de US\$ 249.000.000,00, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra-estrutura Municipal - Paraná Urbano, no decorrer da discussão é concedida vista ao Senador Romero Jucá. A seguir o Senhor Presidente comunica que fica adiada para uma próxima reunião a discussão do Anteprojeto de Resolução que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo do Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências; elaborado pelo grupo de trabalho destinado a elaborar medidas de controle para os atos do poder

executivo, sob coordenação do Senador Esperidião Amin, constituído pelos Senadores Vilson Kleinübing, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra e José Eduardo Dutra, encerrando a presente reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. - Senador **Gilberto Miranda Batista** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, requerimento de inversão da pauta, de autoria do Senador Pedro Piva, no sentido de que o item 5 seja o primeiro da pauta de hoje.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Pedro Piva, para a leitura de seu relatório.

**O SR. PEDRO PIVA** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço...

**O SR. OSMAR DIAS** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou com as notas taquigráficas da sessão do dia 9 de abril de 1996, oportunidade em que indaguei ao Presidente da Mesa, Senador José Sarney, sobre o requerimento que encaminhei ao Tribunal de Contas solicitando diligências.

O Presidente José Sarney respondeu-me que "a Mesa tem que decidir apenas sobre o que os Senadores pedem.

Há um requerimento de informações do Senador Osmar Dias, que vai à Comissão Diretora na quinta-feira, que, imediatamente, solicitará ao Ministro as informações." Isso referindo-se ao Ministro.

Com relação ao Tribunal de Contas S. Exª diz:

"Sobre o assunto, já há um pedido de audiência do Tribunal de Contas, aprovado pela Comissão, de autoria do Senador Osmar Dias e, de acordo com o Regimento, este pedido de audiência do Tribunal de Contas suspende a tramitação da matéria até que as informações cheguem ao Senado Federal".

Esta é uma decisão da Mesa do Senado. Por isso, levanto essa questão de ordem para que não incorramos em um erro ou em uma irregularidade,

porque, ao rejeitarmos ou aprovarmos o relatório do Senador Pedro Piva, estaremos tomando um decisão que será anulada pela Mesa, já que ela decidiu que enquanto o Tribunal de Contas da União não responder ao requerimento – que era de minha autoria, mas aprovado que foi pela Comissão de Assuntos Econômicos passou a ser, segundo palavras do Presidente José Sarney, da Comissão de Assuntos Econômicos -, estaríamos votando em vão, ou seja, sem validade alguma, já que essa votação poderia ser anulada pela Mesa do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – V. Exª tem toda razão.

Diz o art. 118, § 4º, do Regimento Interno:

"Será suspenso o prazo da comissão, durante o período necessário ao cumprimento das disposições previstas no art. 90, II, III, V e XIII."

Nobre Senador, não estaremos votando hoje; apenas o Senador Pedro Piva fará a leitura do seu relatório.

Há a intenção – segundo li na imprensa – de o Senador Esperidião Amin pedir vista. Portanto, poderemos dar seqüência ao processo e, dessa forma, amanhã, até a votação, teremos matéria nova sobre o assunto.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, se bem entendi, V. Exª concorda que a tramitação está sustada.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – De acordo com o Regimento, em seu art. 118, § 4º, pode ficar suspenso.

Como V. Exª tem a intenção de pedir vista, seria interessante que o Senador lesse o seu relatório. Após a leitura, daria vista a V. Exª e teríamos 24 horas para conversarmos com o Presidente do Senado, com os Senadores Pedro Piva, Osmar Dias e com os demais Líderes para vermos se a matéria continua no Tribunal de Contas; senão, continuaria o pedido de vista, já tendo o Relator dado o seu parecer.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, nesse caso não pediria vista, já que a matéria está com a tramitação suspensa. Está escrito aqui que não se pode ler nem o parecer. Ela está suspensa ou não está. Caso esteja tramitando, aí pede-se vista. Não posso pedir vista de algo que está tramitando.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Vou ler novamente o § 4º do art. 118:

"Será suspenso o prazo da comissão, durante o período necessário ao cumprimento das disposições previstas no art. 90, II, III, V e XIII."

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Isso quer dizer que a tramitação está suspensa?

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Não.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Mas é claro! Está suspenso o prazo porque a tramitação está suspensa.

O meu prazo é de 10 dias, suponhamos, se há um pedido de informação, o prazo fica suspenso.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** - É exatamente o contrário, Sr. Presidente. O prazo é limitador.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Senador Esperidião Amin, V. Exª concede um aparte ao Senador José Fogaça?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Ouço o Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** - A interpretação que faço é completamente diferente. A suspensão do prazo elimina os limites. Não há prazo. O fato de deixar aguardar mais 30, 40, 50 dias ou votar hoje, ou encaminhar a matéria é uma decisão da Comissão. Não há mais prazo. Os limites foram levantados.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Perfeitamente. Mas foram levantados por uma razão. Não há nenhuma discordância entre o meu ponto de vista e o do Senador José Fogaça, só que a consequência prática é diametralmente oposta.

O que há? Existe um pedido de audiência junto ao Tribunal de Contas. Segundo o que o Senador Osmar Dias acaba de trazer à lume, de acordo com o Regimento esse pedido de audiência ao Tribunal de Contas suspende a tramitação da matéria até que as informações cheguem ao Senado. E onde está a matéria à qual será pensada à informação? Está na Comissão de Assuntos Econômicos. Não é chegar ao Senado. Já tem até um domicílio agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Para esclarecer V. Exª, Senador Esperidião Amin, tivemos o mesmo caso no Projeto Sivam: foi feito um pedido ao Tribunal de Contas pelo Senador Eduardo Suplicy, foi votado na Comissão e, em seguida, foi a Plenário. Ali foi lido e houve emendas do Plenário e o pedido voltou para a Comissão. Esse é um exemplo típico.

As três Comissões, num caso semelhante, aprovou o projeto. A Comissão foi soberana. Foi ao plenário, recebeu emenda e voltou para Comissão, e há um pedido do Senador Eduardo Suplicy para auditoria do Tribunal de Contas.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Então, Sr. Presidente, essa é a razão. O que eu queria era que V. Exª esclarecesse a questão de ordem. Se V. Exª entende que o projeto está tramitando, peço vista. Mas

quero fazer aqui a ressalva que na minha opinião, o projeto não está tramitando.

O exemplo do Sivam não é bem o mesmo, porque a solicitação pertinente ao Sivam não era relacionada ao contrato que estávamos apreciando e sim à questão da ESCA – o primeiro pedido. O segundo foi feito fora do âmbito da Comissão. Entendo que são questões regimentalmente diferentes. Se forem iguais, cabe a V. Ex<sup>a</sup> dizer se está tramitando ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Senador Esperidião Amin, V. Ex<sup>a</sup> concede um aparte ao Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Ouço o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPlicy** – Sr. Presidente, acredito que essa dúvida pode ser dirimida pelo bom-senso, pois o Senador Esperidião Amin pede vista.

O Regimento, conforme V. Ex<sup>a</sup> leu e o Senador José Fogaça contribuiu com sua interpretação, diz que o prazo da Comissão é que está suspenso, portanto, o próprio prazo de V. Ex<sup>a</sup> ao pedir vista. V. Ex<sup>a</sup> poderá – *entendo assim* – pedir vista, e não precisará concluir o seu parecer correspondente ao pedido de vista antes da informação que se quer. Assim o Relator ainda terá a oportunidade, mediante o remédio pelo Tribunal de Contas, de eventualmente modificar o seu parecer.

O mais importante nisso tudo é reiterarmos o apelo que eu, em nome da Comissão, juntamente com o Senador Pedro Simon, fizemos ao Tribunal de Contas para que aquele órgão desse a necessária urgência à tramitação desse parecer. Isso é fundamental.

Se for a vontade do Senado examinar essa questão com seriedade, aprovaremos o pedido ao Tribunal de Contas. Inclusive o Senador Osmar Dias já especificou exatamente os três pontos que gostaria de ver analisados. Acredito que o Tribunal de Contas não tenha mais por que senão dar total prioridade a esse pedido, consoante o apelo do Governador Mário Covas e sua vontade expressa ao Ministro do Tribunal de Contas, ex-Deputado Humberto Souto, que está com boa-vontade, segundo mencionou, de logo mandar esse parecer.

Gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar a oportunidade e entregar à Comissão, na qualidade de Sub-Relator – já o fiz ao Relator Senador Pedro Piva –, para conhecimento dos demais membros da Comissão, uma proposta de emenda ao parecer do Relator, no sentido de o Banespa ter características de banco público, onde haja a participação no Conselho de Administração de representantes de pequenos e médios produtores rurais, de funcionários – esta, in-

clusive, já existe –, e de Prefeituras do Estado de São Paulo.

O Governador Mário Covas, quando aqui esteve, disse que era favorável a que o Banespa se transformasse em banco público. Ele não detalhou como seria, e eu gostaria que isso fosse apreciado, inclusive pelo Relator e pela Comissão, na forma de uma sugestão. Quem sabe, o próprio Governador Mário Covas tem uma idéia melhor sobre qual seria a forma de um banco público?

Então, Sr. Presidente, encaminho como uma sugestão ao Relator e aos Pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Mandarei fazer cópia e entregarei aos Srs. Senadores.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, só para encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Para encerrar, um aparte do Senador Esperidião Amin ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, vou fazer duas colocações. A primeira é de que não tenho dúvida alguma, pela leitura do art. 118, de que a tramitação está suspensa, até porque o artigo é expresso. A Comissão tem um prazo máximo. O prazo será suspenso, ou seja, será dilatado tanto quanto for necessário, para cumprir disposições previstas no art. 90. E, no art. 90, só para mencionar este, tem o inciso XIII – realizar diligências – para não falar nos outros. Assim, realiza-se uma diligência, e o prazo fica sustado. Ou seja, são 30 dias, ou 20 dias de prazo, mais o necessário previsto para aquela diligência. Não há dúvida alguma de que o processo está com sua tramitação suspensa, mas aceito o que a Mesa encaminhar e recorrerei na medida em que for necessário.

Todavia, o sentido da minha intervenção, Sr. Presidente, não é este. A minha intenção é prestar um esclarecimento público aqui, perante o Senador Pedro Piva, de por que peço vista, quando é o caso, seja agora ou, penso eu, quando o processo voltar a tramitar – ele não está tramitando. Peço vista sem que nisso haja qualquer censura a um parecer, a um relatório que acabo de ler. Não há nada de extraordinário, na minha opinião, em relação ao que foi pedido.

O sentido das emendas que pretendo apresentar eram conhecidos, inclusive, pelo Senador Pedro Piva e por esta Comissão, antes de ele ter sido designado Relator. E vou resumi-las: primeiro, entendo que a solução do Banespa tem que ser dada; se o Governo aceitar, deverá ser uma solução completa, transparente e extensiva, por analogia, aos demais Estados da Federação. Faço minhas as palavras do

Senador Ney Suassuna: São Paulo tem 40% do PIB, se se fizer para São Paulo, serão 40% da despesa; há mais 60%. Segundo, vou apresentar a segunda emenda – o Governo fica proibido de aceitar bens em pagamento. Proibido. Não pode aceitar Fepasa, porque o Governo está privatizando a sua rede ferroviária. Isso aqui não é o boteco do Mário Pintado, que me dizia que tanto vendia quanto comprava. Enquanto não conseguia vender, estava comprando. Então, está vendendo a sua, não pode aceitar a dos outros. E sem falar nos aeroportos, porque não vou aqui me estender; já há parecer escrito sobre esse assunto.

Finalmente, não posso aceitar que as garantias da operação sejam ações do Banespa.

**O SR. (Não identificado.)** - (Intervenção fora do microfone.)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sim; complementar, até porque a outra não paga. Claro que não paga.

**O SR. (Não identificado.)** - Quem não paga?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - ICM. Quanto o Estado tem de ICM disponível? Claro que não paga. Isso está aumentando a dívida R\$500 milhões por mês. A receita de ICM é de R\$1,1 bilhões. Claro que não paga. É evidente que não paga. Pretendo prolongar a dívida por 60 anos, se for necessário, para compatibilizar a capacidade de pagamento do Estado, mas é uma operação limpa, transparente, em que vamos saber quanto custou o conserto do martelo. Um detalhe: isso é o final – estou antecipando.

Além das receitas tributárias, que o Senador Pedro Piva contempla, e estão na proposta, são todas as ações de que o Estado de São Paulo seja o detentor, garantia executável, se houver um prazo de inadimplência. Ou seja: é uma operação para ser paga. Não é operação para não ser paga. No meu modo de ver, esse sacrifício que o País vai fazer tem justificativa, mas não pode perder o fundamento. É operação para não ter retificação. E quem escolhe – concluo – a garantia que o devedor oferece não é o devedor, é o credor que, no caso, é a União.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, estamos encaminhando o assunto pela ordem. O Senador Esperidião Amin entrou mais no mérito, agora, mas eu gostaria de retornar à questão de ordem que estava sendo apreciada por V. Ex<sup>a</sup>. Creio que o fato de estar suspenso o prazo da Comissão não elimina os demais prazos contidos no Regimento Interno e reguladores da tramitação dos projetos na Casa –

por exemplo: prazo para pedido de vista continua vigente; todos os demais prazos internos da Comissão vigoram. O que está suspenso é o prazo terminal da Comissão para enviar ao Plenário o projeto. Os demais prazos regimentais, exigíveis por V. Ex<sup>a</sup>, continuam vigentes.

Então, queria fazer esse esclarecimento em função de uma interpretação que foi levantada pelo Senador Eduardo Suplicy, no sentido de que o pedido de vista também não teria prazo. Não, os demais prazos continuam em vigor, e toda a tramitação interna deve ser respeitada regimentalmente.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, para esclarecer a questão de ordem que levantei, vou ler, das notas taquigráficas da sessão do dia 9 de abril de 1996, dois trechos da resposta do Presidente da Mesa, Senador José Sarney, sobre uma questão de ordem que levantei em Plenário. Em um dos trechos, o Presidente fala claramente:

"Sobre o assunto, já há um pedido de audiência do Tribunal de Contas, aprovado pela Comissão, de autoria do Senador Osmar Dias e, de acordo com o Regimento, esse pedido de audiência ao Tribunal de Contas suspende a tramitação da matéria até que as informações cheguem ao Senado Federal".

Em outro trecho S. Ex<sup>a</sup> diz:

"No caso, há um requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, já aprovado pela Comissão, solicitando informações ao Tribunal de Contas a respeito do processo a que se refere o nobre Senador. Sendo assim, nós não poderemos apreciá-lo na forma regimental enquanto essas informações não forem prestadas pelo Tribunal de Contas da União".

Então, segundo a interpretação da Mesa na sessão do dia 9 de abril, não é a votação que está sobrestada, mas está suspensa a tramitação, até que o Tribunal de Contas responda ao requerimento, e o Tribunal de Contas não respondeu ao requerimento. Portanto, segundo a decisão da Mesa do Senado, está suspensa a tramitação do processo.

Continuo ainda com a questão de ordem, porque me preocupa tomarmos uma decisão que seja anulada posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Senador Osmar Dias, acho que na Casa, muitas vezes, temos uma jurisprudência que se firma. Gostaria até de ouvir a contribuição, logo após, do Senador Antonio Carlos Magalhães, que é o Presidente da Supercomissão do Sivam.

No meu entendimento, o Senador Eduardo Suplicy fez ao Tribunal de Contas um pedido de auditoria em duas fases. Esse pedido ainda não retornou, mas o Presidente houve por bem votar. Votamos na Comissão, foi a plenário, recebeu emenda, voltou para a Comissão, será novamente votado – parece-me que está marcado para amanhã – e volta ao plenário. Enquanto isso, estamos esperando a resposta do Tribunal de Contas da União.

Gostaria de ouvir a contribuição do Senador Antonio Carlos Magalhães com relação ao assunto, porque a decisão tomada por S. Ex<sup>a</sup> naquele momento é mais ou menos pertinente.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** – Confesso que não participei dos debates nesta Comissão, no início. De modo que os estou acompanhando pelo meio e vejo que alguns assuntos podem ser conflitantes.

O Senador Osmar Dias salienta que já há uma decisão da Mesa, do Presidente José Sarney, no sentido de parar a tramitação do projeto. Não é o mesmo que aconteceu no caso Sivam, porque alguém talvez não tenha suscitado o assunto em plenário. O Sivam já foi votado no seu parecer e estão sendo votadas as emendas, agora, em fase final.

Entendo, entretanto, que as coisas não devem ser confundidas. Da mesma forma, entendo que o Senador José Fogaça tem e não tem razão, pois quando disse que os prazos de vista continuam vigentes, evidentemente também que essa diligência participa do pedido de vista daqueles que querem se manifestar. Talvez sejam partes e se antecedem com maior razão.

Entretanto, poderíamos, talvez, não decidir agora, mas ouvir o Presidente da Casa. Se ele não for um óbice, creio que a Comissão poderia fazer a tramitação.

Esses pontos salientados pelo Senador Osmar Dias são realmente importantes. Creio que deveríamos ter uma decisão sobre o assunto, que não poderá ficar indefinidamente sem solução. Pode-se pedir prioridade ao Tribunal de Contas da União, que deve atender ao Poder Legislativo, na medida em que temos uma superioridade hierárquica sobre

aquele órgão, e, como tal, fazer com que as coisas possam andar com mais rapidez.

V. Ex<sup>a</sup>, com a experiência que tem como Presidente da Comissão, deve saber o melhor caminho para seguirmos, salvo se houver recurso da decisão que V. Ex<sup>a</sup> assumir.

Porém, são coisas totalmente diferentes do Sivam, sobretudo na situação em que se encontra para votação, tendo, inclusive, o Tribunal de Contas declarado oficialmente que o processo do Tribunal não influenciaria na decisão do Sivam. Dessa forma, não teríamos por que aguardar a decisão daquele órgão.

Esse é o ponto de vista de quem pegou a discussão em andamento, mas creio que V. Ex<sup>a</sup> está agindo com prudência em ouvir todos os companheiros.

Essa é a contribuição que posso dar.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Agradeço a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>.

A palavra continua em aberto para discussão do assunto.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, ainda que sejam assuntos diversos, procedimentos diversos, há obviamente um paralelo.

No caso do Projeto Sivam, foram solicitadas averiguações, tomada de contas pelo Tribunal de Contas sobre o processo de escolha da Esca e sobre o processo de escolha das empresas fornecedoras de equipamento como a **Raytheon**.

O Tribunal de Contas da União fez um primeiro parecer sobre o processo de escolha da Esca, disse que não estava adequado e o enviou ao Senado. O Ministério da Aeronáutica respondeu. O Tribunal de Contas examinou a resposta feita pelo Ministério da Aeronáutica.

Sobre esse assunto, o Ministro Adhemar Ghisi informou-me ontem que está praticamente pronto o relatório a respeito, inclusive levando em conta a resposta do Ministério da Aeronáutica, que deverá ser votado nos próximos dias.

Sobre o processo de escolha da empresa que fornece equipamentos, ficou pronto, há poucos dias, o relatório concernente a esse processo de escolha, portanto, da **Raytheon**, pela Terceira Secretaria de Controle Externo.

Examinando esse relatório, o Ministro Adhemar Ghisi avaliou por bem solicitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que concluísse o paralelo, pois a matéria deverá ser apreciada na outra Comissão.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Só para informar aos Pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Agradeço, mas como ela vai ser tratada em sessão conjunta...

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Concluindo, ele pediu ao Ministério Público do Tribunal de Contas para reexaminar o caso, e isso vai demandar umas duas semanas a mais.

Portanto, no meu entender, avalio que seria prudente, para a decisão final, aguardar o relatório.

Há um paralelo, porque, para o caso Banespa, também estamos aguardando – para assim acordarmos todos – que tenhamos a análise da informação pedida pelo Senador Osmar Dias, aliás, referendada por todos. Está-se concordando em aguardar o relatório para então votarmos. Parece-me que há semelhança entre os dois processos.

No caso Sivam, minha recomendação é a de que também esperemos – talvez eu não seja voz majoritária, da mesma forma, a conclusão do Tribunal de Contas sobre os processos de escolha da ESCA e da Raytheon, porque está sendo finalizado o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que concluísse para decidir.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Como foi traçado aqui um paralelo, creio que existe...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que concluísse, Senador Eduardo Supply.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Agora que o PPB está mais definitivamente no Governo, compreendo que V. Ex<sup>a</sup> não aceite o paralelo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – E V. Ex<sup>a</sup> está cada vez mais paulista!

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Bom, nunca deixei de ser paulista.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que concluísse.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, acredito que devamos esperar o relatório do Tribunal de Contas da União e não há mal algum em que o Senador Esperidião Amin já comece a examinar a matéria, pois o seu pedido de vista já está, na prática, sendo considerado.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, creio que o Senador Eduar-

do Supply, ao final da sua intervenção, disse o que devemos fazer.

Vamos apreciar o pedido de vista, pois S. Ex<sup>a</sup> entende sabiamente que devemos aguardar o parecer do Tribunal para votarmos, somente para votarmos. Então, todos os outros prazos podem ser cumpridos. É lido o relatório, submetido a julgamento, ao pedido de vista e esse prazo vai correndo concomitantemente com os outros. Na hora de votar, sim, esse relatório do Tribunal pode ilustrar o meu voto, fazendo com que ele seja favorável ou contrário ao relatório. Mas isso não impede que levemos a matéria até a última instância, que é o voto da Comissão. Por quê? Porque o que fizemos para acelerar o processo legislativo é sempre um bem para o Brasil, para o Estado de São Paulo e para o próprio Senado Federal.

Reclamamos das medidas provisórias, mas havemos de concordar que o Congresso Nacional está indo devagar. Se não houvesse a medida provisória, o País estaria paralisado; não haveria Governo dirigindo o País, porque o Congresso está lento.

Vejo o parecer do Relator, do ilustre Senador Pedro Piva, e verifico que essa dívida, no dia em que o Governador Mário Covas assumiu, era de 9 e, hoje, é de 16. Ela dobrou por omissão do Banco Central. Há muito tempo que o processo está tramitando e não tomamos uma decisão favorável ou não.

Portanto, o que fizemos para acelerar esse processo será benéfico para o Senado e para o Brasil.

Vamos ver se votamos o processo na hora certa e aguardamos esse relatório.

Ao mesmo tempo, o próprio Presidente do Senado poderia intervir junto ao Tribunal de Contas para que esse relatório viesse hoje, a fim de que pudessemos votá-lo amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Tem a palavra o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Quero lembrar ao Senador Gerson Camata que o processo está no Senado Federal há exatos dois meses.

**O SR. GERSON CAMATA** – O Senado somente tem culpa de...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não são 16 meses. Ele chegou aqui exatamente no dia 7 de março.

**O SR. GERSON CAMATA** – Não disse isso. Eu disse que, no dia em que o Senador Mário Covas assumiu, eram nove; agora, são dezessete. Metade da dívida vem se acumulando por omissão do Governador, do Banco Central, do Governo. O Senado

Federal também se omitiu por dois meses. Tudo isso faz com que a dívida aumente. Poderíamos ter feito isso em 15 dias.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não concordo que o Senado tenha se omitido.

**O SR. GERSON CAMATA** – Quanto mais corremos, menos omissos somos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Quanto à questão de ordem do Senador Osmar Dias, decidi que a matéria está fora de pauta por 24 horas. Vou conversar com o Presidente do Senado e, ainda nesta semana, marcarei outra reunião para chegarmos a uma decisão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – A matéria está fora de pauta. A decisão é correta.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Há um pedido do Senador Esperidião Amin no sentido de que seja feita a inversão de pauta, ou seja, que o Item nº 3 seja discutido antes do Item nº 2.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço ao Senador Esperidião Amin para ler o relatório do Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trata-se de um relatório da lavra do Senador Vilson Kleinübing, firmado pelo Senador Casildo Maldaner e por mim mesmo.

O pedido de empréstimo em questão visa a obter um recurso no valor de US\$450 milhões, destinados a financiar o projeto de modernização da BR-101, no trecho São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

Penso que todos conhecem o mérito da questão. Nos Estados de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina, essa rodovia está marcada pela morte e pelo estrangulamento da economia.

O parecer do Senador Vilson Kleinübing é favorável à matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Em discussão a matéria.

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO PIVA** – A exemplo do assunto de São Paulo, penso que essa matéria é importante, mas, como se tratam de US\$450 milhões, peço vista.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Quero lembrar que a estrada começa em São Paulo.

**O SR. PEDRO PIVA** – Fico muito satisfeito. Diversas coisas começam e acabam em São Paulo. Inclusive, ressalto o meu apreço pelo Estado de Santa Catarina. Mas peço vista do processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Está concedido o pedido de vista.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação ao meu amigo Pedro Piva. Penso que V. Ex<sup>a</sup> está cometendo um erro de juízo, de julgamento.

**O SR. PEDRO PIVA** – De julgamento, pode ser. Senador Esperidião Amin, penso que V. Ex<sup>a</sup> comete o mesmo erro.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Peço a compreensão dos Srs. Senadores, para não partirmos para uma polêmica. Há matérias muito importantes a serem discutidas.

Passa-se ao Item nº 1 da pauta. Trata-se de Projeto de Lei da Câmara não terminativo.

Há um pedido do Senador Geraldo Melo para retirá-lo de pauta. O Senador Gerson Camata pediu que fosse retirado de pauta o Item nº 2, para que possamos discuti-lo na próxima reunião.

Passa-se ao Item nº 3 da pauta. O Relator é o Senador Osmar Dias, a quem concedo a palavra.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trata-se de um pedido de empréstimo do Governo do Estado do Paraná ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução do Programa Paraná Urbano, que é um programa de apoio ao desenvolvimento urbano e a melhorias da infra-estrutura municipal.

O valor pretendido é de US\$249 milhões. O garantidor é a República Federativa do Brasil. Quanto aos juros sobre os saldos devedores diários do empréstimo, há uma taxa anual para cada semestre, determinada pelo custo dos empréstimos qualificados tomados pelo credor durante o semestre anterior, acrescidos de uma margem expressa em termos de uma percentagem anual que o credor fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxas de juros.

A comissão de crédito é de 0,75% ao ano.



Quanto à condição de pagamento do principal, o empréstimo deverá ser amortizado mediante o pagamento de prestações semestrais consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deve ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, e a última prestação deverá ser paga até 15 de janeiro de 2.021.

**O SR. PEDRO PIVA** – V. Ex<sup>a</sup> também. Peça também.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Senador Pedro Piva, o Senador Osmar Dias está lendo o relatório. Eu pediria silêncio na Comissão.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, já que parece que o relatório não está interessando, vou fazer um resumo da leitura e apenas um comentário.

Todos os requisitos legais e regimentais foram cumpridos pelo Governo do Estado do Paraná. No entanto, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para duas questões.

Quanto à Lei Complementar nº 82, de 1995, a Lei Rita Camata, o Estado do Paraná se apresenta em desobediência, principalmente na média dos últimos três meses, já que a folha de pagamento, a despesa com o pessoal daquele Estado, atinge 76,5%, o que extrapola em 16,5% o limite de 60% estabelecido por aquela lei, que, no entanto, permite que o Estado disponha de três anos para se adaptar a essa condição.

De qualquer forma, nós que estamos acompanhando de perto as iniciativas do Governo do Paraná deixamos um alerta, já que, se essa situação não for considerada com rigor pelo Governo do Estado do Paraná, poderão ser comprometidos os futuros investimentos do Estado e, mais do que isso, poderá ser comprometido esse compromisso que será assumido por meio desse contrato.

Levanto outra preocupação quanto à manifesta intenção do Governo do Paraná de utilizar a totalidade dos **royalties** de áreas alagadas, inclusive de Itaipu, pelos próximos sete anos, como investimento na compra de ações de uma única fábrica de automóveis, inclusive na rede de vendas com sede em outros Estados – trata-se da empresa Renault, como foi amplamente divulgado -, não obstante as dimensões do impacto econômico desse projeto industrial.

Ocorre que, para atrair a Renault, o Governo assumiu um compromisso de participar com um capital de US\$300 milhões, que serão lastreados pelos recursos oriundos dos **royalties** das áreas alagadas,

inclusive de Itaipu, comprometendo essa receita por sete anos. Penso que isso é temerário. Para gerar 2.000 empregos, o Governo está fazendo um investimento muito acima do que poderia fazer se estivesse financiando a pequena empresa ou os pequenos agricultores, enfim se estivesse dando outro destino a esses recursos.

Essa fábrica é importante para o Paraná, mas serão investidos US\$300 milhões. A fábrica Renault será uma estatal do Paraná; haverá um investimento maior do Governo paranaense do que da própria Renault para que seja feita a sua instalação. Acredito que, também quanto à competição com outros Estados, isso não é bom.

Eu tinha que fazer esse alerta, embora eu tenha dado voto favorável ao empréstimo, pela sua importância. Gostaria ainda de dizer que esse empréstimo é, na verdade, um complemento de um programa que está em execução desde 1988, quando era Governador o Sr. Álvaro Dias. Quando Roberto Requião assumiu o Governo, esse programa teve continuidade.

Já que se trata de fundo rotativo, esse empréstimo permitirá a formação de um fundo para financiar projetos nos próximos anos, sem que haja necessidade de tomar mais empréstimos no BID. Isso significa que os municípios do Paraná, que elegem as suas prioridades dentro desse programa, poderão apresentar os seus projetos diretamente ao Estado, já que estará sendo formado um Fundo de Investimentos no Estado do Paraná.

Portanto, o meu relatório é favorável à aprovação desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Em discussão.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, que já a havia pedido; em seguida, concedê-la-ei a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Gerson Camata.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, por todos os motivos elencados pelo Senador Osmar Dias, peço vista do projeto para analisá-lo melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Concedo o pedido de vista.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, meu primeiro apelo é a repetição do que fiz anteriormente, ou seja, quanto mais rápido o Senado apreciar esses projetos, melhor será para

quanto para a sociedade brasileira. Se começarmos todos a pedir vista desses projetos, iremos retardar toda a tramitação.

Estou de acordo com o parecer expedido pelo o Senador Osmar Dias, quando nos solicita uma votação favorável e rápida, pois é a continuidade de um programa que se desenvolve no Paraná. Se perdemos 30 dias, não será bom para aquele Estado, nem tampouco para o Brasil, pois não mais ingressarão os recursos, retardando o programa que será elaborado. O reparo feito pelo Senador é muito importante. O que se vê no País? Os governos estaduais estão montando fábricas de automóveis estrangeiros. Todas estatais! Estamos num programa de desestatização e estamos montando uma indústria automobilística estatal. O melhor negócio do mundo é montar uma fábrica de carros no Brasil, pois os governos estaduais a fazem gratuitamente. Isso ocorreu com a Mercedes Bens e a Renault, nos Estados de Minas Gerais e Paraná, respectivamente. Se esse dinheiro fosse investido em pequenas empresas, com o auxílio do Sebrae, talvez fossem criados mais empregos em necessidades básicas da população, tais como roupas, sapatos e produção de alimentos. O automóvel não é um produto de primeira necessidade. Se está havendo uma preocupação com o social, por que não se investir mais nesta área? Do contrário, o Estado gastará muito dinheiro para criar 2 mil empregos. Esse Confaz – que creio ser uma ditadura – deve começar a agir sobre o que está ocorrendo. Os governos estaduais montam as fábricas de automóveis para as multinacionais gratuitamente. É o que ocorre neste País. O essencial, o mais importante, está sendo esquecido. Há uma competição. Todos querem fabricar automóveis. Daqui a algum tempo, será preciso comê-los, pois não se pensa em produzir nada além disso.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, apenas para registrar que, apesar do pedido de vista, meu voto seria inteiramente favorável ao parecer do Senador Osmar Dias, por acreditar que isso beneficia o povo do Paraná. Apesar de suas alegações procedentes quanto à fábrica Renault. Como gaúcho, tenho ciência disso, porque nosso Estado não se dispôs a competir nos mesmos termos, apesar de ser um dos possíveis destinatários dessa fábrica. Mesmo assim, apesar de reconhecer a procedência desses argumentos, ainda assim, separaria o joio do trigo, dando meu voto favorável ao parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – A taquigrafia anotará suas explicações.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, esclareço que, ao colocar a questão da Renault fiz uma análise da capacidade futura de pagamento do Estado, já que os royalties das áreas alagadas são recursos importantíssimos para a própria capacidade de investimento do Estado do Paraná, pois eles estão sendo integralmente comprometidos, nos próximos sete anos, com uma fábrica de automóveis. Apenas para lembrar.

A respeito do pedido de vista do Senador Romero Jucá, declaro que todos os empréstimos das outras unidades federativas colocados em votação até agora, em nenhum caso, houve pedido de vista. Segundo ponto: há um prazo para a assinatura desse contrato, que terá seu termo a 30 de junho. Se não ocorrer até esse dia, o Senado não precisará mais apreciar esse projeto. Gostaria de fazer esse lembrete importante, pois perderão o Estado do Paraná e seus 371 municípios. Sou oposição ao Governo desse Estado, dei meu parecer e iria pedir urgência urgentíssima para esse projeto, pela importância que representa para os paranaenses. Esse pedido, parece-me, inviabilizará o empréstimo ao Estado, quando alerto ser esta a primeira vez que isso ocorre nesta Casa. Espero que isso não seja um troco à posição que assumi em relação ao Banespa, caso extremamente diferente. Esse pedido de empréstimo é para fazer obras, não para tapar rombo.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Concedo vista, por 24 horas, ao Senador Romero Jucá.

Vou encerrar a reunião. O Senador Esperidião Amin solicitou a discussão da matéria para outra sessão.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, antes de encerrar, registro a importância de várias matérias em pauta em nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que rolássemos a pauta ordinária dos projetos considerados menores.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Miranda) – Senador José Fogaça, conversarei com o Senador Antonio Carlos Magalhães, porque há uma reunião do Sivam, marcada para as 10 horas de amanhã, para que possamos coordenar, organizando-nos para que uma não se sobreponha à outra.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h12min.)*

**ATO DO PRESIDENTE Nº 292, DE 1993**

Que aposentou, por invalidez, **ANTÔNIO AMÂNCIO FILHO**, Técnico Legislativo.

## APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato para excluir o artigo 11 da Resolução SF nº 87/89 e incluir os artigos 34, § 2º, 37 e 41 da Resolução SF nº 42/93.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 457, DE 1996 (\*)**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3, resolve:

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei nº 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho dos seguintes servidores em Estágio Probatório:

| Nome do(a) Servidor(a) | Matrícula | Média Final |
|------------------------|-----------|-------------|
| Cassio Murilo Rocha    | 05.109    | 188         |

Senado Federal, 23 de abril de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral do Senado Federal.

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 24-4-96.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 563, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 4909/96-8, de interesse do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal – CEDESEN, resolve designar o servidor **ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR FILHO**, matrícula 2827, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal, Símbolo FC-7 do Cedesen, nos eventuais afastamentos e impedimentos do titular.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 563, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 4909/96-8, de interesse do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal – CEDESEN, resolve designar o servidor **ADERSON PIMENTEL**

**DE ALENCAR FILHO**, matrícula 2827, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal, Símbolo FC-7 do Cedesen, nos eventuais afastamentos e impedimentos do titular.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 564, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5932/96.3, resolve dispensar a servidora do Cegraf, **MARIA LUÍZA SANTOS AMARAL**, matrícula 1192, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 23 de abril de 1996, e lotá-la no Centro Gráfico do Senado, a partir da mesma data.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 565, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5.676/96-7, de interesse do Gabinete do Senador Humberto Lucena, resolve designar a servidora do Cegraf, **IVANA PEREIRA PERES**, matrícula 1482, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para substituir a servidora do Cegraf, **Mariangela Gonçalves Cascão**, Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Humberto Lucena, no período de 21 de março a 9 de abril de 1996, por motivo de gozo de férias da titular.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 566, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5223/96-2, resolve dispensar o servidor do Cegraf, **CALEB CONCEIÇÃO MARTINS**, matrícula 1999, ocupante

do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 9 de abril de 1996.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 567, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5951/96-8, resolve dispensar o servidor MATIAS BARBOSA BATISTA, matrícula 2853, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 23 de abril de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Hugo Napoleão a partir da mesma data.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 568, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5951/96-8, resolve designar o servidor MATIAS BARBOZA BATISTA, matrícula 2853, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 23 de abril de 1996.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 569, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5328/96-9, resolve dispensar o servidor BARTOLOMEU ALVES DE JESUS, matrícula 2546, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Levy Dias, com efeitos financeiros a partir de 11 de

abril de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho a partir da mesma data.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 570, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5328/96-9, resolve designar o servidor BARTOLOMEU ALVES DE JESUS, matrícula 2546, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, com efeitos financeiros a partir de 11 de abril de 1996.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 571, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4479/96-3, resolve designar o servidor JOSÉ GUIMARÃES ÁVILA, matrícula 2159, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, com efeitos financeiros a partir de 26 de março de 1996.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 572, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5968/96-8, resolve dispensar o servidor ANTONIO MARIUS MIRANDA DE OLIVEIRA, matrícula 4671, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Primeira Secretária, com efeitos financeiros a partir de 23 de abril de 1996, e lotá-lo no Serviço de Transporte a partir da mesma data.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 573, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5968/96-8, resolve designar o servidor ANTONIO MARIUS MIRANDA DE OLIVEIRA, matrícula 4671, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-01, do Serviço de Transporte, com efeitos financeiros a partir de 23 de abril de 1996.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 574, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 6024/96-3, resolve dispensar a servidora do Cegraf, MARIA AQUINO DE SIQUEIRA LIMA, matrícula 2016, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete da Liderança do PSDB, com efeitos financeiros a partir de 24 de abril de 1996, e lotá-la no Gabinete do Senador Sérgio Machado a partir da mesma data.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 575, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 6.024/96-3, resolve designar a servidora do Cegar, MARIA AQUÊNIO DE SIQUEIRA LIMA, matrícula 2016, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, com efeitos financeiros a partir de 24 de abril de 1996.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 576, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5.988/96-9, de interesse da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, resolve designar a servidora LEILA MARY HARTUNG DE OLIVEIRA, matrícula 3824, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Administração, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 10 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

**MESA****Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim – PMDB – RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líder**

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder****LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma

## **CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

(Eleito em 19 4 95)

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC

**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

### **Titulares**

#### **PMDB**

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

#### **PFL**

1. Elcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

#### **PSDB**

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

#### **PPB (ex-PPR + ex-PP)**

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

#### **PTB**

1. Emilia Fernandes

#### **PT**

1. Marina Silva

#### **PDT**

1. Darcy Ribeiro

### **Suplentes**

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

1. Arlindo Porto

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

### **Membro Nato**

**Romeu Tuma (Corregedor)**

## **SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

**Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO**

**Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095**

## **SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

**Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO**

**Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606**

**Secretários:** ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

## **SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

**Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ**

**Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512**

**Secretários:** EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

## **SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO**

**Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573**

**Secretários:** ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)



## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

| TITULARES                |              | SUPLENTEs               |              |
|--------------------------|--------------|-------------------------|--------------|
| PMDB                     |              |                         |              |
| GILVAN BORGES            | AP-2151/52   | 1-MARLUCE PINTO         | RR-1101/1201 |
| GILBERTO MIRANDA         | AM-3104/05   | 2- MAURO MIRANDA        | GO-2091/92   |
| NEY SUASSUNA             | PB-1145/1245 | 3-ROBERTO REQUIÃO       | PR-2401/07   |
| ONOFRE QUINAN            | GO-3148/49   | 4-RONALDO CUNHA LIMA    | PB-2421/22   |
| CARLOS BEZERRA           | MT-2291/92   | 5-PEDRO SIMON           | RS-3230/31   |
| FERNANDO BEZERRA         | RN-2461/62   | 6-CASILDO MALDANER      | SC-2141/42   |
| RAMEZ TEBET              | MS-2221/22   | 7-GERSON CAMATA         | ES-3203/04   |
| JOSÉ FOGAÇA              | RS-3077/78   | 8-JADER BARBALHO        | PA-3051/53   |
| PFL                      |              |                         |              |
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/97   | 1-JOEL DE HOLLANDA      | PE-3197/98   |
| VILSON KLEINÜBING        | SC-2041/42   | 2-JOSAPHAT MARINHO      | BA-3173/74   |
| JONAS PINHEIRO           | MT-2271/72   | 3- WALDECK ORNELAS      | BA-2211/12   |
| BELLO PARGA              | MA-3069/70   | 4-ROMERO JUCÁ           | RR-2111/12   |
| FREITAS NETO             | PI-2131/32   | 5-JOSÉ BIANCO           | RO-2231/32   |
| JOÃO ROCHA               | TO-4070/71   | 6-ELCIO ALVARES         | ES-3130/31   |
| CARLOS PATROCÍNIO        | TO-4068/69   | 7-HUGO NAPOLEÃO         | PI- 1504/05  |
| PSDB                     |              |                         |              |
| BENI VERAS               | CE-3242/43   | 1-LÚDIO COELHO          | MS-2381/82   |
| JEFFERSON PERES          | AM-2061/62   | 2-SÉRGIO MACHADO        | CE-2281/82   |
| PEDRO PIVA               | SP-2351/52   | 3-LÚCIO ALCÂNTARA       | CE-2301/02   |
| GERALDO MELO             | RN-2371/72   | 4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA   | DF-2011/12   |
| OSMAR DIAS               | PR-2121/22   | 5-COUTINHO JORGE        | PA-3050/4393 |
| PPB                      |              |                         |              |
| ESPERIDIÃO AMIN          | SC-4200/06   | 1-EPITÁCIO CAFETEIRA    | MA-4073/74   |
| JOSÉ BONIFÁCIO           | TO-2071/72   | 2-LUCÍDIO PORTELLA      | PI-3055/56   |
| PT                       |              |                         |              |
| LAURO CAMPOS             | DF-2341/42   | 1- JOSÉ EDUARDO DUTRA   | SE-2391/92   |
| EDUARDO SUPLYCY          | SP-3213/15   | 2- VAGO                 |              |
| PTB                      |              |                         |              |
| VALMIR CAMPELO           | DF-1046/1146 | 1-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA | PR-4059/60   |
| PDT                      |              |                         |              |
| JÚNIA MARISE             | MG-4751/52   | 1-SEBASTIÃO ROCHA       | AP-2244/46   |
| PSB                      |              |                         |              |
| ADEMIR ANDRADE           | PA-2101/02   | 1-ANTONIO C. VALADARES  | SE-2201/04   |

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

| TITULARES            |              | SUPLENTE              |              |
|----------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| PMDB                 |              |                       |              |
| CARLOS BEZERRA       | MT- 2291/97  | 1-NABOR JUNIOR        | AC-1478/1378 |
| GILVAN BORGES        | AP-2151/57   | 2-ONOFRE QUINAN       | GO-3148/50   |
| JOÃO FRANÇA          | RR-3067/68   | 3-JOSÉ FOGAÇA         | RS-3077/78   |
| CASILDO MALDANER     | SC-2141/47   | 4-FERNANDO BEZERRA    | RN-2461/67   |
| RONALDO CUNHA LIMA   | PB-2421/27   | 5-VAGO                |              |
| MAURO MIRANDA        | GO-2091/97   | 6-RAMEZ TEBET         | MS-2221/27   |
| MARLUCE PINTO        | RR-1101/1201 | 7-VAGO                |              |
| VAGO                 |              | 8-VAGO                |              |
| VAGO                 |              | 9-VAGO                |              |
| PFL                  |              |                       |              |
| ROMERO JUCA          | RR-2111/17   | 1-GUILHERME PALMEIRA  | AL-3245/47   |
| JONAS PINHEIRO       | MT-2271/77   | 2-JOSÉ BIANCO         | RO-2231/37   |
| FRANCELINO PEREIRA   | MG-2411/12   | 3-ELCIO ALVARES       | ES-3130/32   |
| JOSÉ ALVES           | SE-4055/57   | 4-FREITAS NETO        | PI-2131/37   |
| BELLO PARGA          | MA-3069/72   | 5-JOEL DE HOLLANDA    | PE-3197/99   |
| WALDECK ORNELAS      | BA-2211/17   | 6-JOSÉ AGRIPINO       | RN-2361/67   |
| EDISON LOBÃO         | MA-2311/17   | 7-BERNARDO CABRAL     | AM-2081/87   |
| VAGO                 |              | 8-VAGO                |              |
| PSDB                 |              |                       |              |
| BENI VERAS           | CE-3242/43   | 1-ARTUR DA TÁVOLA     | RJ-2431/37   |
| LÚCIO ALCÂNTARA      | CE-2301/07   | 2-GERALDO MELO        | RN-2371/77   |
| CARLOS WILSON        | PE-2451/57   | 3-JEFFERSON PERES     | AM-2061/67   |
| OSMAR DIAS           | PR-2121/22   | 4-LÚDIO COELHO        | MS-2381/87   |
| COUTINHO JORGE       | PA-3050/4393 | 5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/12   |
| PPB                  |              |                       |              |
| LUCÍDIO PORTELLA     | PI-3055/57   | 1-EPITÁCIO CAFETERIA  | MA-4073/74   |
| JOSÉ BONIFÁCIO       | TO-2071/77   | 2-ESPERIDIÃO AMIN     | SC-4206/07   |
| PT                   |              |                       |              |
| MARINA SILVA         | AC-2181/87   | 1-JOSÉ EDUARDO DUTRA  | SE-2391/97   |
| BENEDITA DA SILVA    | RJ-2171/77   | 2-VAGO                |              |
| PTB                  |              |                       |              |
| VALMIR CAMPELO       | DF-1248/1348 | 1-ARLINDO PORTO       | MG-2321/22   |
| PDT                  |              |                       |              |
| DARCY RIBEIRO        | RJ-4229/31   | 1-JUNIA MARISE        | MG-7453/4018 |
| PSB                  |              |                       |              |
| ANTONIO C. VALADARES | SE-2201/04   | 1-VAGO                |              |

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

| TITULARES                |            | SUPLENTES                   |            |
|--------------------------|------------|-----------------------------|------------|
| PMDB                     |            |                             |            |
| IRIS REZENDE             | GO-2031/37 | 1-NEY SUASSUNA              | PB-4345/46 |
| RONALDO CUNHA LIMA       | PB-2421/27 | 2-PEDRO SIMON               | RS-3230/32 |
| ROBERTO REQUIÃO          | PR-2401/07 | 3-GILVAN BORGES             | AP-2151/57 |
| JOSÉ FOGAÇA              | RS-3077/78 | 4-CARLOS BEZERRA            | MT-2291/97 |
| RAMEZ TEBET              | MS-2221/27 | 5-GILBERTO MIRANDA          | AM-3104/06 |
| JADER BARBALHO           | PA-3051/53 | 6-CASILDO MALDANER          | SC-2141/47 |
| VAGO                     |            | 7-VAGO                      |            |
| PFL                      |            |                             |            |
| GUILHERME PALMEIRA       | AL-3245/47 | 1-ELCIO ALVARES             | ES-3130/32 |
| EDISON LOBÃO             | MA-2311/17 | 2-CARLOS PATROCÍNIO         | TO-4068/69 |
| JOSÉ BIANCO              | RO-2231/37 | 3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/97 |
| BERNARDO CABRAL          | AM-2081/87 | 4-HUGO NAPOLEÃO             | PI-4478/80 |
| FRANCELINO PEREIRA       | MG-2411/17 | 5-JOSÉ AGRIPINO             | RN-2361/67 |
| JOSAPHAT MARINHO         | BA-3173/74 | 6-FREITAS NETO              | PI-2131/37 |
| PSDB                     |            |                             |            |
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA    | ES-2021/27 | 1-BENI VERAS                | CE-3242/43 |
| LÚCIO ALCÂNTARA          | CE-2301/07 | 2-ARTUR DA TÁVOLA           | RJ-2431/36 |
| JEFFERSON PERES          | AM-2061/67 | 3-PEDRO PIVA                | SP-2351/52 |
| SÉRGIO MACHADO           | CE-2284/87 | 4-VAGO                      |            |
| PPB                      |            |                             |            |
| ESPERIDIÃO AMIN          | SC-4206/07 | 1-EPITÁCIO CAFETEIRA        | MA-4073/74 |
| PT                       |            |                             |            |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA       | SE-2391/97 | 1-BENEDITA DA SILVA         | RJ-2171/77 |
| PTB                      |            |                             |            |
| LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA | PR-4059/60 | 1-ARLINDO PORTO             | MG-2321/27 |
| PDT                      |            |                             |            |
| DARCY RIBEIRO            | RJ-4229/30 | 1-JÚNIA MARISE              | MG-4751/52 |
| PSB                      |            |                             |            |
| ANTONIO C. VALADARES     | SE-2201/04 | 1-ADEMIR ANDRADE            | PA-2101/02 |
| PPS / PSL                |            |                             |            |
| ROBERTO FREIRE           | PE-2161/67 | 1- VAGO                     |            |
| ROMEU TUMA *1            | SP-2051/57 |                             |            |

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)**

| TITULARES           |              | SUPLENTE                   |              |
|---------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| PMDB                |              |                            |              |
| JOSÉ FOGAÇA         | RS-3077/78   | 1-RAMEZ TEBET              | MS-2222/23   |
| VAGO                |              | 2-ONOFRE QUINAN            | GO-3148/49   |
| IRIS REZENDE        | GO-2031/32   | 3-FLAVIANO MELO            | AC-3493/94   |
| ROBERTO REQUIÃO     | PR-2401/02   | 4-NEY SUASSUNA             | PB-4345/4346 |
| GERSON CAMATA       | ES-3203/04   | 5-VAGO                     |              |
| JADER BARBALHO      | PA-2441/42   | 6-VAGO                     |              |
| JOÃO FRANÇA         | RR-3067/68   | 7-VAGO                     |              |
| VAGO                |              | 8-VAGO                     |              |
| PFL                 |              |                            |              |
| JOÃO ROCHA          | TO-4070/71   | 1-BERNARDO CABRAL          | AM-2081/87   |
| WALDECK ORNELAS     | BA-2211/12   | 2-VILSON KLEINUBING        | SC-2041/42   |
| HUGO NAPOLEÃO       | PI-3085/86   | 3-EDISON LOBÃO             | MA-2311/12   |
| JOEL DE HOLLANDA    | PE-3197/98   | 4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/92   |
| JOSÉ BIANCO         | RO-2231/32   | 5-BELLO PARGA              | MA-3069/70   |
| ELCIO ALVARES       | ES-3130/32   | 6-FRANCELINO PEREIRA       | MG-2411/12   |
| JONAS PINHEIRO      | MT-2271/77   | 7-ROMERO JUCÁ              | RR-2111/17   |
| PSDB                |              |                            |              |
| ARTHUR DA TÁVOLA    | RJ-2431/32   | 1-BENI VERAS               | CE-3242/43   |
| CARLOS WILSON       | PE-2451/57   | 2-JEFFERSON PERES          | AM-2061/62   |
| SÉRGIO MACHADO      | CE-2281/82   | 3-LÚCIO ALCÂNTARA          | CE-2301/02   |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/12   | 4-OSMAR DIAS               | PR-2121/27   |
| COUTINHO JORGE      | PA-3050/4393 | 5-VAGO                     |              |
| PPB                 |              |                            |              |
| EPITÁCIO CAFETEIRA  | MA-4073/74   | 1-ESPERIDIÃO AMIN          | SC-4206/07   |
| LUCÍDIO PORTELLA    | PI-3055/56   | 2-JOSÉ BONIFÁCIO           | TO-2071/72   |
| PT                  |              |                            |              |
| MARINA SILVA        | AC-2181/82   | 1-BENEDITA DA SILVA        | RJ-2171/72   |
| LAURO CAMPOS        | DF-2341/42   | 2-ROBERTO FREIRE *1        | PE-2161/67   |
| PTB                 |              |                            |              |
| EMÍLIA FERNANDES    | RS-2331/32   | 1-ARLINDO PORTO            | MG-2321/22   |
| PDT                 |              |                            |              |
| DARCY RIBEIRO       | RJ-4229/30   | 1-SEBASTIÃO ROCHA          | AP-2244/46   |
| PSB                 |              |                            |              |
| VAGO                |              | 1-VAGO                     |              |

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

**OBS:** De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

| TITULARES                |              | SUPLENTE                |            |
|--------------------------|--------------|-------------------------|------------|
| PMDB                     |              |                         |            |
| RAMEZ TEBET              | MS-2222/23   | 1-GILVAN BORGES         | AP-2151/52 |
| GILBERTO MIRANDA         | AM-3104/05   | 2-ROBERTO REQUIÃO       | PR-2401/02 |
| FLAVIANO MELO            | AC-3493/94   | 3-VAGO                  |            |
| HUMBERTO LUCENA          | PB-3139/40   |                         |            |
| JADER BARBALHO           | PA-2441/42   |                         |            |
| PFL                      |              |                         |            |
| JOSAPHAT MARINHO         | BA-3173/74   | 1-JOÃO ROCHA            | TO-4070/71 |
| CARLOS PATROCÍNIO        | TO-4068/69   | 2-FRANCELINO PEREIRA    | MG-2411/12 |
| JOSÉ ALVES               | SE-4055/56   |                         |            |
| EDISON LOBÃO             | MA-2311/12   |                         |            |
| PSDB                     |              |                         |            |
| CARLOS WILSON            | PE-2451/52   | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/22 |
| SÉRGIO MACHADO           | CE-2281/85   |                         |            |
| COUTINHO JORGE           | PA-3050/4393 |                         |            |
| PPB                      |              |                         |            |
| EPITÁCIO CAFETEIRA       | MA-4073/74   | 1-JOSÉ BONIFÁCIO        | TO-2071/72 |
| PT                       |              |                         |            |
| EDUARDO SUPPLY           | SP-3215/16   | 1-LAURO CAMPOS          | DF-2341/42 |
| PTB                      |              |                         |            |
| LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA | PR-4059/60   | 1-VALMIR CAMPELO        | DF-12/1348 |
| PDT                      |              |                         |            |
| DARCY RIBEIRO            | RJ-4229/30   |                         |            |
| PSB / PPS                |              |                         |            |
| ANTONIO C. VALADARES     | SE-2201/04   |                         |            |

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

|                  |               |                    |              |
|------------------|---------------|--------------------|--------------|
| NABOR JUNIOR     | AC-1478/1378  | 1-ROBERTO REQUIÃO  | PR-2401/2407 |
| MAURO MIRANDA    | GO-2091/2097  | 2-NEY SUASSUNA     | PB-4345/4346 |
| ONOFRE QUINAN    | GO-3148/3150  | 2-VAGO             |              |
| GERSON CAMATA    | ES-3203/ 3204 | 4-GILBERTO MIRANDA | AM-3104/3106 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/2467  | 5-CARLOS BEZERRA   | MT-2291/2297 |
| MARLUCE PINTO    | RR-1101/1201  | 6-VAGO             |              |
| VAGO             |               | 7-VAGO             |              |

**PFL**

|                   |              |                      |              |
|-------------------|--------------|----------------------|--------------|
| FREITAS NETO      | PI-2131/2137 | 1-CARLOS PATROCÍNIO  | TO-4068/4069 |
| JOSÉ AGRIPIÑO     | RN-2361/2367 | 2-JOSAPHAT MARINHO   | BA-3173/3174 |
| ROMERO JUCÁ       | RR-2111/2117 | 3-JONAS PINHEIRO     | MT-2271/2277 |
| VILSON KLEINUBING | SC-2041/2047 | 4-GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/3247 |
| ELCIO ALVARES     | ES-3130/3132 | 5-WALDECK ORNELAS    | BA-2211/2217 |
| JOEL HOLLANDA     | PE-3197/3199 | 6-JOSÉ ALVES         | SE-4055/4057 |

**PSDB**

|                       |              |                  |              |
|-----------------------|--------------|------------------|--------------|
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/2027 | 1-GERALDO MELO   | RN-2371/2377 |
| LÚDIO COELHO          | MS-2381/2387 | 2-CARLOS WILSON  | PE-2451/2457 |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA   | DF-2011/2012 | 3-COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 |
| PEDRO PIVA            | SP-2351/2353 | 4-OSMAR DIAS     | PR-2121/2127 |

**PPB**

|                  |              |                  |              |
|------------------|--------------|------------------|--------------|
| LUCÍDIO PORTELLA | PI-3055/3057 | 1-JOSÉ BONIFÁCIO | TO-2071/2077 |
|------------------|--------------|------------------|--------------|

**PDT**

|                 |              |                 |              |
|-----------------|--------------|-----------------|--------------|
| SEBASTIÃO ROCHA | AP-2241/2247 | 1-DARCY RIBEIRO | RJ-4229/4231 |
|-----------------|--------------|-----------------|--------------|

**PTB**

|               |              |                    |              |
|---------------|--------------|--------------------|--------------|
| ARLINDO PORTO | MG-2321/2321 | 1-EMÍLIA FERNANDES | RS-2331/2334 |
|---------------|--------------|--------------------|--------------|

**PT**

|                    |              |                |              |
|--------------------|--------------|----------------|--------------|
| JOSÉ EDUARDO DUTRA | SE-2391/2397 | 1-MARINA SILVA | AC-2181/2187 |
|--------------------|--------------|----------------|--------------|

**PSB**

|                |              |        |  |
|----------------|--------------|--------|--|
| ADEMIR ANDRADE | PA-2101/2107 | 1-VAGO |  |
|----------------|--------------|--------|--|

**PPS / PSL**

|                |              |              |              |
|----------------|--------------|--------------|--------------|
| ROBERTO FREIRE | PE-2161/2162 | 1-ROMEU TUMA | SP-2051/2057 |
|----------------|--------------|--------------|--------------|

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

| TITULARES                |            | SUPLENTEs               |              |
|--------------------------|------------|-------------------------|--------------|
| PMDB                     |            |                         |              |
| RAMEZ TEBET              | MS-2222/23 | 1-MARLUCE PINTO         | RR-1101/4062 |
| FLAVIANO MELO            | AC-3493/94 | 2-FERNANDO BEZERRA      | RN-2461/67   |
| CASILDO MALDANER         | SC-2141/47 | 3-RONALDO CUNHA LIMA    | PB-2421/27   |
| PEDRO SIMON              | RS-3230/31 | 4-GERSON CAMATA         | ES-3203/04   |
| HUMBERTO LUCENA          | PB-3139/41 | 5-IRIS REZENDE          | GO-2031/37   |
| VAGO                     |            | 6-RAMEZ TEBET           | MS-2221/22   |
| PFL                      |            |                         |              |
| GUILHERME PALMEIRA       | AL-3245/47 | 1-JOEL DE HOLLANDA      | PE-3197/99   |
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/97 | 2-BELLO PARGA           | MA-3069/72   |
| HUGO NAPOLEÃO            | PI-3085/86 | 3-JOÃO ROCHA            | TO-4071/72   |
| JOSÉ AGRIPINO            | RN-2361/67 | 4-JOSÉ ALVES            | SE-4055/57   |
| BERNARDO CABRAL          | AM-2081/87 | 5-VILSON KLEINÜBING     | SC-2041/47   |
| PSDB                     |            |                         |              |
| GERALDO MELO             | RN-2371/77 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/27   |
| ARTUR DA TÁVOLA          | RJ-2431/36 | 2-CARLOS WILSON         | PE-2451/57   |
| LÚDIO COELHO             | MS-2381/87 | 3-PEDRO PIVA            | SP-2351/53   |
| PPB                      |            |                         |              |
| EPITÁCIO CAFETEIRA       | MA-4073/74 | 1-JOSÉ BONIFÁCIO        | TO-3055/57   |
| PT                       |            |                         |              |
| BENEDITA DA SILVA        | RJ-2171/77 | 1-MARINA SILVA          | AC-2181/87   |
| PTB                      |            |                         |              |
| EMÍLIA FERNANDES         | RS-2331/34 | 1-ARLINDO PORTO         | MG-2321/22   |
| PDT                      |            |                         |              |
| SEBASTIÃO ROCHA          | AP-2241/47 | 1-DARCY RIBEIRO         | RJ-3188/89   |
| PSB / PPS                |            |                         |              |
| ADEMIR ANDRADE           | PA-2101/02 | ANTONIO C. VALADARES    | SE-2201/04   |

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL****(SEÇÃO BRASILEIRA)****(Designada em 25-4-95)****Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN****Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER****Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO****Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA****SENADORES**

| Titulares        |             | Suplentes                  |
|------------------|-------------|----------------------------|
|                  | <b>PMDB</b> |                            |
| João Fogaça      |             | Marluce Pinto <sup>1</sup> |
| Casildo Maldaner |             | Roberto Requião            |
|                  | <b>PFL</b>  |                            |
| Vilson Kleinfing |             | Joel de Hollanda           |
| Romero Jucá      |             | Júlio Campos               |
|                  | <b>PSDB</b> |                            |
| Lúdio Coelho     |             | Geraldo Melo               |
|                  | <b>PPB</b>  |                            |
| Espeditão Azeite |             |                            |
|                  | <b>PTB</b>  |                            |
| Emília Fernandes |             |                            |

Osmar Dias<sup>2</sup>

PP

PT

Benedita da Silva

Eduardo Suplicy

Lauro Campos

**DEPUTADOS**

| Titulares                   |                                  | Suplentes          |
|-----------------------------|----------------------------------|--------------------|
|                             | <b>Bloco Parlamentar PFL/PTB</b> |                    |
| Luciano Pizzato             |                                  | Antônio Ueno       |
| Paulo Bornhausen            |                                  | José Carlos Vieira |
|                             | <b>PMDB</b>                      |                    |
| Paulo Rizzel                |                                  | Elias Abrabão      |
| Valdir Colatto              |                                  | Rivaldo Macari     |
|                             | <b>PSDB</b>                      |                    |
| Franco Montoro              |                                  | Yeda Crusius       |
|                             | <b>PPB</b>                       |                    |
| Feder Júnior <sup>3</sup> 4 |                                  | João Pizzolatti    |
|                             | <b>PP</b>                        |                    |
| Dilceu Sperafico            |                                  | Augustinho Freitas |
|                             | <b>PT</b>                        |                    |
| Miguel Rosseto              |                                  | Luiz Mainardi      |

1 Pedro Simas substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiano ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

4 Júlio Redecker substituído por Feder Júnior, em 1º-2-96.



## **Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**  
nº 127 · julho/setembro – 1995

### **Leia neste número:**

- Direitos e garantias fundamentais** – Josaphat Marinho  
**A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática** – Arnoldo Wald  
**Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência** – Álvaro Lazzarini  
**A Constituição e a educação brasileira** – Edivaldo M. Boaventura  
**A função judicante do Poder Legislativo no Brasil** – Paulo Lopo Saraiva  
**Direito à moradia** – Sérgio Sêrvulo da Cunha  
**Dos efeitos da filência decretada no estrangeiro** – Edilson Pereira Nobre Júnior  
**Apropriação in débita em matéria tributária** – Carlos Alberto da Costa Dias  
**A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis** – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho  
**A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994** – Otto Eduardo Vizeu Gil  
**Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos** – Teori Albino Zavascki  
**Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal”** – Maurício Kuehne  
**A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia** – José Augusto Delgado  
**Uma leitura jurídica da prostituição infantil** – Josiane Rose Petry Veronese  
**Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93** – Jorge Ulisses J. Fernandes  
**Empresa agrária e estabelecimento agrário** – Fábio Maria de Mattia  
**Neoliberalismo e desadministrativização** – Gladston Mamede  
**Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração** – Flávio Sátiro Fernandes  
**Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul** – José Matias Pereira  
**A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos** – Jete Jane Fiorati  
**Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal** – Fabiana de Menezes Soares  
**Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz** – José Américo A. Costa  
**A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites** – Amandino Teixeira Nunes Júnior  
**O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil** – Thadeu Andrade da Cunha  
**A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua** – Fredys Orlando Sorto  
**Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal)** – Luis Afonso Heck  
**IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos** – Silvio Meira  
**A Responsabilidade do Estado-Juiz** – Rogério Marinho Leite Chaves  
**Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas** – José Pitas

## **ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....  
Data: ..... Assinatura: .....

### **REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)**

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

### **REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

### **REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)**

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

### **SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

## **Outros títulos**

### **ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)**

*1º Volume:* Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

### **LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)**

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

### **OBRA SOCIAL É POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)**

Edição de 1994. 4 volumes.

### **LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)**

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

---

#### **Pedidos à**

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

## Novas publicações

### **CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)**

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

### **CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)**

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)**

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

### **GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)**

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

### **LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)**

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### **LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

### **RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)**

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

### **REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

#### **Pedidos à**

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**COMPACT DISK  
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
  - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
  - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
  - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
  - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
  - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00  
Despesas postais: R\$ 5,00**



CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS  
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUIDAS, INCLUSIVE, TODAS AS  
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.

---

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.ª andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à  
esquerda)

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

|                             |                   |
|-----------------------------|-------------------|
| Assinatura s/ o porte ..... | R\$ 31,00         |
| Porte do Correio .....      | <u>R\$ 96,60</u>  |
| Assinatura c/porte          | R\$ 127,60 (cada) |
| Valor do número avulso      | R\$ 0,30          |

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



**EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS**